

**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS**

Benilde de Nazaré Lameira Rosa

SOMOS PARCEIROS? :
**representações e relações sociais na pesca em unidades
de conservação - Em foco a APA da Costa de Urumajó**

Belém
-2007-

Benilde de Nazaré Lameira Rosa

SOMOS PARCEIROS? :
representações e relações sociais na pesca em unidades de
conservação - Em foco a APA da Costa de Urumajó

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais (PPGCS), área de concentração em Sociologia, junto ao Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Pará, como pré-requisito para obtenção do grau de Mestre em Ciências Sociais, sob a orientação da Prof^a Dr.^a Maria José da Silva Aquino.

Belém
2007

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP)

(Biblioteca de Pós-Graduação do IFCH-UFPA, Belém-PA - Brasil)

Rosa, Benilde de Nazaré Lameira

Somos parceiros?: Representações e relações sociais na pesca em unidades de conservação – Em foco a APA da Costa de Urumajó / Benilde de Nazaré Lameira Rosa; orientadora, Maria José da Silva Aquino. - 2007
Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Pará, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Belém, 2007.

1. Pesca - Aspectos sociais. 2. Pescadores - Augusto Corrêa (PA) - Condições sociais. 3. Recursos naturais - Conservação - Augusto Corrêa (PA). 4. Desenvolvimento sustentável - Augusto Corrêa (PA). I. Título.

CDD - 22. ed. 305.56098115

Benilde de Nazaré Lameira Rosa

SOMOS PARCEIROS? :
Representações e relações sociais na pesca em unidades de
conservação – Em foco a APA da Costa de Urumajó.

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais (PPGCS), área de concentração em Sociologia, junto ao Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Pará, como pré-requisito para obtenção do grau de Mestre em Ciências Sociais (SOCIOLOGIA), sob a orientação da Prof^a Dr.^a Maria José da Silva Aquino.

Banca examinadora:

Professora Dra. Maria José da Silva Aquino (PPGCS/UFPA)

Professora Dra. Neide Esterci (UFRJ)

Professora Dra. Wilma Leitão (PPGCS/UFPA)

Professora Dra. Cristina Maneschy (PPGCS/UFPA)

Aprovado em / / -Belém -

Ofereço o resultado desse trabalho à comunidade de pescadores de Nova Olinda e da APA da Costa de Urumajó, na perspectiva de que possa contribuir, de alguma forma, com a qualidade de vida dessas populações.

**...E no silêncio uma folha caiu
Uma batida de remo a passar
Um candeeiro de manga comprida
Um cheiro bom de peixada no ar...**

Paulo André/Rui Barata

Dedico, como produto de meu empenho, ao “meu grande PARCEIRO de pesquisa de campo”, amigo de todas as horas, inclusive nas de ausência, nesse período em que me dediquei ao mestrado e, agradeço pelas ajudas, todas elas. Ao Philippe Rosa Portela - Meu filho, meu rei, minha vida ...

**Sorte, sorte na vida
Filhos feitos de amor
Todo verbo que é forte
Se conjuga no tempo,
Perto, longe, onde for**

Orlando Moraes

Agradecimentos

A todos de Nova Olinda, aos trabalhadores da pesca na APA da Costa de Urumajó que me acolheram permitindo a realização da pesquisa de campo desse trabalho. Em especial, ao Carlinhos que me conduziu até sua comunidade facilitando o meu acesso ao aconchego de Nova Olinda;

Especialmente ao Seu “Bené da Valdízia” pela generosa atitude em partilhar seu saber e sempre tão solícito nas viagens a APA, e à professora Socorro Braga, pela receptividade tão presente;

Ao Miguel Reis pelo esforço constante em nos auxiliar e pelas informações imprescindíveis sobre a APA e a pesca local;

Ao ex-prefeito do município de Augusto Corrêa Milton Lobão e, ao atual Secretário de Meio Ambiente Eurico Rocha, pela coragem em pensar as questões ambientais na área e pela colaboração constante com esse estudo;

A Goretti Mesquita ex- diretora de meio ambiente de Augusto Corrêa pela iniciativa e desprendimento na realização dos trabalhos ambientais no município e pelas colaborações constantes com nosso estudo;

A todos os especialistas que entrevistei em seus locais de trabalho, que cederam seu tempo e se dispuseram a colaborar e qualificar esse estudo, permitindo que os entrevistasse. Especialmente ao Dr. Inocência Gorayeb pela percepção e ação em prol da sustentabilidade ambiental e social do lugar em análise;

À professora Dra. Angélica Maués pelo incentivo, nem sempre falado, mas intensamente sentido por mim;

À professora Dra. Leila Mourão pela presença e incentivo constantes na minha trajetória acadêmica.

Aos professores do PPGCS que se dispuseram a essa empreitada na qualificação de novos mestres, em especial ao Professor Dr. Heraldo Maués, pela dedicação na coordenação do Programa. Aos Técnicos – Administrativos Paulo Pinto e a Rosângela Borges pela disponibilidade constante em nos dar o apoio necessário na secretaria do curso.

Aos colegas do Mestrado em Sociologia com os quais compartilhei saberes e muitas incertezas, particularmente a Natasha Veloso, companheira de estudos e ansiedades.

Às “mães” de meu filho, amigas com as quais posso contar, Léo Pinheiro e Mariza Santos, agradeço hoje e sempre, e aos amigos Márcio Amaral e Juvenal Pinheiro “pais de meu filho”.

A todos aqueles que fazem parte dessa minha história, meu pai Raimundo Rosa Portela, meu irmão Carlos Augusto, minha mãe Benedita Mendonça, amigas Lourdes Maciel e Rita Vêras.

Às servidoras da Biblioteca Central da UFPA, que não mediram esforços para ajudar-me no acesso aos materiais ali disponíveis.

E como não poderia deixar de ser, à professora Dra. Maria José da Silva Aquino, minha queridíssima orientadora nesse trabalho, que soube me conduzir de forma tão amena, dando-me o norte nesse percurso, proporcionando-me o diálogo entre a Sociologia e a questão ambiental, para além do ombro amigo nas horas de angústia e ansiedades. Meus sinceros agradecimentos, na certeza de que contei com uma grande PARCEIRA.

Finalmente, o mais justo dos agradecimentos: a Deus e a Nossa Senhora de Nazaré, pela fé que nos move nessa arte de viver e pela força no processo de construção desse trabalho.

A todos que de algum modo colaboraram para que esse momento se tornasse possível.

Meus sinceros agradecimentos.

Resumo

ROSA, Benilde de Nazaré Lameira. **SOMOS PARCEIROS?: Representações e relações sociais na pesca em unidades de conservação – Em foco a APA da Costa de Urumajó.** Belém, 2007. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais - Sociologia) – Universidade Federal do Pará, Belém, 2007

Tratamos nesse estudo, das representações, relações com o meio ambiente e organização do trabalho entre pescadores artesanais, cujas atividades produtivas se dão em uma UC - a APA da Costa de Urumajó -, localizada no município de Augusto Corrêa, no litoral do nordeste paraense. O estudo está dirigido para a reconstrução do processo de constituição desta APA, no qual a participação dos pescadores e de seus saberes efetivamente não se deu. Assim, objetiva-se, colocar em relevo a visão, as práticas e o instrumental de trabalho, contidos nas atividades dos pescadores que, desde 1998, passaram a se relacionar com restrições advindas de reordenamento territorial, informado pelo saber científico, com fins à proteção do meio ambiente. Conforme verificado, a partir, principalmente dos referenciais de Bourdieu ((2005a, 2005b) através da noção de *habitus* que nos permitiu transitar entre o ser e fazer-se pescador, a noção de risco ambiental e social em Beck (2001) e a Sociologia das Ausências de Souza Santos (1995, 2004, 2006), evidenciamos a necessidade do diálogo entre os saberes científico e local com vistas à instituição de políticas públicas ambientais. Uma das principais dificuldades para que o plano de manejo da APA não tenha sido ainda elaborado, mesmo passados 09 anos, o que afeta a sustentabilidade dessa instituição enquanto política sócio-ambiental. Destacamos assim a significância do saber e fazer local para que o paradigma científico de conservação se efetive. Nosso estudo sustentou-se em observação direta, entrevistas, análise documental e registros fotográficos. Nessa trajetória, Somos Parceiros?: Representações e relações sociais na pesca em unidades de conservação – em foco A APA da Costa de Urumajó, é um estudo na tentativa de, conforme afirma Souza Santos (2006) revelar “experiências sociais desperdiçadas” ou em parte, invisibilizadas pela razão científica moderna.

Palavras-chave: Pescador, Parceria, Meio Ambiente, Sustentabilidade, Representações Sociais, Ciência, Saber local.

Abstract

ROSA, Benilde de Nazaré Lameira. **ARE WE PARTNERS?: Representations and social relations of fishing in conservation units – In focus the Environmental Protection Area (EPA) of Coast of Urumajó**. Belém 2007. Dissertation (Masters in Social Science – Sociology) – Federal University of Pará, Belém, 2007

This essay treats, the representations, relations with the environment and organization of work between craft fishermen, which productive activities are given within a UC – the APA da Costa de Urumajó -, localized in the municipality of Augusto Corrêa, in the northeastern shore of the state of Pará – Brazil. The study is directed towards the reconstruction of the process of constitution of this EPA, in which the participation of the fishermen and their know-how was not effectively given. In this way, objectifying and revealing the instrumental practice of this labor, found in the activities of the fishermen, which since 1998, began to relate themselves with forthcoming restrictions of territorial reordenance, informed by the scientific knowledge, with environmental protection purposes. Verified, principally from Bourdieu's references (2005a, 2005b), through the notion of *habitus* which permits us to transit between being and becoming a fisher, the notion of environmental risk in Beck (2001) and 'The Sociology of Absence' from Souza Santos (1995, 2004, 2006), puts in evidence the necessity of dialogue between scientific and local know-hows, with visits to the public environmental political institutions. One of the principal difficulties for the management plan of APA has not been elaborated, even though 09 years have passed, which is the sustainability of this institution, while politically socially-environmental. Standing out, in this way, the significance of the local knowledge and know-how, so that the scientific paradigm of conservation is effective. Our study sustains itself in direct observation, interviews, documented analyses and photographic registers. In this trajectory, "Are we partners?: Representations and social relations of fishing in conservation units – In focus the Environmental Protection Area (EPA) of Coast of Urumajó", is a study of the attempt to, as Souza Santos (2006) affirms to reveal "wasted social experiences" or in part, unviable by modern scientific reason.

Keywords: Fisherman, Partnership, Environment, Sustainability, Social representations, Science, Know-how.

Résumé

ROSA, Benilde de Nazaré Lameira. **Sommes nous partenaires?: Représentations e relations sociales dans la pêche et en unité de conservation - En étudiant l'APA de la Côte de Urumajó.** Belem, 2007. Dissertation (Maîtrise en Sciences Sociales - Sociologie) -Université Fédérale du PARA, BELEM, 2007.

Nous traitons dans cette étude, des représentations, des relations avec le environnement et de l'organisation du travail entre pêcheurs artisanaux, dont les activités productives se déroulent dans une UC – l' APA de la Côte de Urumajó, localisée dans la municipalité de Auguste Corrêa, au littoral du Nord - Est du PARA. L'étude est dirigée sur la reconstitution du processus de constitution de cette APA, dans laquelle la participation des pêcheurs et de leur savoir faire ne s'est pas démontré. Ainsi, l'objectif est de mettre en relief la vision, les pratiques et les outils de travail, qui font partie des activités des pêcheurs qui, depuis 1998, ont dû s'accoutumer avec les restrictions d'usage de la rédefinition territoriale, défini par le savoir scientifique, avec pour but la protection du milieu ambiant. Conformément à ce qui a été vérifié, à partir, principalement des références de Bourdieu (2005a, 2005b) à travers la notion des *habitus* qui nous a permis de transiter entre être et devenir pêcheur, la notion de risque environnemental e social dans Beck (2001) et la sociologie des absences de Souza Santos (1995, 2004, 2006), nous avons mis en évidence la nécessité du dialogue (des échanges) entre le savoir scientifique et local avec pour objectif l'installation de politiques publiques relatives aux environnement. Une des principales difficultés pour que le plan de manège de l'APA n'avait pas été élaboré, même 09 ans plus tard, ce qui affecte le maintien de cette institution en temps que politique socio-environnement. Nous faisons remarquer ainsi la signification du savoir faire local afin que le modèle scientifique de conservation se mette en place. Notre étude a été réalisée par l'observation directe, entrevues, analyses de documents et documentaires photographiques. De ce parcours, "Sommes nous partenaires?: Représentations et Relations Sociales dans la pêche et les unités de conservations - En étudiant l'APA de la Côte de Urumajó", est une étude dans la tentative de, conformément à ce qu'affirme Souza Santos (2006) révéler " les expériences sociales perdues (gaspillées) ou en partie, inviabilisées par la raison scientifique moderne.

mots-clefs : Pêcheur, Partenariat, Environnement, Autosuffisance (Maintient), Représentations Sociales, Science, Savoir local.

Lista de Ilustrações

Figura 01- Mesorregião do Nordeste Paraense p. 38

Figura 02 - Microrregião Bragantina – p.39

Figura 03 – Rodovias, Rios Urumajó e Emboraí em relação à sede municipal e sede da vila de Nova Olinda - p. 40

Croqui 01 – Município de Augusto Corrêa, em destaque a APA da Costa de Urumajó - p.44

Croqui 02 – Curral de Enfia – p. 114

Croqui 03 – Curral Casco de siri – p. 115

Croqui 04 – Curral Coração – p.116

Croqui 05 – Pesca de rede ‘apoitada’ – p . 123

Croqui 06 - Pesca de Tapagem – p. 124

Croqui 07 – Pesca de zangaria – p. 126

Croqui 08 – Pesca de espinhel – p. 128

Croqui 09 - Puçá de Arrasto – p. 129

Croqui 10 – Puçá de Muruada – p.130

Mapa 01 – Localização da APA da Costa de Urumajó, município de Augusto Corrêa, Pará, Brasil. p. 36

Mapa 02 – Principais Vilas Pesqueiras do Município de Augusto Corrêa -p.45

Lista de Fotografias

- Fotografia 01** – Imagem de satélite da APA – p.43
- Fotografia 02** – Tipos de peixes capturados pelos pescadores artesanais – p.48
- Fotografia 03** – Tipos de peixes capturados – p. 48
- Fotografia 04** – Travesseiros e lanternas de ostras em Nova Olinda – p. 49
- Fotografia 05** – Vista de Nova Olinda – p. 50
- Fotografia 06** – Placa da APA - p. 58
- Fotografia 07** – Campanha de combate à pesca predatória – p.60
- Fotografia 08** – Cartaz do movimento Guará Vivo – p. 64
- Fotografia 09** – Restinga – p.68
- Fotografia 10** – Mangue – p. 68
- Fotografia 11** – Aspectos dos ranchos – p. 69
- Fotografia 12** – Aspectos dos ranchos no Porto Velho – p. 70
- Fotografia 13**- Aspectos dos ranchos no Lombo do Muruci – p. 70
- Fotografia 14** – Pescador artesanal consertando rede – p .72
- Fotografia 15** – Pescador na despesca de curral – p. 73
- Fotografia 16** – Pescadores da APA no bote – p. 73
- Fotografia 17** – Reboque de cascos em bote – p. 80
- Fotografia 18** – Conserto de rancho – p. 80
- Fotografia 19** – Aspecto dos bancos de areia do Lombo do Muruci – p. 84
- Fotografia 20** – Aspecto dos bancos de areia do Porto Velho – p. 84
- Fotografia 21** – Descanso de pescadores no rancho – p. 87
- Fotografia 22** – Pescadores artesanais p.90
- Fotografia 23** – Pescadores artesanais p.90
- Fotografia 24** – Caixas para acondicionar pescado no porto de Nova Olinda – p. 91
- Fotografia 25** – Caminhão sendo abastecido em Nova Olinda- p. 94
- Fotografia 26** – curral de pesca p. 96
- Fotografia 27** – Curral de pesca p. 96
- Fotografia 28** – Mulher e criança nos afazeres domésticos no rancho p.100
- Fotografia 29** – Mulher cultivando jirau de hortaliças p. 100
- Fotografia 30** – Jovem manuseando o landruá p. 102
- Fotografia 31** – Jovens pescando no Camarau-açú p. 102
- Fotografia 32** – jovens despescando curral p. 102

- Fotografia 33** – Viagem para o Camarau-açú p. 103
- Fotografia 34** – Associação dos pescadores da Vila do Perimirim p. 105
- Fotografia 35** – Colônia de Pescadores Z - 18 – p. 105
- Fotografia 36** – Espias de curral – p. 117
- Fotografia 37** – Curral de enfia – p. 117
- Fotografia 38** – Curraleiro tecendo rede “malhuda” p. 118
- Fotografia 39** – Curraleiro tecendo rede p. 119
- Fotografia 40** – Malha “miúda” do chiquiro do curral p. 119
- Fotografia 41** – Uso da fuzarca na região bragantina – p. 120
- Fotografia 42** - Espinhel – p. 128
- Fotografia 43** - Espinhel branco – p. 128
- Fotografia 44** – Largura do puçá – p. 130
- Fotografia 45** – Extensão do puçá – p. 130
- Fotografia 46** – Rede caiqueira – p. 131
- Fotografia 47** – Pescada amarela e camurim capturados na APA – p. 133
- Fotografia 48** – Rede pescadeira – p. 133

Lista de tabelas e diagramas

Quadro 01 – Acontecimentos relativos à questão ambiental – Décadas de 80/90 – p.63.

Quadro 02– Modalidades da pesca em Augusto Corrêa – p.71

Quadro 03 – Tipos de redes, modos de utilização e principais espécies capturadas – p.132

Diagrama 01 – Circuito da produção pesqueira das “águas de dentro” – p. 92

Diagrama 02 – Circuito da produção pesqueira das “águas de fora” – p. 95

Lista de Nomes Científicos das Espécies de Peixes referidos

NOME POPULAR	NOME CIENTÍFICO
Caíca	Mugil curema
Tainha	Migil sp.
Uricica	Flichthys Felis
Pescada Gó	Macradon Ancylon Schn.
Bandeirado	Bagre bagre ariidae
Cangatá	Arius quadriscutis
Corvina	Cynoscion microlepidotus
Arraia	Trigon Histrix
Pescada	Cynoscion SP.
Pargo	Lutjanus Purpureos
Serra	Sarda sardo
Pescada amarela	Cynoscion acoupa
Cação	Carcharrhinus spp.
Jurupiranga	Arius riguspinis ariidae
Bagre	Arius herzbergii
Camurim	Centropomus spp.
Camarão branco	Pennaeus brasiliensis
Mero	Epinephelus itajara
Sardinha	Anchovia ceupeoides
Uritinga	Arius proops
Tralhoto	A. anableps e A. microlepis
Baiacu	Teleósteos, plectógnatos

Lista de abreviaturas e siglas

APA – Área de Proteção Ambiental

APA's – Áreas de Proteção Ambiental

AGRONOL – Associação Agropesqueira de Nova Olinda

BASA – Banco da Amazônia S.A

CD-ROM – Compact Disc – Read Only Memory

CMMAD – Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento

CONDEMA – Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente de Augusto Corrêa

EMATER – Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural

FAO – Organização das Nações Unidas para Agricultura e alimentação (Food and Agriculture Organization)

FADESP – Fundação de Amparo e Desenvolvimento à Pesquisa

FCAP – Faculdade de Ciências Agrárias do Pará

IBAMA - Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IUPN – União Internacional de proteção da Natureza

IUCN – União Internacional para a Conservação da Natureza

IDESP - Instituto do Desenvolvimento Econômico Social do Pará

JICA – Agência Japonesa de Cooperação Internacional

MADAM – Manejo e dinâmica de manguezal

MPEG – Museu Paraense Emílio Goeldi

MMA – Ministério do Meio Ambiente

NUMA – Núcleo de Meio Ambiente da UFPA

ONU – Organização das Nações Unidas

PROFIMA – Programa Interdisciplinar em Meio Ambiente

PDT – Partido Democrático Brasileiro

PETI – Programa de Erradicação do Trabalho Infantil

PET – Poli Tereftalato de Etila

PSDB – Partido social Democrata brasileiro

PT – Partido dos Trabalhadores

SNUC – Sistema Nacional de Unidades de Conservação

SEAMA – Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente de Augusto Corrêa

SEBRAE – Serviço brasileiro de apoio às micro e pequenas empresas

SEMA – Secretaria de Meio Ambiente de Augusto Corrêa

SEMAPE – Secretaria de Agricultura e Pesca de Augusto Corrêa

SECTAM - Secretaria Executiva de Ciência, Tecnologia e Meio Ambiente

SUDAM - Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia

UC – Unidade de Conservação

UC's – Unidades de Conservação

UNESCO – Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura

UFPA – Universidade Federal do Pará

UFRA – Universidade Federal Rural da Amazônia

Sumário

Oferecimento e Dedicatória	v
Agradecimentos	vi
Resumo	viii
Abstract	ix
Résumé	x
Lista de Figuras, Croquis e Mapas	xi
Lista de Fotografias	xii
Lista de Tabelas e Diagramas	xiv
Lista dos nomes científicos das espécies de peixes referidos	xv
Lista de abreviaturas e siglas	xvi
Introdução	20
1: Trajetória do Estudo	26
1.1 – Da idéia à Execução	26
1.2 – Dos Procedimentos metodológicos	27
1.3 – Da experiência em campo	31
2: A APA da Costa de Urumajó – Augusto Corrêa/PA	36
2.1 – Caracterização da Área de Estudo	36
2.1.1 – A localização	36
2.1.2 – Aspectos Socioeconômicos	40
2.1.3 – Aspectos Ambientais	41
2.2 – As vilas pesqueiras de Augusto Corrêa na área de influência da APA da Costa de Urumajó	45
2.2.1 – Coroa Comprida	45
2.2.2 – Perimirim	46
2.2.3 – Aturiaí	46
2.2.4 – Ponta do Urumajó	46
2.2.5 – Porto do Campo	47
2.2.6 – Arai	47
2.2.7 – Nova Olinda	47
2.3 – Unidades de Conservação e Populações Tradicionais - Definição e Imprecisão	52
2.4 – A Instituição da APA da Costa de Urumajó	58

3: Ser e Fazer-se Pescador na APA da Costa de Urumajó	78
3.1 – Local de pesca; lugar de pescador	78
3.2 – No movimento da areia	82
3.3 – No tempo da maré	85
3.4 – Organização social e política	88
3.4.1 – A organização e relações de trabalho	89
3.4.1.1 – Na pesca das águas de dentro – A parceria	89
3.4.1.2 – Na pesca das águas de fora – Outra parceria	93
3.4.1.3 – Curraleiro – Parceiros das águas de dentro às águas de fora	96
3.4.2 – As relações de amizade e compadrio	97
3.4.3 – Relações de gênero e aprendizado dos jovens na pesca	98
3.4.4 – A organização do poder local	103
4: Pesca e Meio Ambiente	108
4.1 – Diversidade da pesca local e o uso dos recursos naturais – O olhar do pescador artesanal na APA da Costa do Urumajó	112
4.1.1 – Pesca de Curral e Fuzarca	113
4.1.2 – Pesca da Cachaça branca - Timbó e Cunambi -	120
4.1.3 – Pesca de Rede “Apoitada”	122
4.1.4 – Pesca de Tapagem – cacuri ou curralzinho	124
4.1.5 – Pesca de Zangaria	125
4.1.6 – Pesca de Espinhel – O espinhel branco	127
4.1.7 – Pesca de Puçá de Muruada e Puçá de Arrasto	129
4.1.8 – Pesca de Rede Móvel – Caiqueira e Pescadeira	131
4.2 – A Questão Ambiental - Risco Ambiental, Risco Social e o papel da Ciência Reflexiva	133
4.3 – Diálogo entre diferentes: Pontos e Contrapontos sobre pesca e meio ambiente – Os saberes científico e local	141
Considerações	149
Referências	155
Anexos: Lei de criação da APA	161
Cartaz do Festival do pescador de Nova Olinda	164
Cartaz da Campanha de combate à pesca predatória	165
Folder da Associação agropesqueira do Perimirim	166
Acordo de pesca de Nova Olinda	167
Registro para casos de pesca predatória	168
Imagem de satélite da APA	169
Imagens da APA	170

INTRODUÇÃO

Neste trabalho realizado na APA da Costa de Urumajó, no município de Augusto Corrêa, buscamos elaborar a partir das representações e relações sociais dos pescadores artesanais, estudo acerca dos tipos de pesca e o uso dos recursos naturais, objetivando averiguar como o saber local se constitui a respeito da questão ambiental a partir das diversas interações, dentre as quais em particular, com o saber científico e técnico que perpassa a constituição dessa UC - unidade de conservação.

O interesse dessa dissertação é apresentar o olhar do pescador artesanal acerca do manejo dos recursos naturais através de sua atividade produtiva, a pesca. Destacando a significância do saber local para que o paradigma científico de conservação se efetive.

Nos propusemos a apreender a partir das percepções e ações dos pescadores artesanais do local os tipos de pesca desenvolvidos, averiguando aqueles considerados predatórios ou menos seletivos para desenvolver-se numa UC - a área de proteção ambiental (APA) da Costa de Urumajó em Augusto Corrêa/Pará, no intuito de compreender através da atividade produtiva de maior expressão desenvolvida no ambiente onde incide a APA, como se constitui o saber local acerca da questão pesca e meio ambiente e a significância dessa “razão prática” (Bourdieu, 1996) na elaboração de proposta de criação de uma UC e no seu Plano de Manejo. Nossa questão de pesquisa está localizada no debate sobre a participação das populações locais na proposição e execução de políticas ambientais.

Nesse sentido, abordamos aspectos referentes à organização social e política do lugar, bem como, os meandros da organização do trabalho na pesca do local e também o próprio processo de instituição APA, como dados constitutivos e indissociáveis do contexto em análise.

As APA's são Unidades de Conservação instituídas em terras públicas ou privadas pelo Poder Executivo, municipal, estadual ou federal, resguardados os preceitos constitucionais do direito à propriedade, visando o bem estar das populações locais e a conservação das condições ecológicas daquele ambiente. (Lei 6902/81).

A instituição dessas unidades representa para o campo científico a necessidade de conservação de espaços determinados, fundamentado na visão de que os ecossistemas estão em risco (Beck, 2001), e de que o meio ambiente está ameaçado pela presença humana, devido suas atividades, pois estas precisam ser repensadas e planejadas com vistas

a sustentabilidade. O ambientalismo conservacionista é a corrente que prevalece em termos de políticas públicas ambientais para a Amazônia e para o Brasil como um todo.

A opção de análise, tendo como base de sustentação as representações sociais, apóia-se metodologicamente em Durkheim (1996) e em Bourdieu (2005b) considerando que o fato social pode ser analisado pelo seu aspecto externo, sua objetividade, bem como pelo aspecto interno, a subjetividade de seus agentes, de como eles concebem e constroem essa realidade no seu cotidiano.

Nesse sentido, torna-se interessante observarmos a relação da pesca enquanto principal atividade produtiva desenvolvida na APA e suas conseqüências ambientais, tendo como referência os pescadores e suas vivências em contraponto a todo um discurso já construído a partir do olhar de um corpo científico-técnico e político que culminou na constituição dessa Unidade de Conservação.

Dessa forma, aqui abordamos a constituição das UC's, a partir da noção de risco desenvolvida por Beck (2001), como produto da difusão de uma conscientização do campo científico e político, da ausência de controle das conseqüências ambientais, sociais, políticas e culturais do processo de modernização da sociedade. Segundo a teoria de Beck (2001) tem - se na ciência reflexiva uma das bases para a elaboração de alternativas diante da problemática, particularmente, ambiental.

Procuramos demonstrar como se dá esse processo de instituição da APA em relação aos pescadores artesanais. A relação dessas esferas conscientes do risco com os pescadores em sua posição de risco tanto ambiental quanto social (Beck, 2001), posto que a degradação ambiental coloca em risco também a manutenção de valores e saberes e a própria organização social local.

Objetivamos assim, analisar as representações sociais desses pescadores acerca da relação “pesca e meio ambiente”, a partir dos tipos de pesca por eles praticados, partindo do pressuposto de que os pescadores artesanais da APA em suas representações sociais concebem e visualizam os tipos chamados predatórios e os impactos ambientais, em virtude do próprio acúmulo de saberes referentes àquela realidade, constituídos no exercício da própria produção e reprodução social, tendo criado formas de convivência com as alterações decorrentes das mais variadas interações dos grupos nesse meio, através do saber local, a despeito das proibições e restrições legais que incidem sobre a área, posto que o pressuposto fundamental, no caso em análise, é conservar sem prejuízo das populações humanas e de suas atividades tradicionais.

Desse modo, abordamos a problemática em questão a partir de alguns referenciais teóricos tais como: representações sociais em Durkheim (1996), Godelier (1981, 1984), Marx e Engels (1993) dialogando com a noção de *habitus* em Bourdieu (1996, 2001, 2004, 2005a, 2005b, 2005c), mais abrangente, permitindo a percepção do fato em análise a partir das disposições que os agentes têm para a ação, sua criatividade e capacidade de responder às diversas interações, ou seja, permite-nos transitar entre a estrutura social e a ação, a capacidade de agir e reagir em situações imprevistas; a noção de saber local em Geertz (1997) também pensada por Souza Santos através do debate em torno do conhecimento local ou senso comum (1995, 2004, 2006) o conceito de risco ambiental trabalhado por Beck (2001), a noção de desenvolvimento sustentável - discurso que fundamenta a constituição da APA como unidade de conservação de uso sustentável, interferindo na própria organização social dessas populações consideradas tradicionais. Considerada assim pelo Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC) - Lei 9.895 de 18 de julho de 2000 que congrega os critérios e normas para a criação e gestão de unidades de conservação no Brasil. O SNUC prevê uma estrutura unificada para a realização desse trabalho, o que antes ficava a cargo de diferentes instituições e por leis dispersas.

Temos assim como elemento comum dessas questões, uma discussão que permite perpassar pelas relações de poder e dominação tanto no campo simbólico quanto material e que se apresentam no contexto em análise.

O estudo torna-se significativo pela possibilidade de contribuir com a análise da realidade amazônica, particularmente de suas populações que como concebem Conceição & Maneschy (In: Costa, 2002) são grupos tradicionais da região que em suas atividades produtivas se relacionam diretamente com os ecossistemas locais, especificamente os pescadores artesanais invisibilizados pelas políticas públicas voltadas para a região, conforme também entende Leitão (1995).

Em especial, o estudo em questão poderá contribuir para dar visibilidade ao papel social e político desses pescadores no contexto de uma Unidade de Conservação, no qual deveriam estar inseridos enquanto agentes primordiais desse processo. Além de contribuir com a constituição de um plano de manejo, ainda não elaborado para a área, que considere o saber local como fundamental para que o projeto de sustentabilidade se efetive, assim como também, a percepção científica acerca das representações sociais e ações desses agentes locais.

Nosso estudo se fundamenta, portanto, na compreensão de que existem percepções diferenciadas sobre o ambiente onde se institui a APA. A visão científica é o fundamento de instituição dessa UC. Nossa hipótese de trabalho é de que o saber local não está contemplado, tendo em vista a relação assimétrica entre os tomadores de decisões e as populações humanas atingidas pelas políticas ambientais.

Dessa forma, proceder a uma análise das representações e relações sociais na pesca e o uso dos recursos naturais na APA da Costa de Urumajó nos permite, por um lado, compreender como esses segmentos sociais da Amazônia pensam e agem através de sua cultura material e imaterial e a partir da formação de um saber a respeito da natureza, sua atividade produtiva em relação à dependência dos recursos naturais e ciclos da natureza que são parte da identidade dessas populações. Por outro, nos permite pensar esse mesmo ambiente perpassado por outras relações e representações que baseiam o processo de criação de uma UC, que denota outras formas de conceber e agir em relação à natureza, que são as representações dos especialistas – cientistas e técnicos envolvidos.

Ao elaborarmos o trabalho de dissertação de mestrado intitulado-o “Somos Parceiros?: representações e relações sociais na pesca em unidades de conservação – Em foco a APA da Costa de Urumajó, a escolha do título se deu com base na percepção de que a representação social dos pescadores de parceria, nos meandros da organização social do trabalho, passa a ter uma variação de significados.

Para além da parceria entre o homem e a natureza, o seu sentido inicial nas relações entre os pescadores locais é de igualdade de condições na atividade direta da pesca, igualdade na divisão do trabalho, na utilização dos instrumentos de trabalho complementares e na divisão da produção, tomando outras conotações, como uma divisão entre a propriedade dos meios de produção e a força de trabalho com divisão proporcional da produção, entre pescador e atravessador/marreteiro.

Nesse sentido, propusemo-nos também a analisar qual é a parceria que existe entre os saberes científico e local no processo de constituição da APA, como esses saberes se imbricam como formas diferenciadas de conceber e agir sobre uma mesma realidade. A intenção, portanto, é visualizar os *habitus* (Bourdieu:1996, 2001, 2004, 2005a, 2005b, 2005c) locais na relação pesca e meio ambiente, por considerar imprescindível a percepção dos pescadores da APA da Costa de Urumajó como agentes diretos do ser e fazer naquela área.

No contraponto, a luz da ciência moderna, o ambiente de vida desses pescadores é perpassado por formas diversas de ler e perceber aquela realidade, portanto,

por um outro olhar a partir de outros referenciais que não a experiência local da vida cotidiana. Na sua definição como unidade de conservação parte – se dos paradigmas da ciência moderna de conservação e preservação da natureza, com vistas a sustentabilidade.

Então, trabalhar a partir da noção de representações sociais conjugada com a noção de *habitus*, possibilitou, de acordo com o que afirma Souza Santos (2006), revelar “experiências sociais desperdiçadas” ou em parte invisibilizadas pela razão científica moderna, na perspectiva do que o autor denomina “a segunda ruptura epistemológica” (1995).

Abordamos a realidade dessa população a partir da contribuição de leituras produzidas a respeito da região amazônica que vai desde Veríssimo (1970), Bates (1979), Wagley (1977) a autores regionais de expressividade na cena científica contemporânea dessa temática: é o caso de Furtado (1987, 1993, 1997) Maneschy (1995) Leitão (1995, 1997) Loureiro (1995) Mello (1985), Lima (1997) e Adrião (2003).

O estudo está estruturado em quatro capítulos, de acordo com o que segue:

No primeiro capítulo, demonstramos o percurso da pesquisa, desde o contato com a realidade em análise, o uso dos recursos metodológicos, os principais referenciais teóricos abordados, bem como, o relato, em parte, da experiência em campo. Compartilhamos assim com o leitor, ansiedades, angústias e surpresas que o trabalho de campo reserva, fazendo-nos repensar nossas estratégias a fim de alcançarmos os objetivos propostos, sem ultrapassar os limites impostos pelas relações construídas nesse processo.

No segundo capítulo, procuramos apresentar o processo de instituição da APA da Costa de Urumajó. Dizemos dessa forma, posto que, não localizamos nenhum material escrito do processo sócio-político de criação da APA, apenas as memórias dos agentes desse processo, o relatório botânico que subsidiou a sua constituição e alguns documentos dispersos, reunidos durante nossos contatos com ex- diretores, dirigentes de associações e pessoas envolvidas nesse processo. Tais documentos seguem em anexo no final dessa dissertação.

Nosso objetivo nesse capítulo foi delimitar sua localização e caracteriza-la tanto nos aspectos socioeconômicos quanto ambientais; bem como, o contexto e as localidades cujos habitantes pescam na APA. Para dessa maneira, termos na medida certa a compreensão do *lôcus* do estudo nos aspectos mais importantes para a nossa análise, ou seja, a percepção da realidade local a partir da contextualização da população humana que vive e trabalha naquele ambiente. Sem esquecer de fazer referência aos servidores públicos, agricultores, comerciantes e trabalhadores e trabalhadoras em geral que

interagem no contexto municipal, nosso foco se deteve nos pescadores artesanais que somam a maioria da população local e agentes diretos do objeto em estudo.

No terceiro capítulo, apoiamo-nos em algumas categorias de análise para discorrermos acerca da formação de uma identidade local, dessa íntima relação entre a identidade e o lugar dos pescadores, a relação de determinados aspectos da natureza que são essenciais para a organização social desses trabalhadores, como eles representam e tecem suas relações políticas e sociais. Aqui destacamos a parceria em suas particularidades locais, enquanto representação e materialização das relações de trabalho que caracteriza a pesca artesanal.

No capítulo final, procuramos demonstrar a diversidade de organização da pesca a partir da classificação desses agentes. Buscando averiguar como eles compreendem a relação dessa atividade produtiva e suas conseqüências ambientais, qual a concepção do saber local sobre o uso dos recursos naturais e como ele se relaciona a partir dos instrumentos e das técnicas de pesca com o meio ambiente.

Em seguida, nos propusemos a identificar a partir de Beck (2001) como a ciência se defronta com a questão ambiental e qual o seu papel nesse processo de busca pela sustentabilidade. Nosso objetivo último, nesse trabalho, se caracteriza pela tentativa de colocar em diálogo ciência e saber local, a partir da realidade apreendida no processo de interação entre esses saberes na APA.

Finalizamos essa introdução pretendendo que, através desse diálogo e de outros, possamos compreender melhor essa parceria entre saberes diferentes. Que esse diálogo torne menos díspares os diversos olhares sobre uma mesma realidade, podendo ampliar as perspectivas de ação conjunta em prol da conservação da biodiversidade e sócio**diversidade** amazônica.

01 – TRAJETÓRIA DO ESTUDO

1.1 – Da Idéia à Execução

Dois aspectos centrais serviram de base para a elaboração do projeto de pesquisa: o primeiro, relacionado ao fato de já termos uma formação inicial para as discussões ambientais, através do PROFIMA – Programa de Formação Interdisciplinar em Meio Ambiente, através do curso de especialização do NUMA – Núcleo de Meio Ambiente da Universidade Federal do Pará - UFPA, que culminou na publicação do trabalho “Educação Ambiental: A trilha para o Ecoturismo – Uma análise do Festival do Çairé em Alter do Chão / Santarém”. Esse contato nos permitiu perceber a necessidade de estudos sociológicos acerca da questão ambiental.

Os estudos sociológicos devem ser um dos pilares de sustentação das análises ambientais. Ao apropriarem-se do conceito de desenvolvimento sustentável, que pressupõe um desenvolvimento racionalizado e pautado na auto-sustentabilidade sócio-ambiental e econômica, preocupa-se não somente com a biodiversidade, mas também com a sócioidiversidade, ou seja, com as especificidades locais das relações do homem com a natureza, das suas práticas culturais, das necessidades de sobrevivência e do uso equilibrado dos recursos naturais pelas chamadas populações tradicionais. Preocupando-se com a conservação ambiental e com a eliminação das mazelas que dominam o cenário de vida e reprodução social dessas populações, particularmente na Amazônia, onde se associa a violência de latifundiários e grileiros, grandes projetos, empresas e políticas públicas que ignoram a historicidade dessas populações na região.

Segundo Diegues (1994) a respeito da interdisciplinaridade nas análises ambientais:

Há uma grande necessidade de se conhecer melhor as relações entre a manutenção da diversidade biológica e a conservação da diversidade cultural. Quase nenhuma pesquisa sistemática foi realizada nesse sentido. Até hoje, no Brasil, a avaliação de uma área a ser declarada unidade de conservação tem sido responsabilidade única dos cientistas naturais. É necessária uma visão interdisciplinar, onde trabalhem de forma integrada biólogos, engenheiros florestais, sociólogos, antropólogos e cientistas políticos, entre outros (p. 145)

O segundo aspecto está relacionado à afinidade criada junto à região no período de 1993 a 1997 em que atuávamos como professora da matéria Metodologia do Trabalho Científico no Campus da Universidade Federal do Pará - UFPA em Bragança, período que nos permitiu certa aproximação com a região e a problemática ambiental local. As informações apreendidas permitiram pensar essa questão na APA da Costa de Urumajó

no município de Augusto Corrêa, pela expressividade da atividade pesqueira artesanal local e por se tratar a partir de 1998 de uma Unidade de Conservação – UC.

Nesse sentido, decidimos estudar o olhar do pescador artesanal da área, a respeito das formas organizacionais de sua atividade produtiva e o uso dos recursos naturais. Preocupávamo-nos em perceber a perspectiva desses agentes diretos, considerando para tanto o domínio dos que experimentam e vivenciam diretamente, sendo sujeitos nessa relação do homem e natureza.

Nessa linha de raciocínio, ao realizarmos parte da pesquisa de campo e do estudo bibliográfico, percebemos ser imprescindível a percepção de um outro aspecto dessa realidade, ou seja, o estudo se desenvolvia numa área de proteção ambiental –APA, e como tal, um ambiente demarcado legalmente, com limites para além da demarcação geográfica, de uso social, visando à conservação ambiental. Então, pensando essa questão, propusemo-nos no sentido de perceber também esse ambiente perpassado pela perspectiva de outros agentes envolvidos nesse processo de constituição da UC, que servisse de contraponto para pensarmos as relações que se dão entre essa população e seu saber local sustentado numa “razão prática” e os especialistas com sua percepção científica a cerca da questão ambiental, sustentados em conceitos e visões diferenciadas da natureza, do meio ambiente e da interação do homem no manejo dos recursos naturais.

1. 2 – Dos Procedimentos Metodológicos

O caminho percorrido na elaboração desse estudo constitui-se de dois momentos interligados: o estudo bibliográfico, que nos permitiu uma aproximação com a temática, considerando também os referenciais trabalhados nas disciplinas cursadas durante o mestrado, selecionadas de acordo com o nosso interesse na relação sociedade e meio ambiente, contextualizada na Amazônia.

Esse período foi imprescindível para que entrássemos em contato com categoriais de análise que permitiram a apreensão da realidade em estudo, considerada tanto a partir de uma maior abstração, como representações sociais, *habitus*, campo, saber local, ciência, risco ambiental e risco social, que induzem desde à leitura dos clássicos a teóricos contemporâneos, e a busca de categorias mais contextualizadas para nossa análise. É o caso de noções como: populações tradicionais, unidades de conservação, pesca/pescador artesanal e desenvolvimento sustentável na Amazônia. Estas, sustentadas

em produções científicas nacionais e particularmente teóricos regionais, que se debruçam sobre o tema sociedade e meio ambiente na Amazônia.

O segundo momento, com a efetivação do trabalho de campo, no qual se manteve em paralelo à revisão bibliográfica, em que passamos da fase da pesquisa exploratória para a coleta de dados e do uso de técnicas de pesquisa de campo visando alcançar os objetivos propostos. Considerando nosso interesse em perceber, para além das estruturas objetivas, particularmente as percepções dos agentes sociais que vivenciam a pesca e o uso dos recursos naturais naquele meio social, conforme afirma Bourdieu (2004):

De um lado, as estruturas objetivas que o sociólogo constrói no momento objetivista, descartando as representações subjetivistas dos agentes, são o fundamento das representações subjetivas e constituem as coações estruturais que pesam nas interações; mas, de outro lado, essas representações também devem ser retidas, sobretudo se quisermos explicar as lutas cotidianas, individuais e coletivas, que visam transformar ou conservar essas estruturas (p.152)

buscamos fazer uso de algumas técnicas que nos permitiram uma aproximação dos fatos, de forma qualitativa, nesse sentido, fizemos uso de entrevistas, conversas informais, análises documentais, de reportagens de jornais, observação direta, além da participação em atividades que ocorreram no local, como reuniões, seminários, palestras focadas para o tema da dissertação.

As entrevistas semi-estruturadas e livres - permitiram que nos aproximássemos dos agentes sociais, através de conversas que em média duraram quatro horas, quando também procurávamos marcar novos contatos para outras conversas e mesmo para conhecer outros aspectos importantes para o estudo, como as visitas aos ranchos onde também tivemos oportunidade de observar os instrumentos de trabalho na pesca. Através das entrevistas e conversas contactamos com:

Os pescadores – As entrevistas foram distribuídas de acordo com os tipos de pesca, sempre procurando saber da arte de pesca praticada pelo entrevistado. Bem como das outras, objetivando apreender a percepção dos pescadores a respeito dos recursos naturais, seu uso e prováveis impactos sobre o meio através da pesca. As entrevistas foram em geral gravadas e outras quando não possível usar desse recurso, anotadas. Contactamos assim com os pescadores das diversas formas organizacionais da pesca existentes na APA. Foram no total, dezoito entrevistas individuais gravadas e várias conversas coletivas informais, anotadas durante as visitas aos ranchos e em Nova Olinda - no porto, no mercado e nas casas, principalmente em frente à casa de Seu Bené.

Os diretores das Associações e Colônia de pescadores Z-18 – principalmente da Associação Agropesqueira de Nova Olinda, cujos membros e ex-membros foram

atuantes no processo de instituição da APA, conhecedores da realidade local, nos indicaram outras referências.

Os representantes da esfera pública – ex-prefeito, ex-diretores de meio ambiente, vereadores, diretoras de escolas, professoras, servidores da prefeitura e da SEAMA, o atual Secretário de meio ambiente e o vice-prefeito e técnicos da EMATER.

Os técnicos e pesquisadores – do Museu Paraense Emílio Goeldi - MPEG e Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA, que atuam no processo de fiscalização e apreensão de instrumentos de trabalho na pesca considerados danosos ao meio ambiente e pesquisadores atuantes na época na região e que atuaram juntamente com a prefeitura local na instituição da APA.

Os agentes sociais envolvidos na pesca – pescadores diretos, atravessadores, marreteiros, moradores da vila, jovens, mulheres e pescadores aposentados.

Conversas dirigidas com as mulheres, em suas casas e nos ranchos, acerca da pesca, de suas participações e mesmo sobre o cotidiano da atividade pesqueira para a família, sobre os encantados e outros temas que se apresentavam nos diálogos.

Outros recursos adotados no processo de pesquisa de campo, de grande significância para a elaboração do trabalho foram:

Registro por imagens fotográficas – Onde procuramos registrar imagens do cenário sócio-ambiental da APA, como documentos que colaboram visualmente nas análises elaboradas.

Análise documental - como atas de reuniões da Associação, mapas e croquis do município, das estradas e localidades além de documentos da Antiga Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente – SEAMA e leis analisando a situação da pesca dentro da APA, discriminando os tipos predatórios, onde ocorrem e os acordos de pesca, realizados pelas Associações tanto de Nova Olinda como de outras localidades que vivem da pesca na APA, visando coibir os tipos predatórios.

A observação direta – Através da qual pudemos observar alguns tipos de pesca, como de tapagem de igarapés, pesca de camarão, espinhel, dentre outras. Outros tipos reconhecidamente como proibidos por seus agentes em virtude de determinação legal, como por exemplo, a zangaria e o puçá de muruada ou moralmente condenados, como o uso do timbó e do cunambi, não se tornaram acessíveis à observação, inclusive por sua realização ocorrer nas marés da madrugada, tornando o seu acompanhamento difícil. Em alguns casos, como da pesca com zangaria – a ser detalhada no quarto capítulo – que os pescadores locais, de outras modalidades de pesca, sabem quando e onde ocorre, pudemos

assim observá-la através de estratégias combinadas com estes – como passar de bote pelo local sem parada, com destino a outro ponto dentro da área, para não chamar a atenção dos pescadores de zangaria, por conta da tensão local entre pescadores e fiscais do IBAMA.

Outras observações realizadas foram dirigidas ao cotidiano dos pescadores e, em especial ao trabalho nos ranchos:

habitações temporárias, construídas em pontos estratégicos das praias ou na linha litorânea [...] É nesse tipo de construção que os pescadores se acomodam sazonalmente para as pescarias. Muitos levam a família, e lá se acomodam durante a temporada da pesca de peixe. (Nery, 1995:215)

o processo de trabalho e as relações sociais e econômicas, o significado do tempo, do descanso, a participação de jovens e crianças, a presença das mulheres, a despesa, o processo de ação dos atravessadores, a venda no mercado, dentre outros pormenores, que foram observados procurando-se entender a constituição de um fazer e saber locais, de como se processa a relação homem/homem/natureza naquela unidade de conservação - UC.

Esse trabalho de campo foi possível através dos dias em que nos dispusemos a permanecer na localidade, objetivando alcançar a organização sócio – cultural e econômica dos pescadores percebendo a interação não somente dos pescadores com os recursos naturais e entre si, mas com uma nova configuração dada ao lugar, a partir da instituição da unidade de conservação. Conseqüentemente, observar também as interações entre os saberes local e científico a partir de perspectivas diferenciadas acerca da natureza e do manejo de seus recursos.

Assim realizamos duas viagens durante a montagem do projeto com duração de uma semana cada no ano de 2004, duas viagens de três dias, visando retomar os contatos iniciais em 2005, uma viagem de um mês durante julho de 2006, duas viagens para realizar entrevistas com representantes da esfera pública com duração de seis dias, em agosto e setembro de 2006, uma viagem pela APA por via fluvial até Nova Olinda, na véspera do cívico local em outubro do mesmo ano, etapa em que contamos com a participação de nossa orientadora, uma nova com duração de cinco dias para confirmação de alguns dados já trabalhados na dissertação quinze dias depois. Realizamos, logo em seguida, uma viagem para a participação em palestra sobre o plano de manejo no dia 14 de dezembro de 2006 e em continuidade participamos da visita técnica com vistas ao plano nos dias 15 e 16 de dezembro por via fluvial a área de proteção com parada no Camarau-açú, onde pernoitamos e observamos o ambiente e as atividades desenvolvidas, além da pesca. Uma última viagem para confirmação de alguns dados realizou-se no mês de junho de 2007.

1.3– Da Experiência em campo

Nosso primeiro contato com a localidade de Nova Olinda, já na intenção da pesquisa, visto que já havíamos visitado a localidade no período que trabalhávamos no Campus de Bragança, como já informado acima, e durante a montagem do projeto, foi durante uma semana nos meados de 2005, numa breve pesquisa exploratória. Contactamos com a sede do município, através da Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente e lá buscávamos informações sobre os tipos de pesca, quais seriam menos seletivos e quais eram proibidos e informações sobre a criação da APA. Procurávamos ainda conhecer melhor a realidade local para propor com mais exatidão nosso objeto de análise.

Contactamos assim, o Carlos Luz (Carlinhos), hoje Secretário de Agricultura do município, ex -aluno do Campus de Bragança. Carlinhos foi assim nosso cicerone e nos indicou o caminho para a localidade de Nova Olinda, com quem falar a princípio e o contato com as autoridades locais, para efeito de não sermos mal interpretados, respeitando a “hierarquia” local.

Nossa aproximação se deu dessa forma em Nova Olinda, através de visitas às residências dos pescadores, o que nos permitiu também o contato com as mulheres. Buscamos o levantamento de dados através de entrevistas semi-abertas, guiadas por um roteiro pré – estabelecido, mas sempre procurando proceder a uma conversa sem formalidades, afim de não criar constrangimentos.

Nesse primeiro momento, também contactamos dirigentes da AGRONOL – Associação Agropesqueira de Nova Olinda e o Seu Bené, ex- pescador e atravessador local, com o qual pudemos contar, em todas as nossas viagens à Nova Olinda, tanto para esclarecimentos como para as idas e vindas entre, a partir das representações locais, a “terra” e a “água”, ou seja, da área urbana (sede) de Nova Olinda - onde nos hospedávamos em nossas viagens - até a APA e vice- versa.

Visitamos a casa do vereador “Sarapó” (Raimundo Reginaldo Santana) e de sua esposa (Maria José Amorim Santana), diretora da escola pólo de Ensino Fundamental da localidade (a essa diretoria estão anexadas mais 14 escolas de ensino fundamental que constituem o pólo 08, distribuídas nas vilas adjacentes), onde dormimos, e no retorno de ônibus, pudemos também travar novos contatos, como o Seu Joaquim, conhecido como “Pium”, atuante na Colônia de Pescadores.

Uma nova viagem ocorreu também nessa mesma época, visando entender melhor como se deu a constituição da APA. Nesse sentido, durante três dias procuramos a

Prefeitura e a Câmara de Vereadores para tentar localizar alguns dados, como a ata da sessão que aprovou a instituição da APA. Por motivos internos e políticos da Câmara de vereadores, o livro de atas não estava acessível.

Localizamos lá o Márcio Gardunho ex-diretor de turismo local, que atuou juntamente com o Dr. Inocêncio Gorayeb, pesquisador do MPEG, no trabalho de campo que culminou no relatório de subsídio para criação da APA, com o qual remontamos em parte esse processo e tivemos acesso ao CD ROM (Compact Disc –Read Only Memory) do referido relatório.

Outra importante referência que contactamos foi a Goretti Mesquita primeira diretora de Meio Ambiente de Augusto Corrêa, que reside no município de Bragança, com a qual tivemos uma conversa inicial, além das informações de como proceder e que contatos buscar na Prefeitura de Augusto Corrêa e na localidade de Nova Olinda, bem como pudemos analisar e copiar documentos da diretoria que estavam sob sua responsabilidade, como atas de reuniões, acordos de pesca, roteiro de reuniões, entre outros.

Buscamos também a diretoria de turismo onde, atualmente, estariam guardados os documentos referentes à ex-diretoria de meio ambiente. Segundo informações do então secretário de agricultura e meio ambiente. Esse material nunca foi localizado, dando – nos a impressão de sua dispersão e, portanto, de registros perdidos da história de constituição da APA.

No mês de julho de 2006, decidimos passar os trinta dias na localidade. Nesse momento, nos hospedamos na casa do professor de Nova Olinda, hospedagem facilitada por intermédio do Carlos Luz que encaminhou nosso pedido por escrito à Secretaria de Educação do município. Somente nessa época, foi possível uma aproximação maior em relação à organização social, econômica e política da população local. Das relações de parentesco, amizade e compadrio, de trabalho e das relações e disputas de poder. Nesse período pudemos criar laços de amizade que permitiram assim, que passássemos a compartilhar algumas horas nas residências, observando o funcionamento das casas, a participação das mulheres e crianças nas atividades cotidianas; assim como pudemos entrar na rotina das pessoas do lugar e eles a se habituarem com a nossa presença. Desse modo, por hábito deles, ficávamos parte das noites conversando em frente à casa de Seu Bené, ouvindo as “estórias de pescadores” que chegavam para conversar.

Ouvíamos também sobre a passagem de “outros” estudiosos ou outros que já estiveram por ali. Ouvíamos primeiramente das mulheres os casos ocorridos envolvendo os

“encantados” ou “invisíveis”, versões confirmadas pelos pescadores. Ficávamos sabendo do horário da maré e víamos os pescadores se deslocando para o porto para seguir em mais uma viagem rumo a pesca na APA.

Conviver minimamente com a população local permitiu em maior intensidade a percepção de meandros e pequenos detalhes que somente o cotidiano é capaz de revelar. Por exemplo, percebemos que o tempo deles não é medido como o nosso, e que tínhamos que nos adaptar ao tempo da maré e ao tempo do pescador.

O tempo local tornou-se determinante. Ao chegarmos, sentimos o impacto desse tempo tão próprio na organização das atividades. Dessa forma, nossas atividades também passaram a ser planejadas de acordo com essa temporalidade.

Assim nossas observações diretas nas idas aos ranchos estavam limitadas pelo tempo da maré, “merendávamos” o fruto da maré – o peixe, o camarão, o siri - e conversávamos entre as marés, o horário do descanso dos pescadores. Percebemos também que as entrevistas que fossem realizadas fora dos ranchos, em suas residências – “em terra” – deveriam ocorrer após o sono que marca o descanso da pescaria do dia.

Tivemos de fazer adaptações em nossas atividades cotidianas também. O horário e o local para adquirirmos o peixe para as refeições, não eram como estávamos acostumados em nossos centros urbanos, na feira pela manhã, pois ali, obedecia o horário da chegada do pescado da maré ao porto.

Outro aspecto interessante de ser mencionado é que os pescadores de Nova Olinda achavam, a princípio, que pertencíamos ao IBAMA, em virtude do eixo de nossas conversas e perguntas. Fomos informados por pessoas mais “próximas” como o Seu Bené e o Miguel Reis, que pescadores locais nos associavam com esse órgão, o que foi confirmado por perguntas diretas dos pescadores sobre a minha suposta relação com o IBAMA. Com essa impressão, alguns pescadores de camarão não se sentiram à vontade para apresentar- nos sua pesca, durante uma observação realizada no rancho de Seu João do Pão, embora tivéssemos pedido e garantido de que não tínhamos nenhuma ligação com o referido órgão.

Concluimos assim que termos optado por entrar na APA pela via de acesso da vila de Nova Olinda e através de pessoas do local nos garantiu, em parte, a confiabilidade necessária dos pescadores à realização da pesquisa de campo. Visto que, se tivéssemos optado chegar á APA através do apoio da Prefeitura, o que certamente facilitaria o acesso, com as idas a área na voadeira da Prefeitura, saindo da sede municipal para a APA, seria para os pescadores a confirmação de nosso vínculo, com o IBAMA, em virtude do trabalho

de fiscalização, com caráter coercitivo desse órgão e da prefeitura local que se dá nesse sentido, da sede municipal de Augusto Corrêa para a APA, usando a referida embarcação.

Em nossa estadia no local, contamos, constantemente, com o apoio de Seu Bené, “atravessando-nos” para a APA para observação das atividades e das relações em estudo. Na volta, conversas sobre a área e a questão ambiental tornaram-se uma constante, inclusive, com a localização de pontos e lugares dentro da UC, como o Lombo do Muruci, o Camarau-açú, o Porto Velho, Ilha do Meio e demais lugares nomeados por eles, alguns identificados no croqui 01 deste trabalho.

Em nossas visitas a alguns ranchos, contamos com o apoio de Miguel Reis, diretor da Associação Agropesqueira, que se dispôs a nos acompanhar aos ranchos de pescadores de camarão, onde utilizamos esses dias para observar as atividades, realizar entrevistas com os pescadores, cujas conversas fluíam e tornavam-se coletivas, devidamente anotadas. Numa dessas idas para a área, conhecemos *in loco* o projeto de cultivo de ostras, mais detalhado no capítulo 2.

Optamos em seguida a esse processo, fazer o caminho inverso, ou seja, tínhamos feito um contato direto com a localidade, então buscamos retomar nosso contato com a Prefeitura, na sede do município de Augusto Corrêa, para coletar dados. Assim, após entrevista com representantes, retornamos a Nova Olinda de bote – pequena embarcação a motor - por via fluvial, acompanhada da orientadora dessa dissertação, com o apoio da Prefeitura que nos cedeu a embarcação e o barqueiro – Adamor - para nos conduzir na viagem. Nenhum mal estar foi percebido, pois as pessoas da localidade já nos viam amistosamente.

Na viagem referente à visita técnica, que durou dois dias, com vistas à elaboração do Plano de Manejo, fomos até o Camarau-açú e contamos com a companhia além de nossa orientadora, do secretário de meio ambiente, com o vice-prefeito, dos técnicos da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER) e esposas de pescadores acompanhadas de filhos que aproveitavam a embarcação para chegar aos ranchos. Pernoitamos no rancho do Seu Lerico e de Seu Marreta. Nesse momento, como em todos os outros, objetivávamos confirmar nossos dados assim como coletar novas informações que fossem pertinentes ao nosso estudo.

Uma última viagem se fez necessária para que encerrássemos momentaneamente nosso estudo na área, considerando a defesa de nossa dissertação e nesse sentido, retornamos por três dias no mês de junho de 2007, para confirmar alguns pontos ainda não tão claros. Dessa vez, contactamos com pessoas chaves para apenas

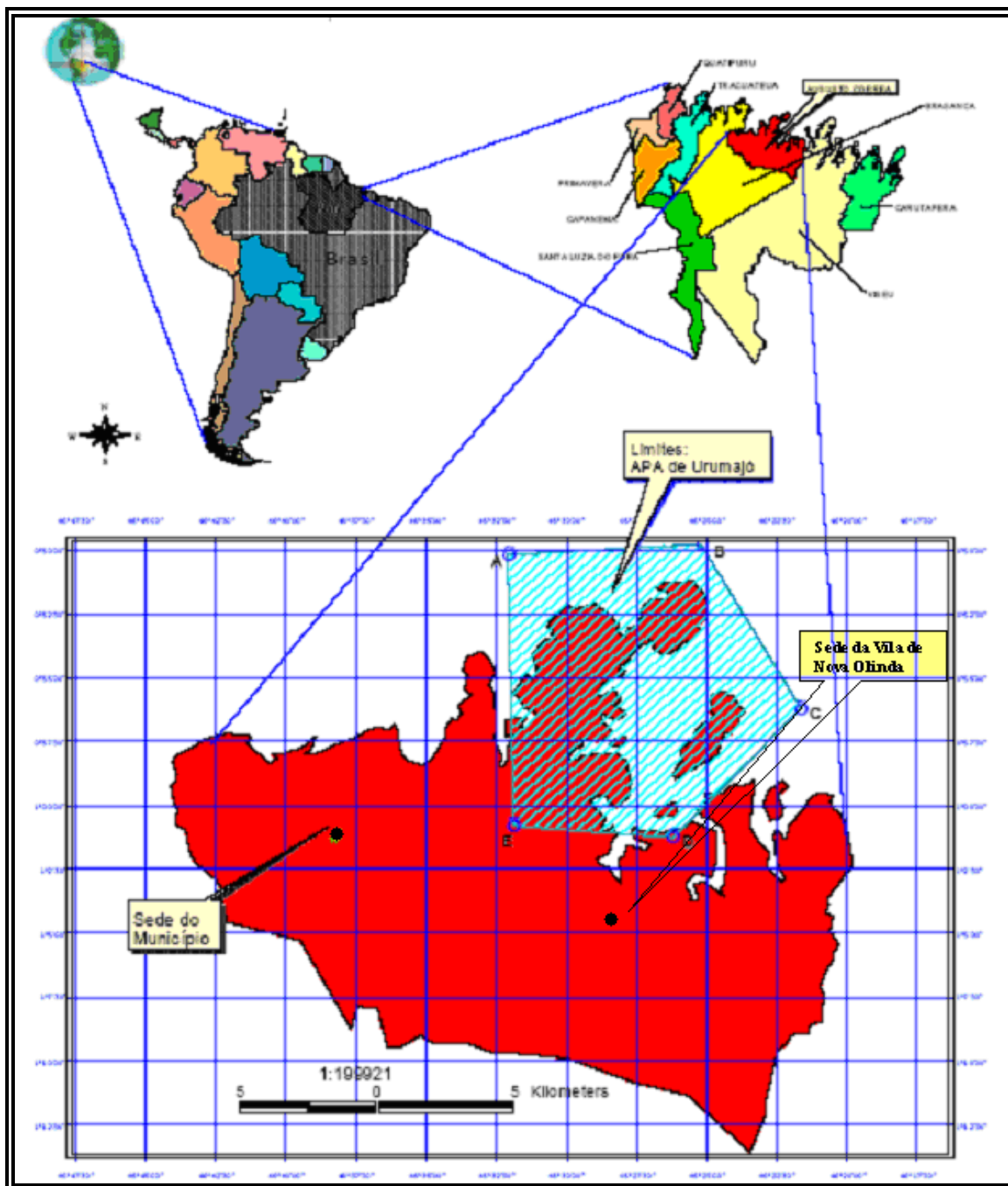
preencher algumas lacunas, como a data de surgimento da Associação agropesqueira de Nova Olinda, número atualizado de associados, nomes e sobrenomes, visto que adotamos reconhecer as pessoas por seus apelidos, que os identifica localmente e confirmar alguns problemas ambientais, como a questão da retirada de caranguejo por pessoas do Tremé/Bragança, noticiado na imprensa em virtude de um acidente com a fiscalização que ocasionou vítimas fatais, dentre outros.

Esse processo de idas e vindas iniciado em 2004 e finalizado em junho de 2007 foi paralelamente permeado pela produção do texto que compõe os capítulos da dissertação. Buscamos sempre nos ater as minúcias dos termos e definições locais, para isso sempre em nossos retornos à localidade recorriamos a algumas pessoas, em especial Seu “Bené” e a professora Socorro Braga ou “professora Socorrora” para submeter o nosso entendimento e checar se estávamos conseguindo ter clareza sobre as representações e relações sociais locais em estudo. Tal procedimento tornou-se essencial, visto que por vezes percebíamos que nossas próprias representações e análises sustentadas em outras informações se somavam aos dados e diluíam em parte algumas minúcias locais que precisavam ser preservadas, em virtude do próprio interesse do estudo, como por exemplo, as definições locais para formas de pesca, o uso do espaço, dos recursos, dentre outras.

2 – A APA DA COSTA DE URUMAJÓ – Augusto Corrêa /Pará

2.1 – Caracterização da Área de Estudo

2.1.1 – A Localização



Mapa 01 - Localização da APA da Costa de Urumajó, município de Augusto Corrêa, Pará, Brasil.

Fonte : CD ROM “APA da Costa de Urumajó” / Convênio MPEG/BASA/FADESP

A APA da Costa de Urumajó está localizada no município de Augusto Corrêa, abrangendo 306,17 km², (mapa 01) “inclui ao norte duas pontas marginadas pelas praias do Mandarité, do Cupim e Areia Branca, a sudeste a ilha do Meio e ilha Filipa, e a sudoeste uma vasta área de manguezal com pequena mancha de campo salino” (Lei Municipal Nº 04/98 de Augusto Corrêa enviada para aprovação para a Câmara de vereadores e sancionada pela prefeitura sob o número 1352/98).

O município de Augusto Corrêa, segundo dados do extinto IDESP – Instituto do Desenvolvimento Econômico Social do Pará - remonta a 1895 como povoado do município de Bragança, ainda sob a denominação de Urumajó¹; elevado à categoria de vila em 1898, alcançou o desmembramento em 29 de dezembro de 1961 através da Lei Estadual N. 2.460. Pertence a Mesorregião do Nordeste Paraense (fig. 01) e a Microrregião Bragantina (fig. 02). No Pará os municípios limítrofes com o oceano Atlântico, compõem a chamada zona fisiográfica do Salgado. Dentro desse contexto, Augusto Corrêa limita-se, ao Norte, com este oceano, a Oeste e ao Sul com o município de Bragança e a Leste com o município de Viseu.

O acesso ao município se dá por via terrestre através da Br 316 e da PA 454. Está a 228 km de Belém, a 73 km de Capanema e a 18 km de Bragança, e por via fluvial, através dos diversos cursos d'água que se interligam na região.

O município constitui-se de 132 localidades, organizadas em 04 distritos que formam a zona urbana, Augusto Corrêa (sede), Aturiaí, Emboraí e Itapixuna – a divisão em distritos, segundo informações de funcionários da prefeitura, é uma divisão política em vilas e distritos que facilita a administração - interligadas pelas rodovias Pa-454 – Bragança/Augusto Corrêa, Pa-242 – Patal/Monte Alegre, Pa 462 – Aturiaí/Araí e estradas vicinais além do rio Urumajó e seus afluentes (fig. 03).

¹ Em tupi Urumajó significa balaio grande. Contudo, a história comumente relatada por populares e registrada no conto “A aldeia” de Antonio Coutinho de Campos, é de que a origem do nome está associada a uma má interpretação dada por um expedicionário da milícia francesa enviada do Maranhão por Daniel de la Touche para reconhecimento da região. Ao indagar um caboclo local sobre o nome do rio, o militar teria recebido como resposta o nome de um pássaro muito freqüente na região acompanhado de sua designação – Uru, Majó (major), tendo assim chamado o rio de Urumajó, nome posteriormente dado à vila.



Figura 01 - Mesorregião do Nordeste Paraense

Fonte: www.pa.gov.br/sectam

Municípios que compõe a mesorregião do nordeste paraense:

- Abaetetuba
- Acará
- **Augusto Corrêa**
- Aurora do Pará
- Baião
- Bonito
- Bragança
- Cachoeira do Piriá
- Cametá
- Capanema
- Capitão Poço
- Colares
- Concórdia do Pará
- Curuçá
- Garrafão do Norte
- Igarapé-Açu
- Igarapé-Miri
- Ipixuna do Pará
- Irituia
- Limoeiro do Ajuru
- Mãe do Rio
- Magalhães Barata
- Maracanã
- Marapanim
- Mocajuba
- Moju
- Nova Esperança do Piriá
- Nova Timboteua
- Oeiras do Pará
- Ourém
- Peixe-Boi
- Primavera
- Quatipuru
- Salinópolis
- Santa Luzia do Pará
- Santa Maria do Pará
- Santarém Novo
- São Caetano de Odivelas
- São Domingos do Capim
- São Francisco do Pará
- São João da Ponta
- São João de Pirabas
- São Miguel do Guamá
- Tailândia
- Terra Alta
- Tomé-Açu
- Tracuateua
- Vigia
- Viseu

Fonte: www.pa.gov.br/sectam

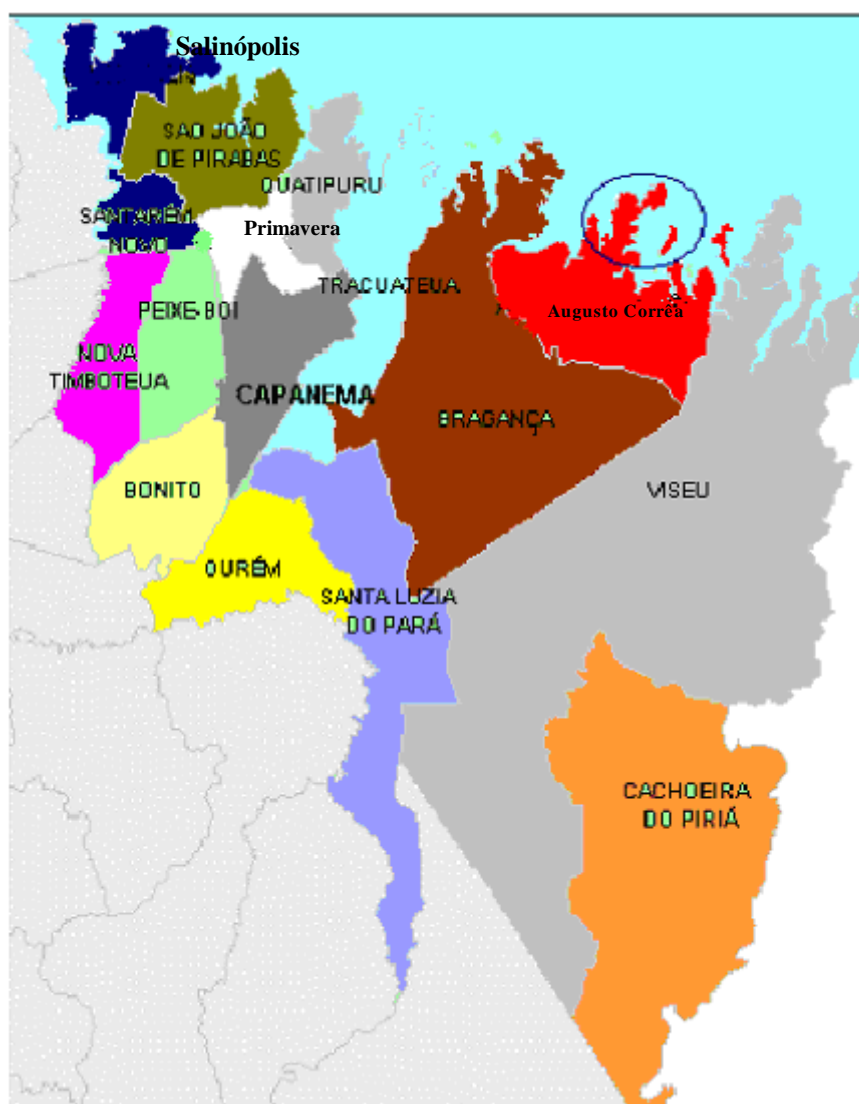


Figura 02 - Microrregião Bragantina -Em destaque a APA da Costa de Urumajó

Fonte: adaptado do site www.btd.org.br

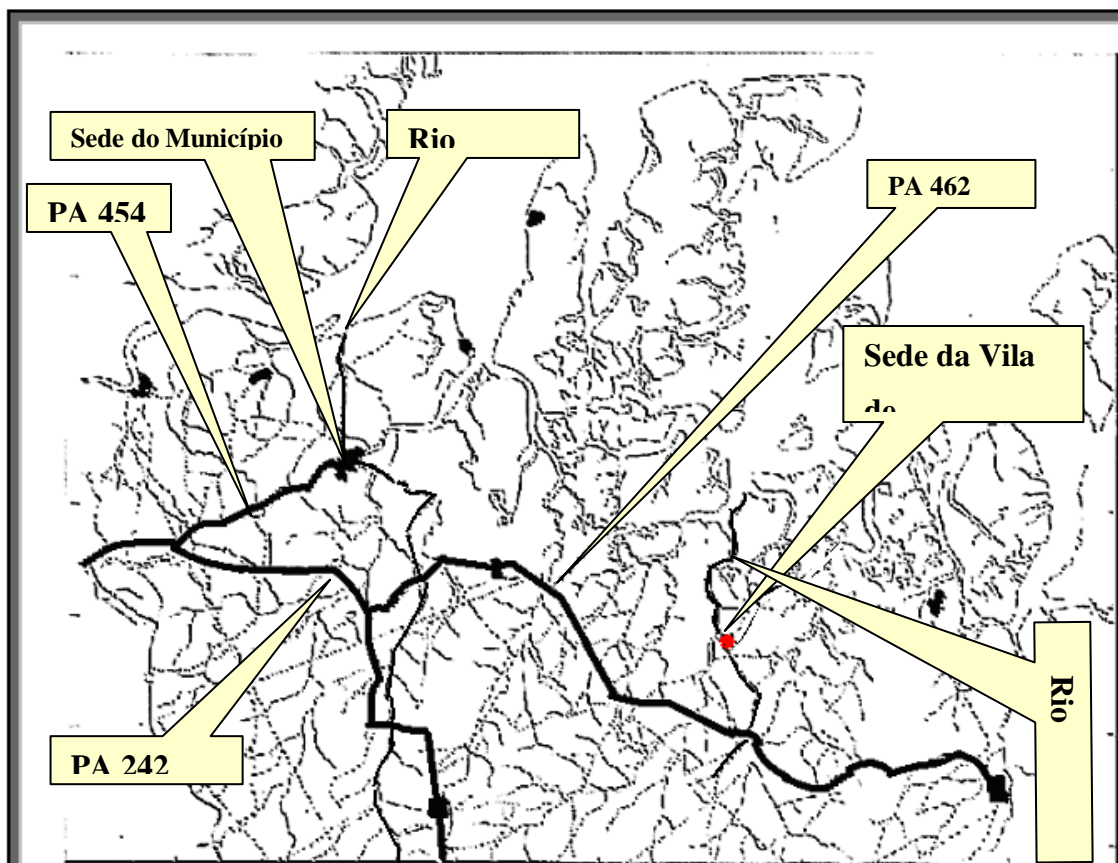


Figura 03 - município de Augusto Corrêa - rodovias, rios Urumajó e Emboraí em relação à sede municipal e sede da vila de Nova Olinda

Fonte: Adaptado por computação gráfica do Croqui 01(p. 44) – cedido por Miguel Reis

2.1.2 – Aspectos socioeconômicos

Sua população em 2000, pelo censo, somava 33.006 habitantes. Destes 19.668 habitantes da zona rural e 13.338 habitantes da zona urbana. Em 1980 a participação relativa da população rural era de 77,5%, em 2000, através de dados do IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, essa mesma população representava 59,6%. Houve portanto, um decréscimo da população rural. A população estimada para o ano de 2005, segundo dados do IBGE- cidades, é de 34.695 pessoas.

As duas principais atividades econômicas do município de Augusto Corrêa são a agricultura e a pesca, dupla vocação característica do Nordeste Paraense, como afirma Furtado, (1987, p.33) além do extrativismo vegetal. As vilas que se localizam na estrada que se inicia na localidade do Patal, seguida do Recreio e Boa Esperança, dentre outras, são basicamente lugares onde seus habitantes vivem da prática da agricultura de subsistência produzindo feijão, milho, manga, pimenta do reino, coco, café, caju, banana e outros

produtos. Ocupando 11.783 trabalhadores rurais, segundo o censo agropecuário de 1995/96. As localidades cujo acesso se faz pela estrada do Anoirá, Vila Nova, Aturiaí, Jutaí e Nova Olinda, possuem pequena produção de feijão, arroz e outros gêneros, tendo na pesca artesanal a principal atividade produtiva, considerando o maior contato com a costa do Atlântico e áreas estuarinas. No setor industrial existem três fábricas de gelo que atendem uma demanda do setor pesqueiro. Uma está localizada na sede municipal, uma na ilha das pedras, localizada no percurso do rio Urumajó e uma outra em Nova Olinda.

Ainda com base nos dados do censo de 2000, 39% da população de Augusto Corrêa se ocupa dessas atividades agro-pesqueiras; dentro desse quadro as organizações existentes são um Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural, um Sindicato de Trabalhadores Rurais e um Sindicato de Produtores rurais além de 29 associações agro pesqueiras formais, 02 associações informais e uma Colônia de Pescadores, a Z – 18, fundada em 16 de abril de 1978, com cerca de 1.489 pescadores registrados. (Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente - SEAMA).

2.1.3 – Aspectos Ambientais

São predominantes no município as áreas de manguezais e de terra firme com uma vegetação respectivamente de mangue e florestas secundárias. Segundo dados da SECTAM - Secretaria Executiva de Ciência, Tecnologia e Meio Ambiente, análises do ano de 1986, de acordo com imagens LANDSAT-TM² (foto 01), demonstram que o desmatamento foi de 44,03%. A vegetação de manguezal é considerada pelos analistas, preservada, se comparada a de outras regiões do Brasil. De acordo com informações do relatório que subsidiou a constituição da Área de Proteção Ambiental (APA) da Costa de Urumajó (2001) o litoral do Nordeste Paraense ainda encontra-se preservado, se comparado ao restante do litoral brasileiro, em virtude do difícil acesso e da distância das sedes municipais.

A hidrografia do município caracteriza-se pela presença de amplas baías litorâneas para onde converge a rede de drenagem da região. A noroeste destaca-se a Baía do Caeté, que recebe os rios Caeté que delinea o limite com Bragança, o Urumajó que banha a sede de Augusto Corrêa próximo de sua foz e que tem como principal afluente, pela margem esquerda, o rio Tijoca e Aturiaí na porção central, e cujas nascentes estão no município. A nordeste destaca-se as baías do Emboraí, do Chum e do Camará-Açu, sendo que para a

² LANDSAT – TM – Programa de Imagens por Satélite.

primeira dirigem-se os rios Emboraí e Araí, para a segunda o rio Emboranunga, limite oriental com o município de Viseu. Destaca-se ainda a presença de Ilhas, tais como da Coroa Comprida, Ponta do Cardoso, Ponta do Rodrigo, Camará-Açu, Meio, Coroa Seca e da Felipa, todas localizadas na área geográfica instituída pela Prefeitura Municipal como APA da Costa de Urumajó (SEAMA). Conforme indicadas as localizações dos lugares por pescadores da APA no croqui 01.

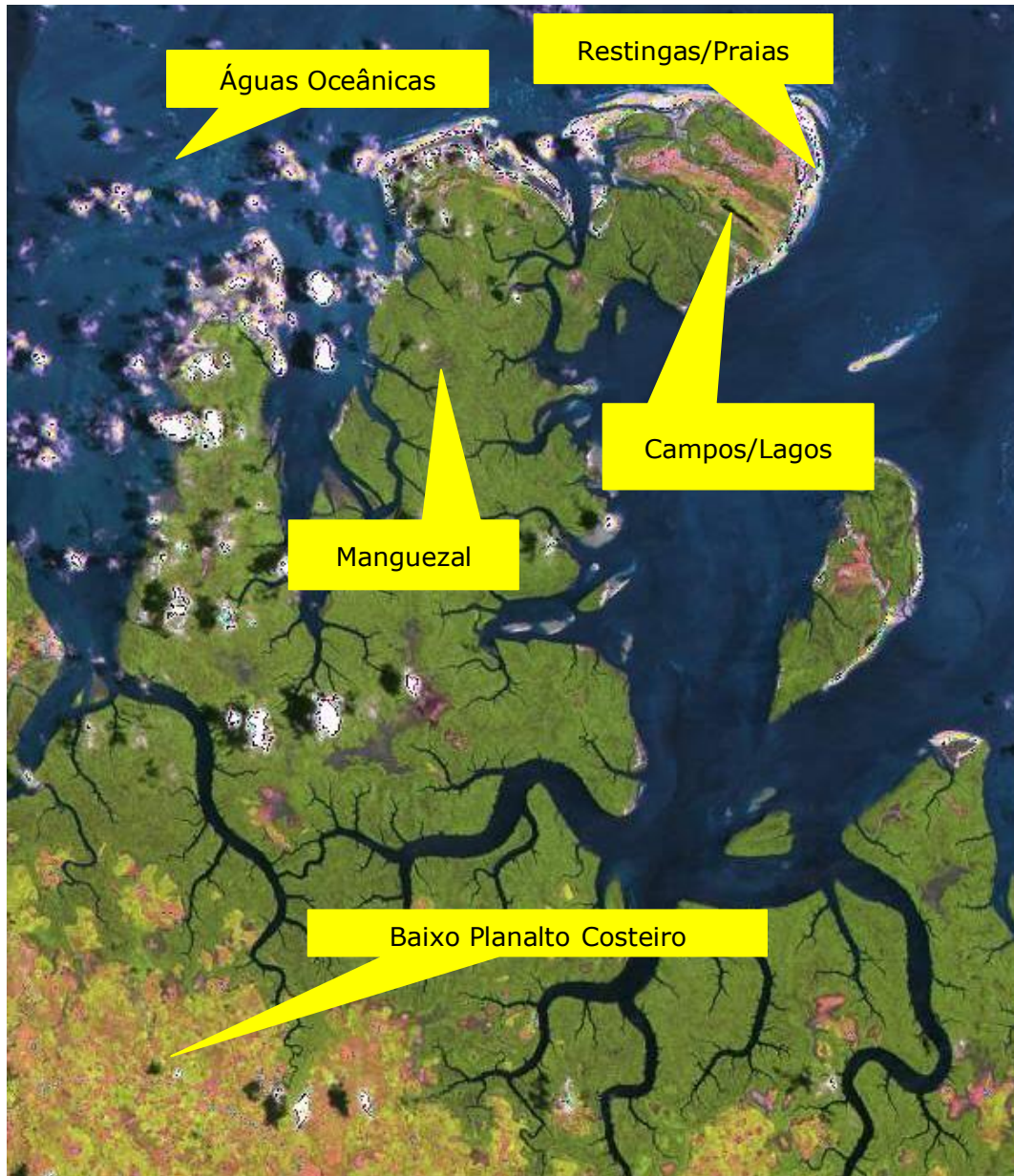


Foto 01 - Imagem de satélite (Landsat 5 TM de 03/10/88) da APA da Costa de Urumajó, com localização dos principais ecossistemas
Fonte: CR –ROM “APA da Costa de Urumajó”

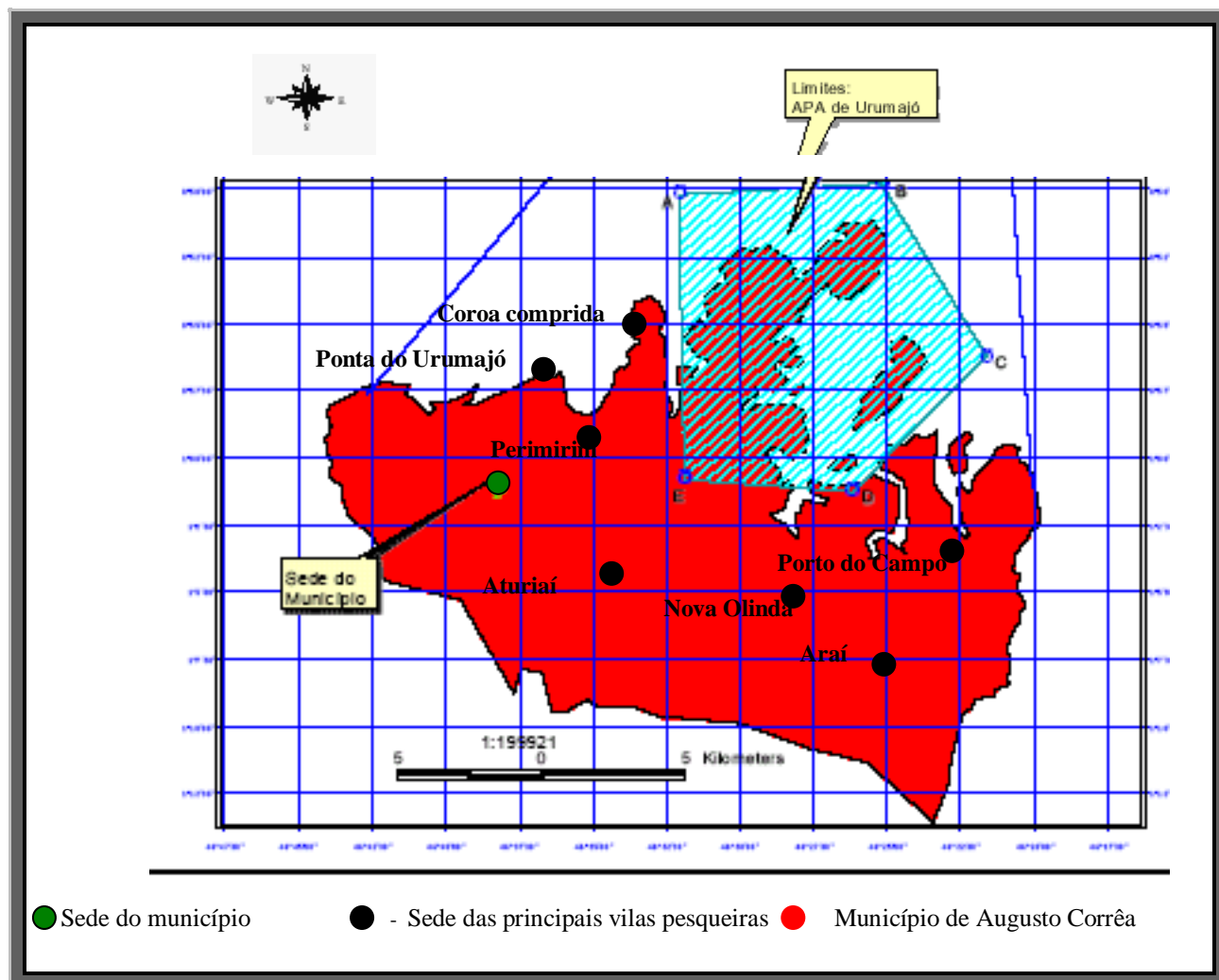


Croqui 01 - Município de Augusto Corrêa, em destaque a APA da Costa de Urumajó com localização de ilhas e baías.

1-Sede do município 2- Ilha do Meio 3- Camarau-açu 4- Ilha Felipa 5- estradas e vicinais (Ver imagem de satélite da APA com localização de ilhas e praias – anexo 7)

Fonte: Adaptado por computação gráfica do croqui cedido por Miguel Reis

2. 2 – Vilas Pesqueiras de Augusto Corrêa na área de influência da APA da Costa de Urumajó



2.2.1 - Coroa Comprida

Habitam nessa localidade cerca de 200 pessoas, das quais aproximadamente 40 são pescadores atuando na pesca de curral. Parte dessa comunidade deslocou-se para uma nova área conhecida por vila do Perimirim, em virtude dos efeitos da erosão que atingiu parte do local. A pesca é o único meio de sobrevivência dos habitantes locais.

2.2.2 - Perimirim

Criada a partir do desaparecimento de parte da vila da Coroa Comprida há 36 anos, com 800 habitantes e dentre estes aproximadamente 250 pescadores. Sendo que os principais tipos de pesca exercidos pelos pescadores da vila são os com uso de redes de emalhe³, espinhel e curral.

2.2.3 - Aturiaí

É uma vila agropesqueira, com aproximadamente 4.000 pessoas das quais aproximadamente 150 são pescadores que atuam na Praia Grande com espinhel, redes, tapagem e curral em áreas de estuários e região costeira. Os estuários são considerados dentre os sistemas mais produtivos em termos de produção primária – formação de substâncias orgânicas ricas em energia, permitindo a fixação de carbono no ambiente. (PEREIRA, 2002)

Atuam também na pesca do camarão branco com puçá de arrasto. Aqui podemos observar que além de atuarem em áreas de significativa importância ambiental como nos estuários, utilizam técnicas pouco seletivas, como é o caso da pesca do camarão, já que o puçá de arrasto não permite a seleção do tamanho do camarão pescado, além de remover microorganismos como os fitoplânctons e zooplânctons essenciais para a produção de nutrientes nessas águas.

2.2.4 – Ponta do Urumajó

Também agropesqueira, a localidade possui aproximadamente 300 habitantes dos quais 60 são pescadores, predomina aí a pesca do camarão branco com puçá de arrasto. Em virtude das safras dos peixes praticam também, como complementação, outros tipos de pesca.

³ Redes de malha – que prende ou colhe em malhas, usadas fixas ou móveis.

2.2.5 – Porto do Campo

Residem aí aproximadamente 200 pessoas, envolvidas tanto na agricultura quanto na pesca, embora essa seja a atividade predominante. Aproximadamente 40 pescadores utilizam na pesca de espinhel, e rede de emalhar.

2.2.6 - Arai

Segunda maior comunidade pesqueira com aproximadamente 2.700 habitantes e 600 pescadores. A pesca mais expressiva é do camarão branco ocupando 47% dos pescadores, realizada com puçá de arrasto e puçá de muruada⁴, utilizam para espécies diversificadas de peixes redes fixas e em menor expressão a tapagem, o espinhel e o curral.

Essas comunidades pesqueiras de Augusto Corrêa desenvolvem a pesca durante todo o ano, com apoio de outros instrumentos de trabalho como a montaria movida a remo também chamada pelos pescadores, de bote ou casco, a canoa movida à vela ou a remo, a canoa motorizada, o barco de pequeno porte e barcos de médio porte. (Relatório técnico Parcial – JICA – Agência Japonesa de Cooperação Internacional, 2004).

Segundo Miguel Reis, da AGRONOL, a produção de pescado da vila do Arai é bem menor que da vila de Nova Olinda, o que sugere um número também menor de pescadores, não sabendo, contudo, precisar em termos quantitativos essa diferença. Apenas discordando da estimativa apresentada acima.

2.2.7 - Nova Olinda

Uma das mais antigas e maiores em termos populacionais, com aproximadamente 4.000 habitantes sendo aproximadamente 800 pescadores. A pesca de curral é a mais freqüente, cujas espécies mais capturadas são tainha, pratiqueira, urutinga, corvina, bagre e cangatã. Nas pescarias mais costeiras utilizam redes de emalhar, chamadas “malhadeiras” que servem para capturar pescada amarela e nas pescarias mais interiores, utilizam entre outros instrumentos, a rede caiqueira, capturando espécies de peixes pequenos como a caíca. Como não possuem instrumentos e embarcações de médio ou grande porte, a pesca fica mais restrita às águas interiores (fotos 02 e 03). A captura de espécies de peixes grandes como a pescada

⁴ Púça de Arrasto – rede em forma cônica usada em movimento; Puçá de Muruada – modifica apenas no uso fixo.

também pode ser realizada nessas águas, contudo, não se faz pela ausência de instrumentos de trabalho apropriados.



Fotos 02 e 03 - Peixes “miúdos” capturados pelos Pescadores Artesanais

Fonte: Benilde Rosa -Pesquisa de Campo (julho de 2006)

Há também na área, um projeto piloto de criação de ostras, desenvolvido entre sócios da Associação Agropesqueira da vila, envolvendo atualmente cinco famílias, algumas das quais também atuam na agricultura. O projeto teve início em 2002, quando o Instituto de Ensino Superior da Amazônia (IESAM) e a Secretaria Executiva de Ciência e Tecnologia do Estado (SECTAM) realizaram a pesquisa “moluscos bivalves”, de captação de ostras em bancos naturais para criação em cativeiro na localidade, envolvendo 07 produtores, passando no mesmo ano de 2002 para 16 produtores, em junho de 2007 o projeto contava com 09 produtores. Em 2004 o Serviço brasileiro de apoio às micro e pequenas empresas (SEBRAE) passou a dar suporte técnico para o projeto, são também parceiros a Prefeitura de Augusto Corrêa, a Universidade Federal do Pará (UFPA) e a Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER).

Durante a visita realizada ao projeto em julho de 2006, observamos que os criadores vêm se aperfeiçoando na criação de ostras em cativeiro. Eles retiram as sementes (larvas juvenis) dos bancos naturais e cultivam nos chamados travesseiros - espécies de sacos em polietileno rígido no quais são armazenadas sob o curso d'água - e nas lanternas – também em polietileno com os tamanhos de malhas pequena, média e grande adequadas ao tamanho das ostras, contendo até seis bandejas (foto 04).

O material de trabalho como a balsa, bandejas e travesseiros foram deixados pelos pesquisadores do IESAM ao término dos estudos realizados na área, os técnicos também

auxiliaram as famílias envolvidas no projeto, na criação de estruturas de trabalho com materiais de fácil acesso e economicamente mais acessíveis, com o uso de materiais recicláveis como é o caso das garrafas PET (Poli Tereftalato de Etila) de refrigerantes usadas como bóias na “mesa flutuante” – composta de uma corda horizontal, onde ficam fixadas as cordas secundárias que sustentam as bandejas e travesseiros. Ou ainda, para a captação das sementes, através da confecção de coletores, ou seja, da sua divisão em duas partes longitudinais, que se acomodam bem nesse processo, protegendo as sementes contra a predação e facilitam a remoção das mesmas para os travesseiros, sem causar danos, o que foi testado durante a pesquisa, comprovada a sua melhor eficácia em relação às placas rígidas que ocasionavam a morte das sementes na transição entre os bancos naturais e a área de cultivo.

O projeto de cultivo de ostras apesar da pequena produção e da ausência de investimentos, como por exemplo, a falta de uma estrada em condições de tráfego, existindo apenas uma trilha de acesso e da ausência de um trapiche para saída em direção ao local do cultivo no rio Emboraí Velho, já consegue colocar no mercado dos municípios de Bragança e Belém parte de sua produção.



Foto 04 - Traveseiros e lanternas de ostras do Projeto desenvolvido no rio Emboraí Velho

Fonte: Leonardo Argeo Zayas Fonseca - (junho de 2007)

Esse projeto manifesta-se assim, como a materialização de ações conjuntas entre a ciência, o saber local e o poder público, como resultado das parcerias, na criação de caminhos de produção de conhecimento científico, objetivado pelo projeto do IESAM, em consonância

com o saber e o uso dos recursos naturais locais, numa troca de interesses, contando com o apoio de instituições públicas em ações com vistas a uma atividade auto-sustentável.

Nova Olinda é o *locus* de nosso estudo, considerada nesse sentido, realizaremos uma breve descrição do lugar em seus aspectos físicos, de arquitetura, instituições. Poderemos assim entender melhor o cenário de relações e representações sociais que permitem nessa interação a formação da identidade do lugar dos pescadores da APA da Costa de Urumajó, numa correlação inseparável entre a “água” e a “terra”, como representações do lugar onde vivem e trabalham os pescadores.

A sede de Nova Olinda fica a 48 km de Bragança, 30 km da Sede de Augusto Corrêa, sendo que da localidade denominada Trevinho na PA 462, de onde segue o ramal que dá acesso à Nova Olinda, são 05 km até a sede da vila. Ao chegarmos na PA 462 saindo da sede municipal e no referido ramal para a vila, de imediato nos deparamos com a realidade da estrada sem asfaltamento e em condições precárias de trafegabilidade, o que torna o acesso rodoviário difícil e demorado. A presença de pontes, muitas das quais em condições difíceis de tráfego, ou como localmente definidas, “quebradas”, parece ser uma constante pelo relato dos moradores, que afirmam as melhores condições no período do verão. O caminho fluvial até Nova Olinda depende do “tempo da maré”, cujo acesso saindo da sede municipal se faz pelo rio Urumajó e afluentes.

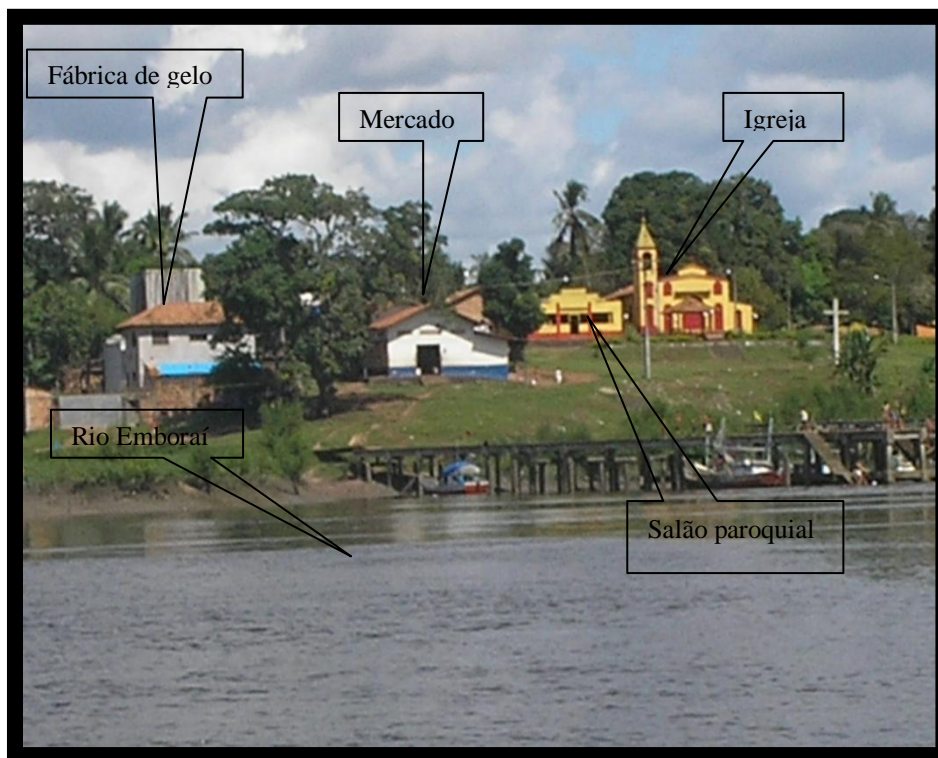


Foto 05 - Nova Olinda – vista do rio Emboraí

Fonte: Benilde Rosa -Pesquisa de Campo (julho de 2006)

Lá, no que podemos denominar como centro urbano ou sede da vila, estão o mercado de peixe, a igreja Católica, uma praça e o porto, localizado as margens do rio Emboraí e, nas suas proximidades, a fábrica de gelo, um bar de propriedade do “Diquinho Calado” que serve também de ponto de recebimento do pescado que chega no porto para comercialização em outros municípios (foto 05).

Existem ainda na localidade, uma igreja Protestante, duas escolas, sendo uma municipal e uma estadual, campos de futebol, bares e mercearias, um barracão de festa, a bica d’água, fonte da água potável e local de lazer, assim como o rio Emboraí e o trapiche que são utilizados também para os banhos e brincadeiras dos jovens locais.

Nova Olinda, em sua sede, possui ainda como estrutura municipal a casa do professor, onde ficam alojados os professores da rede pública de ensino que não residem na localidade, uma casa para os profissionais da saúde, com a mesma finalidade, um posto de saúde com uma ambulância e um posto distrital da delegacia. As casas, localizadas na parte mais central, que corresponde à sede da vila, são na maioria de alvenaria. Contudo, o mais comum em termos das residências nos arredores ou perímetros mais afastados de Nova Olinda como na Vila Nova, Pombinho e Caixa d’água são casas de enchimento de barro, coberta com telhas de barro.

Encontramos também, nesses perímetros mais distanciados pequenas plantações, entre outras, chamou-nos a atenção as de coco e banana. Parte dos agricultores, a exemplo dos moradores das “colônias” – definição local para as áreas mais afastadas dos cursos de água, onde os moradores se dedicam principalmente a agricultura - são agricultores/pescadores, polivalentes como afirma Furtado (1987) fazendo da pesca um complemento para a alimentação, não tendo produção pesqueira para a venda.

Em Nova Olinda é clara a distinção entre pescadores e agricultores, aqueles que se dedicam integralmente à pesca, não gostam e não trabalham na atividade agrícola, enquanto os agricultores fazem da atividade da pesca um complemento para a alimentação familiar. Segundo seu Olivar, pescador artesanal que mora em Nova Olinda:

Eu sei fazer de tudo, mas eu vivo da pesca, eu gosto de pescar, agora trabalhar na lavoura não é comigo . Meu pai tinha roça, ele trabalhava na maré também, mais tinha roça e quando chegava a época de ir pra roça não era bom, eu trabalho desde a idade de dez anos [...] A pesca também é lazer, quando o sol tá quente a gente se joga na água. (agosto de 2005)

Em termos de atividades festivas, são realizadas na localidade as festas juninas, com competição entre grupos de quadrilhas envolvendo as vilas vizinhas, a Festa do Chope, no último final de semana de julho. No ano de 2005 a Associação Agropesqueira realizou o I

Festival do Pescador Artesanal, com atividades desportivas, como natação e canoagem tendo como premiações kits de espinhéis e redes. O Círio de Nossa Senhora de Nazaré no terceiro domingo de outubro. A Festa dos Veteranos, realizada no dia vinte e cinco de dezembro reunindo os casais e seus familiares, uma confraternização de natal que congrega os casados e seus filhos. A festividade de São Pedro, padroeiro dos pescadores, comemorado no dia 29 de junho e a Feira da Cultura de Nova Olinda também no mês de junho.

2.3 - Unidades de Conservação e Populações tradicionais – definição e imprecisão

Em 1981, foi criada no Brasil uma nova modalidade de Unidade de Conservação⁵, (Uc's) a Área de Proteção Ambiental (APA):

Definida segundo o SNUC: Art 15-A Área de Proteção Ambiental é uma área em geral extensa, com um certo grau de ocupação humana, dotadas de atributos abióticos, bióticos, estéticos ou culturais especialmente importantes para a qualidade de vida e o bem das populações humanas, e tem como objetivos básicos proteger a diversidade biológica, disciplinar o processo de ocupação e assegurar a sustentabilidade do uso dos recursos naturais.

Sua principal diferença em relação a outras categorias é a busca de conciliação entre o desenvolvimento e a proteção ambiental, “a fim de assegurar o bem-estar das populações humanas e conservar ou melhorar as condições ecológicas locais”. (art. 8º. da Lei Federal 6902/81). A constituição dessas UC's na categoria de APA's possibilitou visualizar uma nova forma de conciliação das atividades humanas em geral e a ação de proteção ambiental na busca da sustentabilidade, do uso racional dos recursos, conciliando desenvolvimento econômico e a capacidade de suporte da natureza. A idéia central, portanto, é conservar e não preservar. Essa diferenciação está assim traduzida no SNUC - Sistema Nacional de Unidades de conservação de acordo com a classificação das unidades de conservação em:

- de uso indireto: aqueles que não envolvem consumo, coleta, dano ou destruição dos recursos naturais;
- uso direto: aquele que envolve coleta e uso, comercial ou não, dos recursos naturais;
- uso sustentável: exploração do ambiente de maneira a garantir a perenidade dos recursos ambientais renováveis e dos processos ecológicos, mantendo a biodiversidade e os demais atributos ecológicos, de forma socialmente justa e economicamente viável; (Art. 2º, incisos IX,X e XI do SNUC)

A IUCN - União Internacional para a Conservação da Natureza⁶, considera as APA's unidades de conservação de uso direto dos recursos naturais, sendo consideradas,

⁵ Art. 2º do SNUC (lei nº 9985/2000) - Para os fins previstos nesta Lei, entende-se por: I - unidade de conservação: espaço territorial e seus recursos ambientais, incluindo as águas jurisdicionais, com características naturais relevantes, legalmente instituído pelo Poder Público com objetivos de conservação e limites definidos, sob regime especial de administração ao qual se aplicam garantias adequadas de proteção.

⁶ IUCN - entidade que de acordo com Aquino (2003), originou-se em 1948, com apoio da UNESCO como aprimoramento da União Internacional de Proteção da Natureza IUPN, que dentre outras missões se propunha

segundo o SNUC, unidades de conservação de uso sustentável. Podem ser instituídas pelas esferas federal, estadual e municipal. Cabe ao poder executivo estabelecer as normas, limitando ou proibindo atividades danosas como “o exercício de atividades que ameacem extinguir na área protegida as espécies raras da biota regional” (Art. 09º da Lei 6902/81). Tal definição é significativa, pois denota que os grupos humanos locais são agentes indispensáveis no processo de conservação ambiental. Desse modo, do ponto de vista legal é garantido o direito dessas populações permanecerem nos territórios historicamente ocupados e não mais serem excluídas como costumava ocorrer. “Pelo modelo importado norte-americano, essas áreas naturais protegidas não podiam, pela legislação, ter moradores, os habitantes tradicionais que aí habitavam foram os mais atingidos em seu modo de vida” (DIEGUES, 1994, p.119).

De acordo com Conceição & Maneschy (In: COSTA, 2002) o conceito de populações tradicionais, utilizado para definir essas categorias sociais, refere-se aos grupos sociais “típicos da região”, em relação aos quais deve-se considerar as interações estabelecidas com os ecossistemas na realização de suas atividades produtivas. Para Diegues (1994) o significado do termo bem como de outros similares sociedades tradicionais, culturas tradicionais e comunidades tradicionais são usados sem muita precisão, existindo, contudo, maneiras diferenciadas de se abordar essas sociedades, particularmente, em relação à questão ambiental, sua conservação e o papel da cultura nessas relações homem-natureza.

O direito de permanência desses grupos em unidades de conservação (UC's) em detrimento de outros grupos, para Lima (In: Castro & Aragon, 1997), está baseado em critérios que não estão claros. Isso pode inclusive, levar questões ambientais a entrar como um apêndice em questões conflituosas pela territorialidade e uso dos recursos naturais. Para a autora, o uso da expressão “populações tradicionais” adotada no SNUC, simplifica uma diversidade de situações sociais encontradas e gera uma perspectiva de permanência de atividades de subsistência de caráter familiar, que embora mais condizente com o ponto de vista da sustentabilidade, por serem consideradas mais seletivas, podem não ir ao encontro dos interesses dessas populações, como também interferir nos processos evolutivos dos ecossistemas. Sant'Anna (2003) em estudo sobre as condições e agentes envolvidos no processo de constituição do SNUC e sua aprovação evidenciou a discussão sobre essa denominação, o que gerou o veto presidencial ao uso dessa definição.

O que fica bem definido em relação à participação desses grupos é que as atividades desenvolvidas não contrariem a conservação da biodiversidade, o que demonstra que a permanência dessas populações não foi pensada também do ponto de vista sociológico, na conservação da organização do elemento humano, permitindo a conciliação nessas áreas da biodiversidade e da sócioidiversidade, posto que para tal seria necessário não só um planejamento de conservação dos aspectos bióticos e abióticos dos ecossistemas, mas um diálogo constante que crie as condições necessárias para a organização/reorganização social, econômica e cultural dessas populações, ou seja, da especificidade humana que compõe esses ecossistemas.

Especificamente, quanto à constituição das APA's, essa problemática parece está em parte resolvida, já que as mesmas incidem legalmente na perspectiva da manutenção das populações locais e de suas atividades, gerando a necessidade de conciliação dessas atividades com os princípios da sustentabilidade do desenvolvimento. Ou analisando por outro ângulo, é exatamente aí que reside o problema de como interagir com essas populações de modo à manutenção de seus modos de vida, numa proposta de planejamento sustentável que concilie os aspectos sociais e da biodiversidade.

O preceito da conservação aliado a manutenção das populações locais em UC's esbarra numa invisibilidade do saber e fazer locais (Lima, In: Castro & Pinton, 1997; Castro, In: Diegues, 2000; Pompa & Kaus In: Diegues, 2000) em geral despercebidos nos processos de instituição dessas unidades, conforme afirma Lima (In: Castro & Pinton, 1997, p.288):

De fato, a parceria ecológica tem sido constituída com base na desigualdade social. As populações pobres, no entanto, estão sendo integradas às unidades de conservação sem que se tenha definido com clareza a meta social a ser atingida. A única norma definida para o desenvolvimento, entendido como melhoria das condições de vida, é restritiva – que as atividades humanas não contrariem a preservação da biodiversidade. Do ponto de vista conservacionista, a permanência das populações humanas é em si um benefício oferecido às populações. [...] A presença de populações humanas é vista como uma concessão de risco que se troca pela aceitação política da unidade de conservação e pela adoção de normas de uso sustentável dos recursos.

Tal discussão acerca da definição de populações tradicionais possui similaridades com a análise feita por Stockinger no artigo “A Reestruturação das Relações Tradicionais na Amazônia numa Era de Modernização Forçada - 1960-1980” (In: COSTA, 2001) visto que a análise feita sobre a agricultura tradicional aborda aspectos relevantes e comuns com a pesca artesanal, enquanto atividades econômicas das populações tradicionais na Amazônia.

A principal questão é de caráter conceitual, onde o autor define o tradicional em contraponto ao moderno. Então, o tradicional caracteriza um modo de vida sustentado pela estrutura familiar e uma atividade produtiva de subsistência com fraca participação mercantil, no oposto, o moderno caracteriza-se baseado na “funcionalidade social capitalista”, (p. 105)

outro tempo social de organização do trabalho e da vida. Nesse ponto precisamos destacar que a fraca inserção mercantil se dá, como lembraram Maués & Motta Maués (1999) em sua análise da comunidade de Itapuá no município de Vigia, estado do Pará, em virtude de que, embora não estejam organizadas em relações de produção capitalista, se inserem e são obrigadas a manter relações com esse sistema macro.

São, segundo Stockinger, (2001) um reflexo das modificações que ocorrem nas relações tradicionais provocadas pelas transformações geradas pelo atrelamento que os setores modernizantes impõem, e que impedem seu desenvolvimento auto-sustentado.

Enquanto avançam as estruturas que já se reproduziam em bases mercantis, continua o desenvolvimento da economia de subsistência, reestruturando o seu caráter no sentido de uma maior dependência, principalmente no que se refere à apropriação de valor pelo capital comercial (p.116).

Nesse sentido voltamos ao trabalho de Maués & Motta Maués (1999) ao analisar especificamente a pesca em Itapuá onde a comunidade usa como estratégia de sobrevivência transformar parte do pescado em valor de troca, a que os autores denominam “excedente compulsório”, como uma forma de relações externas, para aquisição de outros valores de uso que não produzem. Enquanto isso, em suas relações internas predominam os circuitos de reciprocidade, ou seja, as trocas entre os moradores. Esses mecanismos criados pela comunidade permitem o que Conceição & Maneschy (In: Costa, 2002, p. 150) perceberam como um traço de relativa autonomia, “uma fluidez das populações caboclas, dificultando total obediência às regras da sociedade dominante”.

O modelo de comportamento econômico que se impõe a essas populações em UC's, concebido a partir de uma tradição do pensamento ocidental acerca da conservação ambiental, não se aplica a outros segmentos sociais. Em sua Análise, Lima (In: Castro & Pinton, 1997) observa sobre as implicações que a política de implantação desse tipo de UC acarreta em termos de organização social e de trabalho para essas populações. Para a autora, o acesso, em certa medida igualitário aos recursos naturais implica num outro aspecto também relevante de ser observado, ou seja, as relações desse universo com o modelo diferenciado do ordenamento social envolvente. Conforme a autora:

A organização social que se configure, mais ou menos igualitária, no entanto estará inserida em uma ordem social diversa, com a qual a população local possui laços de dependência e que oferece ao meio urbano, e não o rural, seus maiores benefícios. É necessário, portanto, pensar também na fronteira social deste modelo de preservação da biodiversidade. (LIMA,1997, p.289)

Essas populações se relacionam com formas de organização econômicas dominantes que configuram a coexistência do tradicional e do moderno, conforme já analisado em Stockinger (2001), por vezes numa mesclagem ou adaptabilidade entre ambas,

para além do que nas relações da pesca condiciona uma dicotomia entre a pesca artesanal e a pesca industrial.

A pesca artesanal caracterizada por uma produção autônoma ou em parte dependente de relações sociais que implicam uma série de aspectos socioeconômicos e culturais particulares de cada contexto, o uso de tecnologia simples, num tempo próprio e a propriedade de todo ou parte dos instrumentos de trabalho e uma produção em parte dirigida para o mercado, objetivando não o lucro em si, mas, e, principalmente, a recursos para a manutenção familiar. Além de ser um trabalho desenvolvido com base no saber local e constituído no cotidiano de suas atividades. conforme será detalhado nos capítulos seguintes.

A pesca industrial, estruturada dentro do modelo capitalista de produção, de acordo com a classificação de Mello (1993), ou seja, referindo-nos a etapa da captura, posto que:

De qualquer forma, a tecnologia industrial e sua organização do trabalho introduzem uma significativa alteração relativamente aos padrões tradicionais (artesanais) de produção do pescado: separa o processo de captura do processo de tratamento do produto, representando essa divisão setorial a primeira grande parcelização do processo produtivo da pesca. (p.86)

possui na sua estruturação forma diferenciada de aproveitamento da mão de obra que incorpora e de pagamento do trabalho – o assalariamento. Há, portanto, a ausência da propriedade dos meios de produção por parte dos pescadores, realiza – se com base em tecnologias avançadas, em que o pescador não estabelece laços entre o seu conhecimento na pesca e o saber técnico/científico. Segundo o mesmo autor, “uma pesca mecanizada com a necessidade de uma produção intensiva e extensiva” que aliena o pescador, com a produção voltada principalmente para atender os mercados urbanos dos grandes centros nacionais e internacionais.

Essas alterações no processo de captura caracterizam assim a produção industrial na pesca, para Mello (1993):

É para esse setor (captura) em particular que se deve deslocar as atenções em vista de qualquer análise que tenha por objetivo compreender as conseqüências que o capitalismo trouxe para a categoria dos trabalhadores do mar, e a forma específica de submetê-la aos interesses empresariais num novo contexto em que o agente humano tem se tornado cada vez menos o fator principal da produção.(p.92)

Nesse sentido, devemos considerar a forma como se dão essas relações dos pescadores artesanais da APA da Costa de Urumajó com esse sistema de organização social dominante. Além da inserção econômica forçada, que se manifesta nas relações de venda da produção para atravessadores e marreteiros da pesca comercial, há também a pesca industrial clandestina de lagosta – que avança na área reservada para a pesca artesanal e captura espécies de peixes como pargo, cioba e cação que são desperdiçados. Os pescadores

artesanais estão submetidos também a limites legais de uso dos recursos naturais, desde 1998 quando a área foi instituída enquanto UC por lei municipal.

Em relação à pesca da lagosta, a concorrência se faz nas águas costeiras, nas dez milhas náuticas reservadas para a pesca artesanal, por um grupo de micro empresários do município que atua nessa atividade, além dos lagosteiros do Ceará e Rio Grande do Norte. Apesar da proibição da pesca da lagosta no litoral dos Estados do Amapá, Pará e Maranhão pela Instrução normativa Nº 08 de 29 de abril de 2005 do Ministério do Meio Ambiente - MMA, a pesca clandestina ainda se mantém, principalmente por lagosteiros de fora do Estado.

Para ilustrar essa tensão recorreremos a uma passagem de matéria veiculada no jornal “Diário do Pará” de 12 de junho de 2005:

A principal motivação técnica do órgão (MMA) para proibir a pesca da lagosta é a de que o uso de redes do tipo arrastão reduz o tempo de pesca, mas provoca danos devastadores ao meio ambiente marinho. Os pescadores de Augusto Corrêa denunciam que barcos de outros estados continuam praticando a pesca predatória na costa do Pará. O empresário José Pinheiro de Oliveira, conhecido como ‘Zeca Boreto’, vice-presidente da Associação dos pescadores da vila do Perimirim, diz que se não forem tomadas providências urgentes, dentro de três meses os barcos vão se instalar permanentemente na costa paraense.

Ainda segundo a mesma matéria do jornal “Diário do Pará”:

O problema é que a costa do Nordeste já dá sinais de esgotamento na produção de lagosta, forçando as embarcações a buscarem a área paraense, aproveitando-se da falta de fiscalização. Além da investida dos nordestinos, a costa paraense ainda fica à mercê de embarcações estrangeiras, principalmente das Guianas, sem que o IBAMA tome qualquer medida punitiva.

Ainda em matéria mais recente do jornal “Diário do Pará” (www.diariodopara.com.br/cidades/ci_01.asp) do dia 14 de junho de 2007, deputados manifestam preocupação com a revogação da instrução normativa 138 de dezembro de 2006 que em seu artigo 6º proíbe a captura de lagostas com rede de arrasto (caçoeira):

Essa modalidade de pesca, típica do alto mar, tem se tornado crescente na região, sobretudo nos municípios de Bragança e Augusto Corrêa[...] Essas embarcações da indústria pesqueira nordestina já acabaram com a lagosta daquela região e agora atuam em nosso estado.

Segundo estudo realizado por Diegues (1995) à época, o Nordeste brasileiro já dava sinais de esgotamento de seus recursos e apresentava conflitos que ora presenciamos no Nordeste paraense:

A redução dos estoques pesqueiros, por outro lado, não se dá somente pela poluição, mas também pela pesca predatória realizada pelos barcos de indústrias pesqueiras que freqüentemente operam em áreas costeiras onde trabalham os pescadores artesanais. Já existem inúmeros casos de conflitos entre os pescadores de barcos artesanais e industriais especialmente no nordeste, onde os covos e redes de pescadores artesanais são destruídos. A crescente degradação dos ecossistemas costeiros, em particular dos estuários e lagunas, parece ser, no entanto o fator que mais coloca em risco a reprodução social dos pescadores que operam dentro dos quadros da pequena produção mercantil. (p. 38)

Questões como estas enunciam a problemática ambiental, social e a complexidade das relações presentes nesse lugar, onde concorrem interesses diversos, numa imbricação da tradicionalidade à modernidade. No que pese estarmos diante de uma UC, entendida como uma alternativa moderna que materializa uma política pública ambiental sustentada no saber científico/técnico e sendo assim, o cenário de arranjos e rearranjos entre agentes sociais diversos e da ação e reação das populações, denominadas tradicionais.

2.4 – A Instituição da APA da Costa de Urumajó



Foto 06 – Placa da APA no Porto Velho - 1998
Fonte: C D-ROM “APA da Costa de Urumajó”

A APA da Costa de Urumajó, está localizada no município de Augusto Corrêa e foi instituída pela Lei Nº 04, da Prefeitura Municipal de Augusto Corrêa de 22 de junho de 1998 (anexo1) que no art. 2º enuncia:

A APA da Costa de Urumajó terá como objetivos principais: a conservação de recursos bióticos; a preservação do ninhal de guarás; a pesquisa científica; a educação ambiental e o ecoturismo, *sem prejuízos das atividades de comunidades pesqueiras tradicionais.* (grifo nosso).

A APA, portanto, foi criada em 1998, num cenário político eleitoral que culminou com a reeleição do então prefeito, Milton Lobão. À época, a diretoria de meio ambiente da Prefeitura, sob a responsabilidade da geógrafa e especialista em educação ambiental pela UFPA, Goretti Mesquita, iniciou um trabalho de educação ambiental com os pescadores locais que juntamente com a Associação Agropesqueira de Nova Olinda combatiam a pesca predatória.

A expressão “pesca predatória” encontra - se nos documentos emitidos pela Secretaria de Agricultura e meio Ambiente do Município - SEAMA, nas atas de reuniões das

Associações agropesqueiras e nos Acordos de Pesca, bem como na Lei Municipal de Augusto Corrêa de Infrações Penais contra o Meio Ambiente, elaborada pelo Conselho Municipal de Meio Ambiente (CONDEMA), pela Lei Ambiental do Estado do Pará (Lei nº 5887 de maio de 1995), seção III, artigo 117 e Lei de Pesca do Estado do Pará (Lei Nº 6713 de janeiro de 2005).

Refere-se assim, aos tipos de pesca legalmente determinados em virtude dos apetrechos, substâncias e métodos utilizados, das áreas de pesca e das épocas de reprodução, quantidade e tamanho do pescado, distanciamento legal além daquelas que necessitam de autorização ou licença de órgão competente, nos casos que couber, e espécies decretadas para serem preservadas. Contudo é importante salientar que a pesca predatória para os pescadores locais é considerada aquela que ocasiona “estrago”, ou seja, quando há o abate, o não consumo e deterioração do pescado no próprio curso d’água.

O referido trabalho de combate à pesca predatória, segundo informações da própria geógrafa e de sua equipe, consistia em orientar, realizar palestras e aplicar algumas medidas como o registro por escrito dos casos de infração ao Acordo de Preservação de Pesca da Comunidade, registrando o dia, a hora, o local, o tipo de embarcação, o nome do proprietário da mesma, o número da Carteira de Identidade e Carteira de Pesca além do tipo de pesca proibida sob o testemunho de duas pessoas (anexo 06). As informações sobre as infrações eram fornecidas por pescadores e associados da Associação Agropesqueira de Nova Olinda (AGRONOL) que já contactados, colaboravam com as ações.

Essas atividades são freqüentemente descritas pelos pescadores da área, em seus relatos, muito embora eles manifestem pouco crédito ao seu conteúdo. Sobretudo porque elas não atendiam aos interesses deles, cujas condições de trabalho na pesca continuam adversas. Por outro lado, denotam um certo nível de percepção das questões ambientais de forma dirigida a sua condição de pescadores. Essas representações acerca dos recursos naturais e de seu uso manifestam-se como produto das mais variadas inter-relações, o que inclui as atividades de educação ambiental desenvolvidas pela prefeitura, porém a percepção desses pescadores se dá a partir de seu contexto e de suas experiências de vida.

É, eles explicaram esse negócio aí (sobre a APA), chamaram a gente, explicaram assim pra gente, mas eu não entendi a conversa deles, foi um pessoal que foi lá numa reunião, mas custaram muito a falar, eu fui embora. Certos tipos de pesca acaba com os peixes, afugenta, pra nós o que prejudica mais é isso. (Reginaldo - pescador de espinhel de Nova Olinda, junho de 2006)

Documentos da SEAMA que relatam as experiências em educação ambiental e relatos do ex-presidente da Associação Agropesqueira, confirmam que com a criação da APA

foi iniciada uma Campanha Permanente Contra a Pesca Predatória, identificada, além dos relatos, em registros documentais e fotográficos. Entretanto, nos períodos que realizamos pesquisa de campo no local, não presenciamos mais nenhuma atividade nesse sentido. A referida campanha contou com o apoio de várias instituições como a FCAP –Faculdade de Ciências Agrárias do Pará, atual UFRA (Universidade Federal Rural da Amazônia), a UFPA - Universidade Federal do Pará, a SECTAM – Secretaria Executiva de Ciência, Tecnologia e Meio Ambiente do Estado do Pará e as Associações locais. A campanha se baseava em reuniões com os pescadores que trabalham nos domínios da APA, buscava esclarecer então sobre os prejuízos da denominada pesca predatória para o homem e o meio ambiente. Uma das conseqüências dessa campanha foi o estabelecimento de acordos de pesca em algumas vilas pesqueiras do município, conforme indicam documentos da SEAMA, em poder da ex-diretora Goretti Mesquita.



Foto 07 - Representantes da diretoria de Meio ambiente e AGRONOL junto a pescadores do Porto Velho após atividade de combate à pesca predatória
Fonte: Gorete Mesquita - 1998

Segundo o ex-presidente da Associação agropesqueira, nem sempre o trabalho acerca do meio ambiente foi reconhecido pelos pescadores locais, em virtude de conseqüências que desagradaram pescadores, e principalmente, proprietários de apetrechos utilizados na chamada pesca predatória como a rede de zangaria, apreendidos nas ações de fiscalização do IBAMA com o apoio da prefeitura local. Ações das quais se ocupava um outro

setor da diretoria de meio ambiente vinculado a SEAMA, hoje secretarias desvinculadas – SEMAPE – Secretaria de Agricultura e Pesca e SEMA - Secretaria de Meio Ambiente.

A Ata da sessão ordinária da Câmara de vereadores de Augusto Corrêa do dia 03/08/99 convoca a chefia do setor de meio ambiente para dar explicações sobre a presença do IBAMA na área. No dia 17/08 /99 numa nova sessão foi dado espaço para que na época a SEAMA em conjunto com as associações agropesqueiras das vilas argumentassem sobre a necessidade da fiscalização do IBAMA acerca da denominada pesca predatória.

Para Goretta Mesquita tais fatos se deram em virtude da influência que um “zangarieiro” da sede do município exercia por ser irmão do então presidente da Câmara Almir Rodrigues de Brito.

Segundo relatos do atual Secretário de Meio Ambiente, Eurico Rocha e do pesquisador Inocêncio Gorayeb, as discordâncias eram tão evidentes que a Prefeitura chegou a queimar redes em praça pública, como forma de manifestação de sua autoridade e forma de coibir os tipos considerados menos seletivos dentro da área protegida. Goretta Mesquita e Márcio Gardunho respectivamente ex-diretores de meio ambiente e turismo sofreram diversas ameaças de morte, registradas em boletins de ocorrência na delegacia local, que receberam por conta dessas ações. A ex-diretora foi ameaçada por um proprietário de rede de zangaria da sede do Município, que foi na época apreendida.

Zangaria é um tipo de pescaria que eles fazem, botam duas mil, três mil braças de rede⁷, aí cercam abeirando, quando tem a preamar eles levantam, e a malha é desse tipo aí, fina, eles levantam, aí o que caiu pra dentro morreu, estraga muito peixe, tudo que é tipo de peixe, é que diariamente dá mais desses peixinhos. (Seu Olivar, pescador artesanal do rio Emboraí)

Passados nove anos, a APA continua uma instituição na forma da lei. Não é ainda um espaço de práticas de conservação e uso dos recursos com base em um Plano de Manejo.

Segundo o SNUC, capítulo I, o Plano de Manejo é:

Documento técnico mediante o qual, com fundamento nos objetivos gerais de uma unidade de conservação, estabelece o seu zoneamento e as normas que devem presidir o uso da área e o manejo dos recursos naturais, inclusive a implantação das estruturas físicas necessárias à gestão da unidade.

As informações e dados necessários para viabilizá-lo seriam diagnosticados pelo estudo realizado pelo MPEG - Museu Paraense Emílio Goeldi que serviu de base para a instituição da Área, e conforme a lei de criação da APA “a implantação e execução do plano

⁷ Cada braça corresponde a 1,5 m.

de Manejo será realizada pela Prefeitura de Augusto Corrêa”. O que deveria ocorrer, tanto a elaboração quanto a sua execução, em até cinco anos após a criação da UC.

Segundo relato da diretora de meio ambiente de Augusto Corrêa por ocasião dos estudos preliminares e criação da APA na gestão do prefeito Milton Lobão, (1997/2004) sua viabilidade só foi possível em virtude de toda a discussão que já existia em torno de um projeto similar para a Ilha de Canelas/Bragança⁸. O pesquisador do MPEG, Inocêncio Gorayeb, que compôs a equipe técnica que ali trabalhava, confirma que o estudo sobre a Ilha de Canela em Bragança foi motivado ambientalmente em virtude da presença de guarás (*Eudocimus ruber*), onde foi descoberto o maior ninhal do mundo. O estudo realizado ali, foi produto de uma cooperação entre a UFPA através do Campus de Bragança e o Programa Manejo e Dinâmica de Manguezal - MADAM, cujo convênio da UFPA e do Centro de Ecologia Marinha da Universidade de Bremen na Alemanha foi anunciado 1994 pelo então Coordenador do Campus de Bragança, Professor Miguel Ramos, com participação do MPEG. Como parte desse convênio, foi criada uma infraestrutura de trabalho e pesquisas no prédio do Campus que permitia a realização de estudos na área ambiental tanto para estudiosos oriundos da Alemanha como para os estudantes e pesquisadores da UFPA, que culminou no Curso de Mestrado em Ecossistemas Costeiros e Estuarinos do Campus de Bragança. A idéia que se difundia na época da implantação do MADAM no campus é que, os alemães preocupados com a degradação ambiental em seu país incentivavam estudos e buscavam ao mesmo tempo estudar ecossistemas, como dos manguezais, para solucionar seus próprios problemas ambientais. O que em parte, manifesta uma tomada de consciência dos problemas ambientais, num cenário em que há ausência do controle através de procedimentos científicos-rationais, das conseqüências, particularmente, ambientais, decorrentes da dinâmica sócio-econômica. Quando também, está efervescente a discussão ambiental através dos movimentos ambientalistas e das análises científicas, particularmente na Alemanha, através da publicação da “Sociedade de Risco” de Ulrich Beck em 1996.

Nesse cenário propício, parte da equipe que trabalhou na Ilha de Canelas foi convidada pela prefeitura de Augusto Corrêa, por intermédio do Márcio Gardunho - que nesse momento realizava trabalho junto à equipe do MPEG na Ilha de Canela - para a realização de estudo similar em virtude também da presença dos guarás na Ilha Felipa/Augusto Corrêa,

⁸ Ilha de Canela – Com 10 km de perímetro, oficializada como APA através da Lei Nº 3280/97 pela Prefeitura Municipal de Bragança, fica localizada no Norte da boca do estuário do rio Taperaçu, no município de Bragança, nordeste paraense. A Ilha é coberta predominantemente por manguezal. (Schories e Gorayeb, 2001)

espécie essa, ameaçada de extinção. O que resultou no estudo pertinente ao diagnóstico e relatório necessários a implantação da APA.

Essa diversidade de fatos se comunga com um cenário nacional e internacional num processo de favorecimento à discussão das questões ambientais, conforme quadro a seguir:

DATA	ACONTECIMENTOS
1984	Conferência sobre Meio Ambiente da Câmara de Comércio Internacional
1987	Congresso Internacional sobre Educação e Formação Ambientais, Moscou, CEI
Década de 90	Ampla difusão das idéias de risco e de desenvolvimento sustentável
1990	Programa Avançado de Desenvolvimento Científico e Tecnológico/PADCT IV Seminário Nacional sobre Universidade e Meio Ambiente, Florianópolis – SC
1992	Conferência da ONU sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, Rio de Janeiro – ECO 92
1995	É criado o CONAMA – Conselho Nacional de Meio Ambiente – Brasil É outorgada a lei 5.887/95 – Lei Ambiental do Estado do Pará
1996	Lançamento da obra “Sociedade de Risco” de Ulrick Beck na Alemanha
1997	I Conferência Nacional de Educação Ambiental
1998	É outorgada a lei 9.605/98 – Lei de Crimes Ambientais
1999	Entra em vigor a lei 3.179/99 que regulamenta a lei 9.605/98 Entra em vigor a lei 9.795/99 - que Institui a Política Nacional de EA
2000	Entra em vigor a lei 9.985/00 que regulamenta o Sistema Nacional de Unidades de Conservação.

QUADRO 1- Acontecimentos relativos à questão ambiental – década de 80/90

De acordo com o Presidente da AGRONOL - Associação Agropesqueira de Nova Olinda, Miguel Reis e do Prefeito Municipal à época, Milton Lobão, um dos principais fatores que levou a pensar a questão ambiental foram as constantes denúncias que chegavam à prefeitura. As reclamações eram realizadas por pescadores que denunciavam o tipo de pesca realizado por outros pescadores no local e denúncias de freqüentadores do local, a respeito do mau uso dos recursos naturais, particularmente em relação aos guarás.

Quando nos assumimos a prefeitura recebemos denúncias e mais denúncias sobre o abate de pássaros lá nessa área, essas denúncias eram formalizadas por freqüentadores do local, amigos nossos e pescadores com um certo nível de responsabilidade começaram a nos avisar, havia até o abate de pássaros, de guarás, para serem usados como isca na pesca e o que nos fizemos foi a coisa certa. (Prefeito do Município à época da criação da APA, agosto de 2006)

Nesse período a Associação ajudou, foi através de uma solicitação de apoio da associação para resolver esse problema da pesca predatória na área, por solicitação dos próprios pescadores, que reclamavam desses tipos de pesca que estragam muito, quem recebeu foi a Goretti na diretoria de meio ambiente. Por situação de

reclamação dos pescadores. Nesse contexto da APA, a Associação participou, colaborou muito. (presidente da AGRONOL à época de criação da APA, junho de 2006)

Essas ações iam desde o abate para fazer isca de pesca, por lazer com uso de baladeiras ou atiradeiras, a captura dos filhotes para comercialização ilegal até a coleta de ovos. Esse movimento pela preservação dos guarás, hoje, é muito presente nas representações da população do município, como um pássaro a ser poupado de ações nocivas, conforme atesta o movimento criado por professores da vila do Perimirim (foto 08), associam também ao guará uma paisagem a ser utilizada favoravelmente como ícone para visitasões.

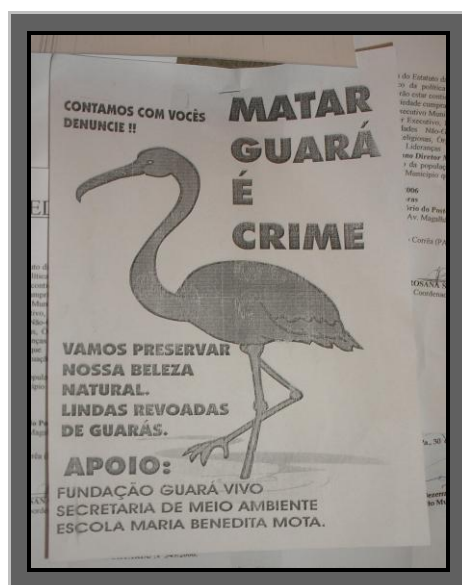


Foto 08 - Cartaz do Movimento Guará Vivo da Vila do Perimirim em dezembro de 2006
Fonte: Benilde Rosa - pesquisa de campo (julho de 2006)

Ainda segundo a ex-diretora de meio ambiente, Gorette Mesquita e o pesquisador Inocência Gorayeb, o processo de constituição da APA não se fez sem conflitos. É assim que se configura a época, o confronto de interesses entre um grupo, representado por uma vereadora, uma diretora escolar e o presidente da Associação, todos de Nova Olinda que defendiam a instituição da APA, associados aos interesses dos pesquisadores e técnicos que atuavam na proposta de criação da APA e um outro grupo, representado por proprietários de instrumentos de trabalho na pesca, principalmente redes de zangaria, ambos com melhores condições de inserção em grupos com certo poder de influência e barganha. Nesse sentido, portadores de determinados benefícios, em virtude da participação em grupos sociais com acesso a determinados recursos, inacessíveis a outros grupos em disputa, privilegiados assim para fazer valer e impor suas representações diante de grupos sociais que têm acesso limitado às esferas política, social e econômica, como os pescadores artesanais. Esses em posições inferiores na hierarquia estabelecida, e sem uma relação mais direta, mesmo com a

Associação Agropesqueira, da qual a maioria dos pescadores não é associada. No caso dos proprietários de apetrechos de pesca, a posse desse poder de barganha política e econômica na abrangência do município, tornou-se fundamental na pretensão de manter suas atividades produtivas, vendo na criação da APA um obstáculo. Contudo, o grupo local organizado em prol da APA, contou com um cenário estruturado em torno da questão ambiental favorável cientificamente – pela sustentação dos estudos acerca da biodiversidade local a ser conservada e, politicamente – pela emergência de políticas públicas destinadas a possibilidades de contenção da degradação ambiental na Amazônia.

A constituição da APA seguiu o caminho legal necessário, sem seus interlocutores alcançarem um diálogo mais aprofundado com as comunidades que desenvolvem a atividade pesqueira na área e sobre a própria organização social do trabalho - elemento essencial para que o projeto alcançasse maior legitimidade e reconhecimento. Pela análise das entrevistas e do relatório que subsidiou a constituição da APA, a preocupação maior que se expressa é a conservação dos ecossistemas em seu aspecto natural.

O relatório do diagnóstico da área realizado pelo convênio BASA/MPEG/UFPA, vigência de junho de 2000 a julho de 2002, fez uma análise detalhada quanto aos aspectos botânicos, considerando aqui para tal afirmação, a própria análise do relatório final intitulado “Estudos botânicos para subsidiar o Plano de Manejo da APA da Costa de Urumajó” e a formação da equipe técnica responsável pelo projeto, que foi composta por profissionais das ciências biológicas, zoologia e agronomia e bolsistas de iniciação científica dessas áreas. Profissionais das ciências humanas e sociais não compunham a equipe. O que em parte pode justificar a lacuna, em termos socioeconômicos no retrato do lugar apresentado no relatório final. A dimensão social, de fato, precisa ainda ser abordada de forma mais cuidadosa.

Segundo Inocêncio Gorayeb, em entrevista para esse estudo em março de 2007, a ausência dos pesquisadores da área de humanas se fez sentir, considerando que a questão ambiental embora motivada a princípio pelos guarás, traz em seu bojo a presença humana e suas atividades, sem a qual não podemos discutir os problemas evidenciados no local. A necessidade de conclusão do trabalho, os poucos recursos em pouco tempo, justificaram a necessidade da realização do diagnóstico, com um olhar sobre a dimensão social realizada pelo próprio pesquisador. Foram apresentados seus resultados na Câmara de Vereadores do Município que votou e aprovou em uma sessão, a lei já elaborada por um dos técnicos do convênio.

Nós contactamos o Dr. Gorayeb que fez a legislação, levamos à câmara, e a prefeitura deu todo o apoio necessário, fizemos o levantamento de fotos por satélite, delimitação da APA, eu diria que a prefeitura tem

um controle, policiamento em 70% , evitando a degradação do local (Milton Lobão, ex-prefeito municipal, agosto de 2006).

Para fins de análise, podemos afirmar que esse percurso que atende às exigências legais para a constituição dessa unidade de conservação (UC) esbarrou, entretanto, num elemento essencial para que a APA da Costa do Urumajó não compusesse mais uma das muitas áreas legalmente protegidas e efetivamente inoperantes quanto ao seu objetivo principal - a conservação sócio-ambiental - faltou efetivamente comunicação com os agentes sociais atuantes na área - o trabalho de educação ambiental da SEAMA e o contato com dirigentes da AGRONOL se mostraram incipientes - a falta de conhecimento de como as atividades produtivas se processam ali, bem como a falta de inserção dessa população no processo de reflexão sobre o projeto da APA levou a que os pescadores locais muito pouco entendam sobre a área de proteção ambiental e sua legislação, considerando o paradigma da conservação científica, ou seja, pouco foi alterado nas práticas e representações dos pescadores, enquanto “estruturas estruturadas” - fatores sociais e historicamente estabelecidos e incorporados de forma não consciente, constituindo parte do “*habitus*”, no sentido dado por Bourdieu (2004) de um sistema gerador de disposições para a ação e de apreciação das ações, que geram em parte a forma de pensar sentir e agir dos pescadores, na forma de viver e agir daquele grupo - pela não absorção de valores capazes de inseri-los nessa nova estrutura, a UC.

Eis precisamente a função da noção de *habitus* que restitui ao agente um poder gerador e unificador, construtor e classificador, lembrando ainda que essa capacidade de construir a realidade social, ela mesma socialmente construída, não é a de um sujeito transcendental, mas a de um corpo socializado, investido na prática dos princípios organizadores socialmente construídos e adquiridos no curso de uma experiência social situada e datada. (Bourdieu, 2001, p. 167)

Daí, acredita-se, vem a dificuldade no processo de elaboração de um plano de manejo, zoneamento e fiscalização e a dificuldade da população local de compreender seu ambiente de produção e reprodução social como uma APA, presente em suas representações pelo aspecto coercitivo que vez ou outra é exercida através da apreensão de redes e barcos realizada pelo IBAMA e prefeitura. Quando indagados sobre a APA resumem:

Já ouvi falar, mas não entendo direito [...]

É, colocaram uma placa lá [...]

A gente sabe que é proibido porque já pegaram as redes de zangaria de uma pessoa daqui de Nova Olinda (Reginaldo e Zé Maria, Pescadores de Nova Olinda, junho de 2006)

A partir das observações e da análise das entrevistas é possível afirmar que o IBAMA em consonância com a prefeitura de Augusto Corrêa, atua na área, fiscalizando e punindo o uso de determinadas técnicas de pesca, o que causa um certo temor em relação ao órgão.

É preciso ter mais explicação para o pessoal, teve uma reunião que eu ouvi o pessoal do IBAMA falando desse negócio de pesca proibida, eles disseram que iam proibir o curral, que curral tem que ser ‘malhudo’, por uma parte eu concordo com eles, mas na época de peixe seja qual for o curral ele estraga peixe. Olha esse negócio de pesca proibida, rede ‘apoitada’, zangaria, nos daqui (Nova Olinda) não temos zangaria, mas é que vem lá do Urumajó (sede municipal), nós aqui não temos rede de tapagem de uricica, de matar uriciquinha, mas lá no Araí tem, o pessoal vem pescar aqui. Eles (IBAMA) estavam com machado e motor serra pra derrubar os currais... (Seu Nonato, ex-pescador de Zangaria. Junho de 2006)

Evidencia-se dentre os pescadores locais um descontentamento quanto a sua ação. O IBAMA age coercitivamente, inclusive, sobre a principal forma de pesca que ocorre na APA, a pesca de curral, ameaçando destruí-los em virtude do tipo de malha que recobre o chiqueiro, efetivamente em grande parte imprópria. Os pescadores manifestam assim seu desagrado pela presença da punição e ausência de políticas de apoio ao pescador artesanal.

Outra questão relativa à ação do IBAMA refere-se ao fato dos pescadores manifestarem claramente as formas de camuflagem, ou seja, formas de burlar a fiscalização do IBAMA. Quando a fiscalização se aproxima, a notícia já se expandiu por toda a área, numa rede de informações que se faz pelos cursos d’água, na passagem de alguns pescadores que informam da “visita” indesejada e os outros pescadores recolhem seus apetrechos. Em relação a zangaria, o saber local se sobrepõe, visto que o uso da técnica de acordo com a maré de quarto, em geral inviabiliza a fiscalização, posto que durante essa maré a vazante torna-se mais lenta, tornando-se imprópria para a navegabilidade o que dificulta a fiscalização. Contudo, essa maré é propícia para o uso da referida técnica, que em virtude da extensão da rede, se usada durante as outras marés, pode ser arrancada pela força das águas. Em outros casos, apesar das tentativas de burlar, outros pescadores colaboram com as denúncias, e a ação punitiva se concretiza, como já ocorreu na pesca do mero, que os fiscais do IBAMA, conseguiram flagrar a ação ilegal, quando o pescado já estava sendo transportado para fora de Nova Olinda. O que só foi possível, segundo alguns pescadores, porque houve colaboração de pescadores que deram a informação da saída do pescado.

A área da APA é de 30.617,5 ha, apresentando ecossistemas de restinga e mangue (fotos 09 e 10) bastante preservados. A infra-estrutura turística precária e o difícil acesso às praias contribuem para o bom estado de conservação da área. A Ilha Felipa, localizada dentro da APA, apresenta uma população de guarás, pássaro costeiro que está na lista oficial de animais em extinção, também presente na Ilha de Canelas/Bragança (SCHORIES & GORAYEB, 2001). Abrange estuários⁹, baías, ilhas, praias e funciona como área de reprodução de peixes.

⁹ Ecossistemas costeiros onde a água salgada do mar é diluída pela água doce fluvial, caracterizado por conter um significativo patrimônio de biodiversidade.



Foto 09 - Ecossistemas de Restinga

Fonte: “CD-ROM APA da Costa de Urumajó”



Foto 10 - Mangue

Fonte: “CD-ROM APA da Costa de Urumajó”

Segundo dados do relatório final que subsidiou a criação da APA, lá estavam na época localizados, cinquenta e sete (57) ranchos (foto 11) dos quais seis (06) tornaram-se moradias fixas¹⁰. As famílias que moravam dentro da APA estavam nas praias de Porto Velho (Ilha do Meio), Areia Branca e Cupim .

A localização dos ranchos estava distribuída em: quatro (04) na localidade denominada Pé de Galinha, um (01) na Ilha Felipa, na Ilha do Meio são dois (02) do lado direito; dois (02) na Ponta da Ligeira; vinte e um (21) na comunidade Porto Velho e dois (02) na Ponta da Ilha, em Camará-Açu são nove (09) na praia da Areia branca; um (01) na Ponta do Horizonte; um (01) na Casa da fazenda; um (01) no Cajueiro; sete (07) no Pau Seco e (06) no Mandarité. (Relatório - Estudos Botânico para subsidiar o Plano de Manejo da APA, CD –Rom “APA da Costa de Urumajó”, 1998).



Foto 11 - Aspecto dos ranchos na APA
Fonte: CD-ROM “APA da Costa de Urumajó”

Ranchos de pesca são pequenas habitações construídas sobre estacas, em banco de areia, distantes da vila, para os pescadores abrigarem-se por algumas horas ou até mesmo algumas semanas quando estão fazendo pescarias de longa duração. (SOUZA Apud SIADE, 2004)

Durante a pesquisa de campo pudemos observar que muitos dos ranchos localizados no Porto Velho (foto 12) estão abandonados, caracterizando uma saída dos pescadores desse local. Segundo relatos de uma educadora da localidade, a professora Socorro Braga, o Porto Velho hoje já está bastante degradado ambientalmente em decorrência do grande número de pescadores que atuavam ali e, por conseguinte, da quantidade de lixo e resíduos orgânicos e inorgânicos depositados no local. Segundo pescadores locais, a retirada se deu para um outro banco de areia que surgiu denominado lombo do Muruci (foto 13), em virtude das

¹⁰ Conforme indicam Maneschky (1995, p.5) e Furtado (1987, p.68) sobre a transformação de ranchos em moradias fixas.

melhores condições de pescaria e do próprio movimento da areia, que inviabiliza a manutenção dos ranchos, no Porto Velho.



Fotos 12 e 13 - Aspecto dos ranchos respectivamente Porto Velho e Lombo do Muruci

Fonte: Benilde Rosa- Pesquisa de Campo (julho de 2006)

A população que sobrevive através do uso dos recursos naturais da APA tem como atividades a pesca, principal atividade, a caça de aves costeiras e outras espécies animais além da extração vegetal e a “apanha” de crustáceos. Segundo relato de pescadores locais, a apanha de caranguejo ocorre em maior quantidade devido a entrada, nos manguezais da APA, de tiradores das localidades do Araí – uma das vilas de Augusto Corrêa. Existe nessa localidade duas cooperativas de beneficiamento da carne desse crustáceo, e moradores do Treme em Bragança, que também segundo os pescadores e o Secretário de Meio Ambiente, tiram caranguejo na APA. Tal fato pode ser confirmado também através dos hábitos alimentares da população de Nova Olinda, tanto dos pescadores nos ranchos, quanto de seus familiares na vila. Há a ausência de consumo ou venda de caranguejo, substituído pelo Siri¹¹ para consumo alimentar, não tendo sido presenciado no período da pesquisa, a sua venda.

Segundo o atual Secretário de Meio Ambiente de Augusto Corrêa em conversa em fevereiro de 2007, “agora, no começo de 2007, tivemos vários problemas com eles, deu até polícia”. Em virtude da entrada na APA de cerca de dez barcos com vinte tiradores cada, diariamente, capturando, indiscriminadamente, o caranguejo.

¹¹ Siri. Do tupi. Designação comum a todas as espécies de crustáceos decápodes, braquiúros, portunídeos, caracterizados por terem nadadeiras no último par de pernas. Vivem na água, mas podem sair para as praias, onde se enterram. Alimentam-se de detritos em geral. A carne é muito saborosa. (Dicionário eletrônico Aurélio).

Os tipos de pesca desenvolvidos em Augusto Corrêa são classificados em seis classes gerais pelo Diagnóstico da Atividade Pesqueira no Município de Augusto Corrêa ¹² e de modo geral se apresentam na APA: Coleta manual, armadilhas móveis, armadilhas fixas, redes móveis, redes fixas e linhas, sendo as modalidades de pesca assim distribuídas pelas seis classes gerais¹³:

CLASSE GERAL	MODALIDADE DE PESCA
Coletas manuais	Coleta de mariscos e caranguejo
Armadilhas móveis	Covo ou Mazuá
Armadilhas fixas	Curral e fuzarca
Redes móveis	CCaiqueira, gozeira, lagosteira, (caçoeira) malhadeira, pescadeira, puçá, serreira, tainheira e tarrafa
Redes fixas	Tapagem, Zangaria e Puçá de Muruada
Linhas	Espinhel, linha e anzol (linha de mão)

QUADRO 2 - Modalidades de pesca

Fonte: Relatório Técnico Parcial (JICA/UFGA/FADESP)

A coleta manual como indica a própria definição realiza-se sem maiores instrumentos. De acordo com o que afirma Herskovits (1963), aqui o corpo compõe a cultura material, fazendo das mãos e braços instrumentos de captura, alguns coletores utilizam o “laço” ou o “gancho”, considerados ambientalmente menos seletivos que a técnica manual.

Dentre as armadilhas móveis, o covo é uma estrutura cilíndrica constituída de varas finas envolvidas por rede de malha, utilizada na captura de peixes e lagostas. Para a captura da lagosta a malha é menor.

O curral e a fuzarca como armadilhas fixas são semelhantes, construídas na maioria com madeira retirada do mangue, com uma entrada facilitando a entrada e obstruindo a saída dos peixes, diferenciam-se quanto ao interior já que no curral os peixes ficam armazenados numa área denominada chiqueiro enquanto na fuzarca são levados a uma rede cônica, a seletividade nesse caso depende do tamanho da malha, nesse sentido há uma diversidade de espécies capturadas.

¹² Relatório parcial do Projeto Definição de Estratégias Para o Desenvolvimento do Setor Pesqueiro no Município de Augusto Corrêa em 2004, através do convênio nº 1066 da JICA- Agência Japonesa de Cooperação Internacional e a UFPA/FADESP.

¹³ Os tipos de pesca e os instrumentos utilizados serão detalhados no 4º capítulo referente aos tipos de pesca no contexto da APA

Dentre as redes móveis, as mais utilizadas são as de malha tecidas em náilon – fibra têxtil sintética, polímero que apresenta resistência ao desgaste, ou o plástico – material orgânico de grande maleabilidade. Sendo as primeiras uma demonstração do avanço tecnológico no universo da pesca, que influenciam na produtividade da atividade pesqueira, espécies capturadas e concorrência dentro da APA, devido sua resistência material e seu valor monetário, que não é acessível para a grande maioria (foto 14). Segundo relato de um pescador:

Aumentou o número de pescador, entrou a malhadeira, a pescadeira pra gó, o número de barcos aumentou, pescam de rede grossa¹⁴, aí já é outro tipo de rede, a deles são náilon, pra pescada usam de náilon, essa minha caiqueira é plástico. (Seu Zezinho, pescador de Nova Olinda, junho de 2006)



Foto 14 - Seu Olivar, Pescador artesanal da APA – consertando rede caiqueira.
Fonte: Benilde Rosa – pesquisa de campo (agosto de 2005)

Como pudemos observar, tanto no diagnóstico do MPEG como durante o trabalho de campo, são diversas as formas de utilização das redes dependendo do tipo de fio, da malha da rede e da distância entre os nós de cada malha. O tamanho da malha é determinante para a seletividade, delimitando o tipo e o tamanho do peixe capturado. Ainda influencia nesse processo a forma de uso das redes, se presas numa posição ou de forma a serem deslocadas com a correnteza ou lançadas e arrastadas pelos próprios pescadores.

Dentre as redes fixas, estão as consideradas mais danosas e que são encontradas como instrumento de trabalho na área da APA. Trata-se das redes de tapagem, a zangaria e o puçá de muruada, que são fixadas nas bocas dos canais, nas saídas de igarapés, curvas de rios

¹⁴ Refere-se ao tamanho dos orifícios da malha

ou mesmo beiradas de praias, para capturar o pescado que se movimenta na enchente sem alternativa de saída na vazante. O problema ambiental referente a essa categoria se dá por conta do tipo de malha muito pequena que é utilizada, em virtude da conseqüente falta de seleção sobre os tipos, quantidade e tamanho das espécies, sem ter nenhum controle mesmo sobre a captura de indivíduos jovens que ainda não chegaram a idade apropriada de reprodução, e não são aproveitados para o comércio e pouco para consumo local. Além disso, são técnicas adotadas com mais freqüência no período de escassez, ou seja, no verão, quando diminui o estoque pesqueiro. Na classe das linhas, são usadas linhas em náilon e diversos tipos de anzóis. O espinhel utiliza vários anzóis em linhas secundárias distribuídas em uma linha principal.

Zangaria é um tipo de pescaria que eles fazem [...] eles levantam, aí o que caiu pra dentro morreu, estraga muito peixe, tudo que é tipo de peixe, é que diariamente dá mais desses peixinhos [...] teve uma época, véspera de 20 de janeiro, o pessoal deu uma redada que a gente não podia andar pelo rio, lá perto do Camarau-Açú, só aquele fedor de peixe morto, tudo que é tipo de peixe, chega dava pena de ver. (Seu Nonato – pescador artesanal, ex-pescador de zangaria - junho de 2006)



Foto 15 - Pescador em frente a um curral

Fonte: CD-ROM “APA da Costa de Urumajó”



Foto 16 - Pescadores da APA

Diversas técnicas de pesca consideradas como menos seletivas do ponto de vista ambiental e consideradas pelos pescadores, prejudiciais para suas atividades, são encontradas na área da APA da Costa de Urumajó, dentre as quais podemos citar, segundo informações documentais da Associação Agro-pesqueira de Nova Olinda e dos Acordos de Pesca - a pesca com arrasto de puçá, de redes “poitadas”, pesca com uso de substâncias tóxicas como timbó e cunambi, pesca com tapagem de cabeceiras e beiradas de rios e igarapés além de tapagem

com puçá, redes de malha fina (rede camaroeira), pesca com zangaria - todas danosas ao meio ambiente e com conseqüências sérias para a própria reprodução social dos pescadores locais.

Muitas dessas formas de pesca artesanal foram descritas por Wagley (1977) em observação realizada em 1948, no município de Gurupá, no Baixo Amazonas, como uma prática comum dentre os que “vivem nas margens dos pequenos riachos” e que não possuíam condições nem tempo para a realização de outras formas de pesca. Nos meses de verão o autor visualizou diferentes métodos de pesca, considerando como mais produtivos os que “utilizam veneno, barragens e redes” e “nos pequenos riachos, muita gente pesca com raízes de timbó ou de tinguí”, descrevendo que a raiz ou planta esmagada produz um veneno que entorpece os peixe fazendo-os flutuar facilitando a captura.

Nesse mesmo sentido, o trabalho de Furtado (1993) faz referência aos tipos de pesca considerados predatórios, a “narcotização”¹⁵, uma prática de pesca proibida pela SUDEPE àquela época e, portanto já quase inexistente em Óbidos; as redes, que nessa região diferenciam-se das redes malhadeiras, por serem maiores, atingindo 1.000 metros de comprimento, possuindo também esse caráter predador, e ao puçá que, ainda segundo a mesma autora, tem a forma de saco, considerado predatório na região da pesquisa, por capturar tartarugas, tracajás e pitiús¹⁶ ilicitamente.

Na APA, a pesca lagosteira e camaroeira caracteriza-se como a maior predadora, concorrente no mercado e nas águas porque invade as áreas costeiras, reservadas para a pesca artesanal pela legislação, em dez milhas da costa em direção ao mar aberto (FURTADO, 1997), com tecnologia que captura maior número de pescado e métodos pouco seletivos, removendo o leito dos cursos d’água e capturando outras espécies que são descartadas.

Informações dos pescadores indicam a existência de conflitos – desentendimentos ocorridos em virtude dos mesmos espaços de pesca por técnicas de pesca diferentes - dentro da Área entre os pescadores artesanais, em virtude das discordâncias acerca dos tipos de pesca praticados, cujos instrumentos são considerados mais adequados ou não, prejudicando as pescarias uns dos outros, além do conflito dos pescadores artesanais com a pesca industrial clandestina, conforme pode ser observado nas denúncias dos pescadores a AGRONOL, a respeito das práticas consideradas danosas:

A Associação foi importante porque nós recebíamos muita reclamação dos pescadores sobre esses tipos de pesca predatória. E a Associação fez um ofício pedindo apoio para a diretoria de meio ambiente para solucionar o problema dessa pesca. A zangaria é uma. Por situação da reclamação dos pescadores mesmo, só,

¹⁵ Refere-se ao uso de substâncias tóxicas.

¹⁶ Tartarugas da Amazônia (*Podocnemis expansa*), Tracajás (*Podocnemis unifilis*) e Pitiús (*Podocnemis sextuberculata*), da família dos Quelônios, possuem a carne e ovos apreciados pela população regional para consumo alimentar e para a venda.

nunca teve solução. A pesca industrial era lagosteira e escoava pelo município, é pesca industrial, eles são do Ceará. (Miguel Reis - Ex presidente da AGRONOL, junho de 2006)

A área apresenta, como já foi enunciado, dificuldades de fiscalização, o que permite as realizações dessas atividades consideradas incompatíveis com o meio local enquanto UC. Segundo pescadores locais, o ex-presidente da Associação Agro-pesqueira de Nova Olinda, que ocupou esse cargo por nove (09) anos consecutivos, servia como fiscalizador da Prefeitura na APA, tendo no combate a esses tipos de pesca menos seletivos, sua principal motivação para apoiar a criação da APA, pois a população local sobrevive da pesca artesanal na área costeira, rios, igarapés, lagos e manguezais da área.

Durante as viagens de pesquisa de campo, pudemos observar que na gestão atual da prefeitura, a Secretaria de Meio Ambiente organizou juntamente com a SECTAM um seminário sobre meio ambiente ocorrido nos dias 17 e 18 agosto, cujo eixo central foi a discussão da minuta da nova lei ambiental de Augusto Corrêa e em outubro de 2006 teve início um trabalho para organizar uma equipe com o objetivo de discutir o plano de manejo da APA, uma reunião e viagem técnica foram marcadas para o mês de dezembro com a participação de profissionais da prefeitura, da UFPA, na pessoa da professora do Programa de Pós Graduação em Ciências Sociais, Dra. Maria José da Silva Aquino, orientadora dessa dissertação, inserida no contato realizado em viagem conjunta para a Área, o MPEG, na pessoa do pesquisador Inocêncio Gorayeb, para retomar os contatos iniciais. Esse trabalho está assim em fase de elaboração tanto no que se refere à equipe quanto às etapas necessárias para sua execução.

Refletindo acerca das inter-relações dos diversos segmentos sociais envolvidos, em maior ou menor grau, nesse processo de instituição da APA da Costa de Urumajó, evidenciamos que essa iniciativa foi compartilhada pelo poder público local, representado pela Prefeitura Municipal, Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente na época através da Diretoria de Meio Ambiente e Câmara de Vereadores em consonância com Instituições de Pesquisa, particularmente o MPEG e a UFPA, através do convênio que resultou no relatório de sustentação para decretação legal da UC, através do fomento do Banco da Amazônia – BASA.

Os trabalhos realizados nesse processo envolveram dirigentes da Associação agropesqueira de Nova Olinda e pessoas da comunidade, em geral contactados por técnicos e pesquisadores, para colaborar, visto que conheciam a área e serviam de “guia” no processo de reconhecimento e estudo dos aspectos ambientais e como facilitadores no acesso aos

ambientes e populações, ou ainda, como fonte de informações com referência as atividades humanas desenvolvidas naquele lugar.

Não podemos deixar de observar que interesses, pessoais ou de grupos, geraram também uma aproximação junto aos propositores da APA. Diante dos trabalhos iniciais, a Associação, por exemplo, de acordo com que relatam os próprios pescadores, embora não conte com um grande número de pescadores associados, estando mais voltada para as questões agrícolas, ganhou uma maior representatividade, por exemplo, junto aos mesmos, que passaram a recorrer ao seu presidente como mediador de suas denúncias acerca dos problemas ambientais vivenciados e que eram sentidos como problemas para sua atividade produtiva. A Associação foi na pessoa de seu presidente, um elemento primordial para a legitimação da proposta de criação da APA. Conforme já enunciado, essas denúncias somaram para a deliberação de constituir a UC. O que não pode se confundido com uma opção da população local para o lugar, ou dos pescadores. Não percebemos como uma iniciativa dos locais, mas como uma necessidade sentida pelos técnicos e pesquisadores, a partir de um conjunto de fatores como a percepção do ambiente ainda não degradado, de uma rica biodiversidade por se tratar de área costeira e estuarina, pela riqueza da flora e fauna locais, por fatores antrópicos, a partir de um olhar dirigido por valores e paradigmas distintos em relação a população local, que participou desse processo como coadjuvante, sem opinar ou ser ouvido, para além do que estava colocado como mais urgente naquele momento – a conservação ambiental.

A legitimidade também se origina de um cenário social, político e intelectual, no âmbito nacional e internacional, perpassado por essas discussões ambientais. O que se evidencia pela constante instituição de UC's, segundo Torres (2004) no período de 1990 a 1999, somente no Nordeste paraense, cinco APA's foram decretadas pelas esferas municipal e estadual, conforme segue: APA de Algodoal/Maiandeuá, APA do arquipélago do Marajó, APA da ilha de Canelas; em Bragança, APA Jabotiteua-jatium em Viseu e a APA da Costa de Urumajó, em Augusto Corrêa.

Considerando a significância dos pescadores como agentes primordiais no processo de efetivação de ações planejadas nessa APA, para a conservação ambiental e também com vistas à manutenção das atividades dessas populações, no capítulo seguinte iremos dar especial atenção ao ser e fazer-se pescador na APA da Costa de Urumajó, a sua organização social e de trabalho, imbricada nessa relação com os aspectos naturais de seu ambiente.

Faz-se, imprescindível perceber o ser e o sentir da população de pescadores locais para que a conservação dos recursos naturais seja um projeto eficaz a partir do uso de seus referenciais como ponto de partida para a análise científica e técnica de formas sustentáveis de manejo dos recursos naturais.

3 - SER E FAZER-SE PESCADOR NA APA DA COSTA DE URUMAJÓ

A partir da possibilidade de análise que a noção de *habitus* (Bourdieu, 2005a, 2005b), através da percepção da objetividade e da subjetividade em constante interação, nos remete, pudemos compreender o pescador local na sua estrutura de organização social, enquanto “ser social” (estrutura estruturada) que em suas relações incorporou valores, uma moral, um *ethos* - um comportamento prático- muito marcado pela relação com a natureza. Por outro, também é possível perceber aspectos desse pescador local que se faz cotidianamente, marcado pelas percepções pessoais (que são coletivas, mas com formas próprias de manifestação individual), fazendo-se e refazendo-se constantemente pescador (estrutura estruturante). É possível percebê-lo assim, na dinâmica das relações que a ele se impõem nos variados aspectos da vida social, como por exemplo, referentes à constituição da UC e no trabalho, através dos arranjos que se constituem na prática, na perspectiva de fazer-se, recriando-se nessa dinâmica para permanecer ou simplesmente ser pescador em essência.

3.1 - Local de pesca; lugar de pescador

Uma das primeiras questões a serem pensadas, apresenta-se como a constituição do lugar sustentado numa cultura local e na formação de uma identidade. Esse lugar no que se refere a APA constitui-se como espaço de trabalho e, portanto, de um aspecto imprescindível para organização da vida social.

Nova Olinda tem uma divisão clara no seu território a partir da organização do trabalho. O trabalho agrícola fica segundo os moradores nas “colônias” ou “centros” – locais mais internos, mais distanciados, onde a pesca se faz em nível de subsistência, como complemento para a alimentação familiar. E o trabalho pesqueiro, que é realizado na área onde incide desde 1998 a APA. Caracterizada por ser uma área costeira e estuarina, ambiente de rios, furos, igarapés e manguezais, sendo portanto, um local de grande piscosidade e tradicionalmente usado como lugar de trabalho pelos pescadores das vilas do município e principalmente de Nova Olinda. Então, podemos entender o local, como o espaço físico com suas características naturais enquanto a noção de lugar pressupõe o local ocupado socialmente, o local compartilhado a partir de valores, ações e representações comuns em média. A distinção de lugar é clara em Giddens:

É importante enfatizar a distinção entre estas duas noções, pois elas são freqüentemente usadas mais ou menos como sinônimos. “Lugar” é melhor conceitualizado por meio da idéia de localidade, que se refere ao cenário físico da atividade social, como situado geograficamente. (1991: 27)

O trabalho é marcante no cotidiano dessas pessoas e sendo elemento central na estrutura da organização social percebemos a sua influência tanto na formação de uma identidade social quanto na constituição do lugar. É perceptível então, uma moral adquirida que orienta o comportamento, a conduta dos grupos na organização do trabalho – o ser pescador. Um *habitus*, (Bourdieu: 2005a, 2005b), ou seja, “disposições duráveis”, um *ethos* – uma prática determinada por valores - que conduz a forma de pensar, sentir e agir dos pescadores, não apenas como produto da sociedade sobre o indivíduo, mas também a partir da capacidade criativa desses indivíduos responderem a seu meio, através de suas ações e reações face ao que se coloca em termos de disputa ou desajuste interferindo na estrutura de trabalho e de forma mais ampla na estrutura da vida cotidiana.

O *habitus*, que é o princípio gerador de respostas mais ou menos adaptadas às exigências de um campo, é produto de toda a história individual, bem como, através das experiências formadoras da primeira infância, de toda a história coletiva da família e da classe. (BOURDIEU, 2004, P.131)

O lugar onde hoje incide a APA é parte da identidade dos pescadores locais. É o lugar de trabalho, é referência importante, onde trabalham, se divertem e vivem em parte. Onde se tornaram pescadores em virtude também do próprio contato com um ambiente que propicia e encaminha para a atividade da pesca, há uma historicidade nessa incorporação de valores e princípios condicionados pelos aspectos naturais e sociais do lugar que constituem-se como o pensar, o sentir e o ser pescador. As pessoas do lugar são em geral naturais da microrregião bragantina, em grande parte de Nova Olinda mesmo ou vilas vizinhas, possuem assim uma história no local e partilham com seus familiares da atividade pesqueira a várias gerações.

A área denominada como APA da Costa do Urumajó, é antes de tudo, antes de tornar-se uma unidade de conservação, o espaço da pesca realizada pelos pescadores artesanais dessas localidades, que apresenta uma consistência das relações sociais de trabalho, parentesco, compadrio e amizade em virtude da tradição, da continuidade dessas relações marcadas por fortes laços de ajuda mútua, solidariedade e reciprocidade - o dar, receber e retribuir¹⁷.

¹⁷ Sobre a teoria da reciprocidade em Mauss (1974) podemos ler que as trocas não são puramente econômicas possuem um caráter moral, estético, jurídico, religioso e morfológico (referente à estrutura social). No Ensaio sobre a Dádiva podemos entender a organização social a partir de um constante dar e receber que se instituem de forma particular para cada caso em análise. Estabelecem-se assim, alianças a partir da noção de dádiva, o que não inviabiliza a rivalidade e disputa.

Pode-se observar que as relações, entre os pescadores no exercício da atividade da pesca, nessa área não apresentam distinções entre eles por conta do local de origem, ou seja, se são ou não da vila de Nova Olinda, ou do Perimirim, do Arai, estão ali familiarizados e se ajudam mutuamente, como na troca de tipos de peixes para a alimentação, na carona das canoas fixadas nos botes quando se deslocam para o porto, na troca de trabalho no conserto dos ranchos (fotos 17 e 18), no deslocamento nos botes a motor daqueles que precisam visitar seus parentes, no transporte dos doentes até os locais de atendimento, na comunicação e envio de notícias por via de recados verbais, no envio da cambada – lote de pescado destinado à alimentação dos familiares em terra - dentre outras formas de colaboração.



Foto 17- Reboque dos cascos dos pescadores no bote do Seu Bené
Fonte: Benilde Rosa - Pesquisa de Campo (julho de 2006)



Foto 18 - Conserto de rancho
Fonte: Benilde Rosa - Pesquisa de Campo (julho de 2006)

As distinções ou diferenças entre eles se fazem em decorrência das diferentes formas da arte da pesca, tipos diferenciados de captura que se expressam através do “estrago” para alguns. Ou ainda, do uso indiscriminado de recursos, que eles como moradores locais não fazem, como é o caso da captura do caranguejo por tiradores do Treme (Bragança) que realizam a referida atividade dentro da APA, ou ainda outras formas de pesca proibidas que são desenvolvidas dentro da área por pessoas, nesse caso, de outras vilas ou mesmo de Nova Olinda, mas a serviço dos proprietários dos apetrechos que são em geral da sede municipal.

Contudo, poucos casos de conflitos diretos são referidos, apenas são manifestados em suas falas descontentamento e reconhecimento do uso indevido. Mesmo quando confrontados em situações concretas num mesmo espaço, com formas de pesca que são prejudiciais a sua própria atividade, evitam o confronto direto. Conforme um pescador local:

Uma vez o cara me disse que meu espinhel tava encima da rede dele, aí eu disse, será? Era rede de tapagem. Ele me disse que se eu não tirasse, ele ia me alaga, o cara chega com um bote, eu é que ia ficar alagado no meio da água, tirei. (Seu Bené ex-pescador de espinhel de Nova Olinda, dezembro de 2006)

Analisar a APA da Costa do Urumajó, sob a noção de lugar, requer pensá-la como espaço geográfico marcado pela ação, vivências e representações dos grupos que lá vivem seu cotidiano, mesmo que marcados pelas inter-relações que ocorrem com outras representações que se estabelecem sobre o mesmo espaço. Para Yázigi “a personalidade do lugar tem sido entendida como relações sociais, instituições, arquitetura, urbanismo e toda a cultura material, costumes e vários outros itens que se repetem em todas as partes” (2002, p. 29).

Nesse sentido, podemos compreender a APA como o lugar das pessoas que ali desenvolvem suas atividades produtivas, é um local transitório, o local de trabalho, onde podem ficar por um certo período de tempo: meses, semanas e mesmo apenas o horário de duas ou três marés. É o local de moradia fixa para poucos, como é o caso do Seu Marreta que deixou a sua residência na sede de Nova Olinda para viver no Camarau-açú. Em dezembro de 2006 completou um ano que “não pisa em terra”. Em geral, é perceptível que ocupa papel central na vida cotidiana desses trabalhadores, visto que a organização social dos pescadores da Vila de Nova Olinda é imbricada de forma direta com esse espaço. Temos dois lados de uma mesma moeda, de um lado o local de trabalho - a água - e de outro a vila propriamente dita, o local onde residem os pescadores e seus familiares - a terra. É a essa distinção que os pescadores fazem referência, uma separação entre a água enquanto local de trabalho e a terra, local fixo de moradia, que compõem o lugar dos pescadores. Aqui temos clareza de que esse lugar também “pertence” a outras comunidades vizinhas em virtude de ser o local de pesca de

outras vilas como o Araí, Perimirim, Porto do Campo e Aturiaí que a ele estão ligados pelo sentimento de pertencimento, pelo compartilhamento de ideais, valores, ações e representações.

É comum ouvirmos dos pescadores referências ao lugar, ao sentimento de pertencimento. Segundo um pescador local, em relação ao uso de formas de pesca proibidas por pescadores de outras vilas:

Teve uma reunião que era pra nos cultivar esse rio, porque esses tipos de pescaria é proibida, eu concordo com ele por que *nos moradores daqui*, mas só uma coisa, então cada qual fica tomando conta do seu rio, nos não temos apoio e não temos um capataz¹⁸ pra gente denunciar, então nós não temos rede de apóitar, não temos zangaria, mas vem gente lá do Urumajó¹⁹. Vem colocar aqui *no nosso rio*, então como a gente vai cultivar nosso rio? Então não adianta. Como a gente vai cultivar o rio pra deixar crescer o peixe, então eles estão destruindo *o nosso lugar*, que dizer se amanhã a gente precisa, não tem. (Seu Nonato ex-pescador de zangaria, julho de 2006)

3.2 - No movimento da areia

Na historicidade do ser pescador a gerações, tendo como elemento constitutivo dessa identidade o sentimento de pertencimento a um lugar determinado, demarcam-se, na APA, relações de submissão às determinações da natureza.

Assim o ritmo da natureza é determinante na organização social dos pescadores que atuam na APA da Costa do Urumajó. A escolha dos locais para a instalação dos ranchos não se dá de forma aleatória, os ranchos são erguidos próximos de pontos piscosos, percepção adquirida no fazer cotidiano. Buscam a companhia de outros pescadores próximos, parentes, amigos ou compadres, os ranchos são divididos pelos parceiros de pesca. Essa parceria se faz necessária entre os pescadores devido a insuficiência dos instrumentos necessários a pesca, em sua totalidade, por parte dos pescadores o que impõem uma complementaridade entre eles, se desdobrando de acordo com as relações que se estabelecem, conforme será detalhado nos itens subseqüentes.

Uma característica peculiar nesse lugar é o fato dos pescadores deslocarem seus ranchos conforme o movimento da areia. O movimento natural de surgimento de novos bancos de areia²⁰ e desaparecimento de outros, leva os pescadores locais a deslocarem-se, construindo novos ranchos e localizando novos pontos piscosos ou ainda, continuam

¹⁸ Capataz – Representante da Colônia de Pescadores nas Vilas.

¹⁹ Urumajó – Como a população local chama a sede do município de Augusto Corrêa em alusão a antiga denominação municipal.

²⁰ A formação desses bancos de areia é analisada por oceanógrafos, particularmente para entender o seu processo de desaparecimento e reaparecimento, trabalhos como de Hoefel (2003) estão voltados para entender o destino da areia nesse movimento e como as praias são reconfiguradas.

pescando nos bons locais de pesca já localizados quando os novos ranchos não se tornam tão distantes. Esse deslocamento é quase obrigatório pelo desaparecimento dos bancos já formados, localmente chamados “praias”. Outro elemento que marca a provisoriedade dos ranchos, inclusive na simplicidade das construções e do material usado – palha seca para cobrir e madeira dos mangues locais para a estrutura – é o fato de que os ranchos erguidos em bancos em formação desaparecem em pouco tempo, encobertos pela areia em virtude dos fortes ventos.

Fenômenos de mudança e deslocamentos de vilas de pescadores já foram observados por Furtado (1882), em consequência da erosão marinha. Segundo a autora “esse caráter de temporalidade deve ser visto como resultado de pressões ecológicas” se referindo a simplicidade da construção das casas de Tamaruteua, litoral do município de Marapanim, estado do Pará, em relação à mobilidade das moradias. Semelhante situação ocorreu com outra vila de pescadores de Augusto Corrêa, a Coroa Comprida. Parte da população dessa vila se deslocou para um novo local, onde se constituiu a vila do Perimirim em virtude desse mesmo fenômeno.

Tais alterações em decorrência de fenômenos naturais implicam uma série de questões se pensarmos do ponto de vista sociológico, a organização dos grupos sustentada numa relação sócio-espacial, o que sugere o próprio entendimento de lugar.

Cada lugar é, a sua maneira, o mundo. Mas, também cada lugar irrecusavelmente imerso numa comunhão com o mundo, torna-se exponencialmente diferente dos demais [...] O território compartilhado impõe a interdependência como práxis, e essa ‘base de operação’ da ‘comunidade’ no dizer de Parsons constitui uma mediação inevitável para o exercício dos papéis específicos de cada qual (SANTOS, 2006, p. 315, 319)

Entretanto, o que ocorre com os pescadores no espaço da APA, diferencia-se por não se caracterizar como alteração da constituição da vila ou das moradias fixas. O que chamamos de movimento da areia, caracteriza-se pela formação de novos bancos de areia e desaparecimento de outros, pois este fato está ocorrendo com o Porto Velho e o Lombo do Muruci (fotos 19 e 20), condicionando a mudança de local dos ranchos enquanto ponto de apoio para o trabalho da pesca, que exige do pescador a permanência ou afastamento dos pontos identificados como piscosos.



Foto 19 – Aspecto do banco de areia no Lombo do (em formação)



Foto 20 – Banco de Areia no Porto Velho Muruci

Fonte: Benilde Rosa -Pesquisa de Campo (julho de 2006)

Segundo Seu Bené, ex-pescador local “o Porto Velho já foi maior e melhor para a pescaria, agora o pessoal se mudou para uma praia nova que surgiu, a gente chama Lombo do Muruci”. Segundo informações de Márcio Gardunho, que assumiu a diretoria de Meio Ambiente de Augusto Corrêa após a saída da Goretti Mesquita, os pescadores da APA não fazem um número maior de ranchos no lombo em virtude do contínuo movimento da areia que os cobre no prazo médio de um ano. O que caracteriza que esse banco de areia ainda se encontra em formação.

Nessa relação de trabalho que se firma num processo de submissão do homem em relação à natureza, observamos que para os pescadores locais, o desaparecimento dos lugares se dá pela existência e ação de seres “invisíveis” ou “encantados”. Para os moradores de Nova Olinda, por exemplo, o desaparecimento das praias está associado ao desaparecimento dos seres “donos” do lugar, ao “abandono” do local por seus protetores. As pressões ecológicas são representadas através do abandono desses seres antropomorfos, como o Ataíde, a Ataíde, os avôs do lugar, as donas ou donos do lugar, que têm como papel a proteção daquele ambiente. São seres que para além da forma humana, possuem a capacidade de se fazer respeitar pelos poderes sobre – humanos e pelo poder de punição que exercem. Portanto, a manutenção do lugar, especialmente em seus aspectos naturais, está confiada a eles. O que justifica o desaparecimento ou degradação dos ambientes ao desinteresse ou “abandono” desses seres.

As explicações míticas para fenômenos naturais e sociais que geram impactos ambientais são representações sociais que, segundo Bourdieu, (2005b: 62), são formas de exprimir a lógica interna do sistema. Nesse sentido, perceber as manifestações mitológicas locais, fazer a interpretação dessas manifestações, indica uma necessidade e as formas que os pescadores locais têm de encontrar mecanismos de proteção para o seu lugar diante das alterações que percebem em seu meio como ação do próprio homem e da sua própria inabilidade de fazê-lo.

3.3 - No Tempo da Maré

Um outro aspecto que percebermos de forma muito nítida na organização da vida cotidiana da população local é que o tempo da natureza condiciona e determina o tempo social. A organização de diversas atividades sociais é estabelecida pelo horário que a maré impõe a atividade produtiva. Então, de forma direta, o tempo local é determinado pela maré²¹.

Em “As Conseqüências da Modernidade” (1991), Giddens atribui o dinamismo da era moderna à separação do tempo e do espaço, através do cálculo do tempo. Uma padronização, um “esvaziamento do tempo”, que se coloca acima das particularidades locais, condição impar também para o “esvaziamento do espaço”. Para o autor as “culturas pré – modernas” possuíam maneiras diversificadas de calcular o tempo, a base da vida cotidiana nas sociedades pré-modernas sustentava-se no cálculo do tempo onde tempo, e lugar eram vinculados:

Nas sociedades pré-modernas, espaço e tempo coincidem amplamente, na medida em que as dimensões espaciais da vida social são, para a maioria da população, e para quase todos os efeitos, dominadas pela “presença” - por atividades localizadas. (GIDDENS, 1991:27)

Grande parte das populações da Amazônia manifesta tal vinculação. Há aqui uma hibridação entre formas de ser e sentir sustentadas em modelos tradicionais da atividade produtiva dentro do contexto mais abrangente da modernidade. De acordo com Stockinger (In: COSTA, 2001), essas populações estariam submetidas a uma reorganização social forçada entre a tradição e a modernidade.

Nesse sentido, podemos afirmar que a modernidade institui determinadas relações e formas de reorganização da atividade da pesca artesanal. Contudo, o tempo e o lugar estão

²¹ Movimento periódico das águas do mar, pelo qual elas se elevam ou se abaixam em relação a uma referência fixa no solo. É produzido pela ação conjunta da Lua e do Sol, e, em muito menor escala, dos planetas; a sua amplitude varia para cada ponto da superfície terrestre, e as horas de máximo (*preamar*) e mínimo (*baixa-mar*) dependem fundamentalmente das posições daqueles astros. (Dicionário eletrônico Aurélio)

determinados pelas especificidades que a relação com o uso dos recursos naturais impõe. O tempo natural se sobrepõe ao tempo do relógio, “o tempo vazio”.

Segundo Souza Santos, em “A Gramática do Tempo” (2006), essa divisão temporal em um tempo global, único, o “tempo linear” que se impõe como ritmo da modernidade ocidental não é sequer a forma predominante de concepção de tempo nem a mais praticada, dentre tantas outras como “o tempo circular, o tempo cíclico, o tempo glacial” (2006, p. 109).

As relações de dominação mais resistentes são as que assentam nas hierarquias entre temporalidades e essas continuam hoje a ser constitutivas do sistema mundial. São essas hierarquias que reduzem tanta experiência social à condição de resíduo. As experiências são consideradas residuais porque são contemporâneas de maneira que a temporalidade dominante, o tempo linear, não é capaz de reconhecer. São desqualificadas, suprimidas ou tornadas ininteligíveis por serem regidas por temporalidades que não se encontram incluídas no cânon temporal da modernidade capitalista ocidental. (SOUZA SANTOS, 2006, p. 109)

Partindo dessa idéia de Souza Santos (2006) de que “as sociedades são constituídas por diferentes tempos e temporalidades e de que diferentes culturas geram diferentes regras temporais” pudemos entender que o tempo do trabalho na pesca na APA da Costa do Urumajó respeita o tempo da maré, então, não há dia ou noite para o trabalho, e o descanso ocorre entre a vazante e a enchente²², ou seja, se dá entre as marés, no tempo em que esperam a maré encher e novamente vazar. As refeições, também chamadas nos ranchos de “merenda”, ocorrem nesse momento, quando já despescaram a produção daquela maré; logo, é hora da merenda, quando providenciam o avuado²³. Este é sempre consumido com farinha, e em alguns casos, com limão e pimenta. Nesse tempo também, providenciam arrumar apetrechos da pesca enquanto outros jogam cartas, dominó (foto 21), escutam rádio, ou outra atividade de lazer, como o próprio banho nas águas locais.

²² Enchente da maré - Fase da maré entre a baixa-mar e a preamar seguinte. O movimento inverso compreende a Vazante da maré.

²³ Peixe “avuado” – peixe fresco, lavado na própria água de onde foi capturado, assado apenas com sal diretamente sobre a brasa e consumido imediatamente. A expressão avuado simboliza a simplicidade e rapidez do preparo, sem maiores requintes.



Foto 21- Descanso e jogo de dominó no rancho do Seu João do pão
Fonte: Benilde Rosa -Pesquisa de campo (julho de 2006)

Quanto ao trabalho propriamente dito da pesca, fixam a rede, por exemplo, na vazante e esperam a maré encher e na próxima vazante recolhem. Esse movimento da maré é que permite a captura do pescado. Se a maré está cheia os espinhéis já foram colocados na maré baixa, enquanto está enchendo, na próxima vazante recolhem o pescado e recolocam os espinhéis, o mesmo ocorrendo com a despesca do curral, a tapagem e o próprio timbó²⁴ aplicado na vazante para ficar localizado ou concentrado nos igarapés ou poços, ou seja, nos locais mais fundos ou onde ficou uma concentração de água, onde os peixes se abrigam.

A organização do tempo em terra, na sede de Nova Olinda, também segue esse ritmo da maré. O ritmo da vida cotidiana se altera continuamente de acordo com o movimento das marés, não há uma alteração no fazer, mas sim nos horários. Quando indagados sobre o horário de saída para a pescaria no dia seguinte, normalmente os pescadores param para pensar e dizem: “amanhã a maré tá enchendo umas cinco horas, essa é a hora boa pra sair”, numa correlação entre o tempo natural adequado para suas atividades de trabalho e o tempo cronometrado moderno.

Segundo Souza Santos (2006):

A subjetividade ou identidade de uma pessoa ou grupo social, num dado momento é um palimpsesto temporal do presente, é constituída por uma constelação de diferentes tempos e temporalidades, alguns modernos, outros não modernos, alguns antigos outros recentes, alguns lentos outros rápidos, os quais são activados de modo diferente em diferentes contextos ou situações. (pág. 109)

²⁴ As formas organizacionais da pesca serão detalhadas em capítulo específico.

Pudemos no período da pesquisa de campo observar que esse movimento da maré altera diariamente o ritmo dos pescadores no horário da saída para a pesca, que vai se alternando conforme esse movimento, chegando até a saírem na madrugada. Nesses períodos, os pescadores ficam continuamente nos ranchos, em virtude da dificuldade de meios de locomoção, já que o principal meio de transporte e pesca constitui-se de canoas à vela e a remo, os chamados “cascos”.

Essas alterações ocorrem tanto no trabalho da pesca quanto na chegada do produto - do pescado no porto trazido pelo atravessador para a venda, havendo uma rotatividade no horário do funcionamento do mercado local, bem como da parcela da pescaria destinada à alimentação das famílias. Os familiares se orientam pelo ritmo da maré para ir ao porto receber o “boião” e preparar as refeições. Elas ocorrem nesse horário ou quando possuem consomem o peixe salgado ou ainda conservado de um dia para o outro no horário convencional, que independe da maré, ou seja, às doze horas do relógio para o almoço e as dezoito para o jantar. Em geral, o movimento rotineiro é esse, ir ao porto receber a parte principal da alimentação diária, que é composta de peixe, seguida do camarão e em menor escala o siri, capturado pelas mulheres e crianças, essas atuando nos ranchos em feriados e finais de semana ou à noite, acompanhadas das mães.

Temos assim uma outra temporalidade que se constitui como marco daquela sociedade a partir da organização da atividade produtiva com valores e interesses que dizem respeito a uma cultura que denota outras práticas e, portanto, formas diferenciadas da relação homem/natureza que devem ser pensadas como uma dentre outras, igualmente possíveis e contemporâneas.

3.4 – Organização Social e Política

Aqui pretendemos abordar as peculiaridades da organização social e política dos pescadores locais, considerando para tanto não estritamente a organização do trabalho, mas como analisa Mauss (1974), perceber a organização social como fato social total, em que na organização social perpassam diversos aspectos de organização da vida - o mítico, as relações de parentesco, de amizades, de trabalho, uma identidade e um saber local. Conforme segue:

3.4.1 – A organização e relações de trabalho

Perceber as relações de trabalho na pesca é compreender um dos elos centrais na organização social local. Uma diversidade de relações decorre da organização e da dependência que se cria no mundo do trabalho na pesca, assim como reforçam os laços sociais estabelecidos. Essas relações sustentam-se na amizade, compadrio, bases familiares, hierarquias e divisões. Formam assim, um todo onde as relações estão imbricadas, umas condicionando as outras, constituindo uma rede de relações complexas e particulares, detalhados nos itens subseqüentes.

É uma construção cotidiana o fazer-se pescador. Requer desses pescadores uma maleabilidade que conduz a organização das relações de trabalho em conformidade com as novas configurações que se estabelecem nas inter-relações, em particular aquelas representadas como parceria, que a despeito das assimetrias permanecem enquanto relações que permitem o fazer-se pescador na APA da Costa de Urumajó.

3.4.1.1 – Na pesca das águas de dentro – A parceria

De acordo com as definições de Maneschy (1995), Furtado (1987) e Loureiro (1995), a pesca artesanal se caracteriza pela presença de relações de produção baseadas na parceria, sendo os pescadores donos dos meios de produção e o trabalho realizado em águas costeiras ou interiores, ou seja, “aquela em que os pescadores autônomos, sozinhos ou em parceria participam diretamente da captura, usando instrumentos relativamente simples” (MACIEL, 1999, p. 56) e de ser “caracterizada pelo objetivo comercial combinado com o de obtenção de alimento para a família” (RAMOS, 2001, p.33). A referida definição é significativa para que possamos entender as formas da atividade pesqueira artesanal na APA da Costa do Urumajó.

A parceria aqui, nas “águas de dentro”, se caracteriza pelo uso dos mesmos instrumentos de trabalho que se somam para a realização da atividade da pesca, quando de dois a três pescadores, em condições mínimas, formam uma turma para trabalhar na pesca (fotos 22 e 23).

Esse que pescava comigo era meu parceiro, nós éramos quase que uns sócios. Eu tinha uma canoa e um pedaço de espinhel, o outro tinha só um pedaço de espinhel, quando a gente convidava esse outro parceiro que não tinha nada, mas ele entendia da pesca. A gente tirava cinco partes, eu tirava duas partes e meia pra mim, que era uma parte da canoa, meia do espinhel e uma minha; uma parte e meia para o rapaz que tinha o espinhel e uma parte para o outro, que não tinha nada, a gente dividia. (Seu Bené, ex-pescador de espinhel - junho de 2007)

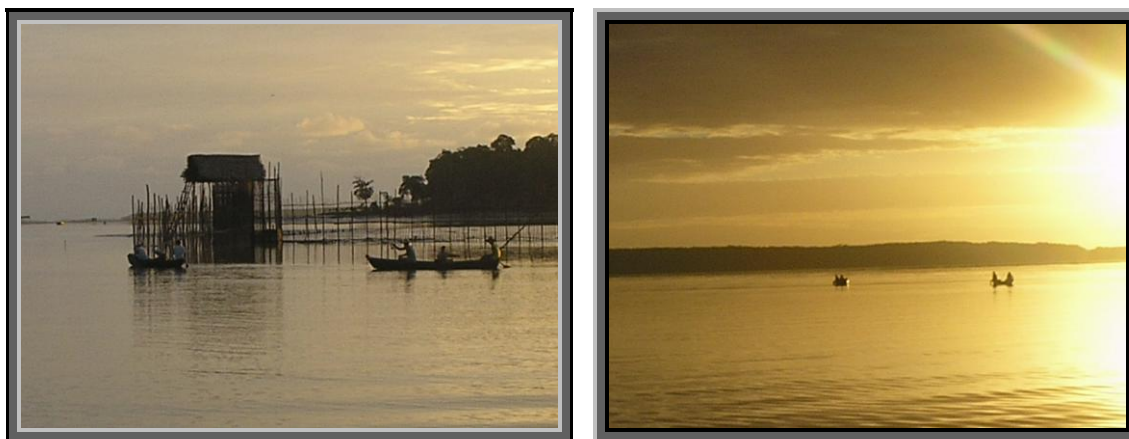


Foto 22 e 23 - Pescadores artesanais na APA da Costa de Urumajó

Fonte: Benilde Rosa -Pesquisa de campo (julho de 2006)

Ao observarmos a realidade local, pudemos identificar duas formas bem visíveis de organização, tendo como referência à localização da atividade da pesca. A pesca artesanal localizada em rios, igarapés, lagos - nas “águas de dentro” - ou como localmente definidas a “pesca de dentro” e a pesca costeira – a “pesca das águas de fora”, assim definidas em virtude respectivamente, da proximidade relativa dos rios, furos e igarapés da “terra” e pela distância dessa em relação à costa marítima. A maioria dos pescadores da APA atua na “pesca das águas de dentro”, são donos de seus instrumentos de trabalho como o casco, a rede, o espinhel, sendo em alguns casos fornecidos em parte pelo atravessador - aquele que adquiriu os instrumentos necessários, como o bote (embarcação a motor) e passa a comercializar a produção dos pescadores, mantendo com eles uma relação de dependência através de contrato verbal. O atravessador fornece os produtos necessários para a despesa do pescador e revende a produção. É considerado localmente como ‘patrão’.

O que distingue, desde o início, o processo de trabalho subsumido ainda apenas formalmente ao capital – é em relação a que se vai distinguindo cada vez mais, ainda que siga tendo por base a velha modalidade tradicional (MARX Apud NAPOLEONI, 1981, P.73)

Os pescadores das “águas de dentro” utilizam pequenas canoas denominadas localmente de “cascos” e instrumentos com baixo potencial de captura – redes, principalmente a caiqueira e o espinhel - daí a produção ser mais de espécies de tamanho pequeno ou peixes que ainda não alcançaram a fase adulta, principalmente a caíca, tainha, a uricica e a gó, comercializados no mercado local, vilas ou em municípios vizinhos, principalmente salgados. Outros utilizam o espinhel e produzem bandeirado, cangatá, corvina, arraia e pescada média.

A pesca nessa forma é marcada por uma relação de mútua dependência entre o pescador, independente do tipo de pesca em que atua, e o atravessador, ou ainda com o dono

do curral – armadilha fixa para capturar o pescado. Em consequência das mínimas condições de trabalho, em termos de deslocamento e instrumentos de pesca, o pescador artesanal das “águas de dentro” de Nova Olinda, mantém uma relação de dependência e troca com o atravessador local, que dentro dessa modalidade destacam se dois: o Bené (Benedito Silva Brito) e o Sabá (Sebastião) Padilha. É importante salientar que atravessadores ou atravessadores/marreteiros são pessoas com fortes laços sociais na localidade e geralmente expescadores. Portanto, são hábeis e entendem da pesca, além de se identificarem como pescadores.

Os pescadores mantêm-se nos ranchos saindo na hora da maré para a captura, deslocam-se, no máximo de dois a três em cada “casco” e no retorno, recebem do atravessador - que se desloca diariamente também no horário da maré, no tempo certo para receber o pescador que está chegando das águas nas “praias” – bancos de areia onde localizam -se os ranchos – levando a “despesa” solicitada pelos pescadores “rancheados” composta de café, farinha, tabaco, leite, cigarro, cachaça, sal para o processo de salga de parte do pescado e material para conserto dos apetrechos de pesca ou mesmo parte dos apetrechos, como linhas e espinhel, água potável adquirida na fábrica de gelo situada no porto de Nova Olinda, além do gelo acondicionado em isopor (foto 24), quando decidem passar o final de semana nos ranchos para pescar, visto que os atravessadores não realizam a travessia do pescado aos finais de semana.



Foto 24 Caixas de isopor no porto de Nova Olinda para acondicionar o pescado
Fonte: Benilde Rosa -pesquisa de campo (julho de 2006)

O atravessador ao receber o pescado, pesa e informa o preço aos pescadores, acondicionando os referidos peixes no bote para posterior arrumação no gelo. Essa atividade é

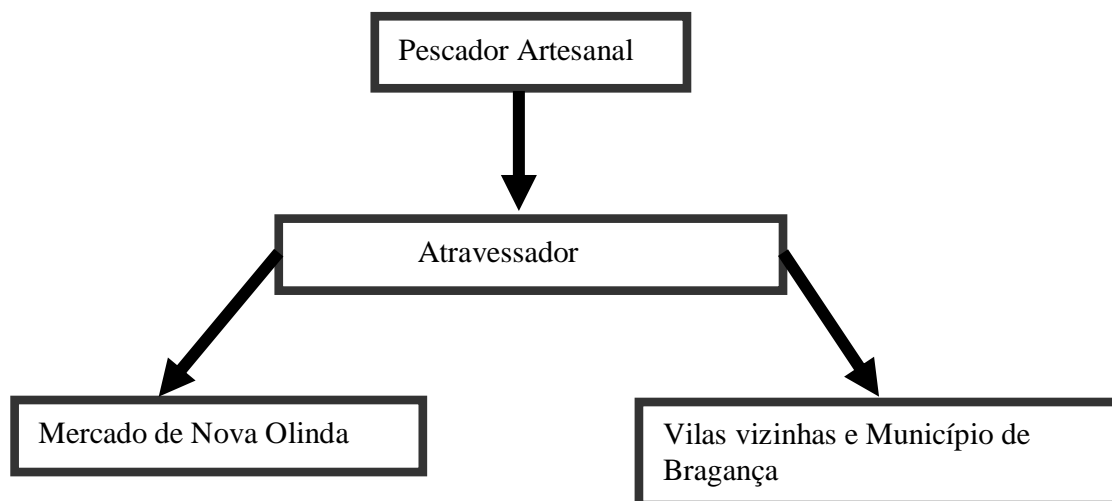
realizada durante a viagem de retorno. Aos valores devidos pelo atravessador para o pescador são abatidos os valores da despesa deixada, com exceção da água.

Geralmente nos finais de semana, quando o pescador não está na maré, expressão local para designar quando o pescador está trabalhando, o atravessador paga um vale – parte do pagamento devido em dinheiro - após ter vendido o pescado salgado ou na salmoura²⁵ em Bragança ou fresco no mercado local. Tal trabalho é realizado pelo próprio atravessador e familiares, em algumas situações vende no próprio porto para marreteiros de fora da localidade (diagrama I).

Segundo Furtado (1984) em artigo intitulado “Onde os pescadores estão pendurando suas redes” publicado nos Anais do 1º Seminário sobre Pesca Artesanal, “nessa díade interdependência circulam não só bens materiais, mas bens sociais também, que reforçam os laços entre pescador e intermediário” como atestam as relações de amizade, vizinhança e compadrio.

Diagrama I

circuito da produção pesqueira das “águas de dentro”



²⁵ Peixe salgado ou seco - processo de conservação através do uso de sal e secagem ao sol; Salmoura – peixe conservado apenas no sal. Trabalho realizado pelos pescadores ou suas mulheres, quando estas estão presentes nos ranchos.

3.4.1.2 – Na pesca das águas de fora - Outra parceria

A pesca costeira, que ocorre nas “águas de fora”, é localmente chamada de pescadeira, em virtude do tipo de peixe capturado, a pescada amarela na fase adulta, que tem destino diferenciado, atendendo os mercados de Bragança e Belém. Ocorre geograficamente nos limites da APA após o Camarau-açú, última ponta de terra antes do mar aberto.

A “pesca das águas de fora” para ser executada, demanda uma infraestrutura maior, botes a motor, gasto com óleo diesel, redes adequadas para suportar a força das águas. Essas condições são reunidas pelo atravessador/marreteiro com os quais os pescadores artesanais formam uma “parceria ou sociedade”, em que a figura do “patrão” é mais presente economicamente.

No caso da relação com o marreteiro - Aquele que compra o pescado no Porto de Nova Olinda para posterior comercialização em outros municípios - ou ele adquire o pescado do atravessador ainda no porto de Nova Olinda ou ele assume o papel de atravessador/marreteiro. Embora essa situação também ocorra com o pescado das águas interiores, o mais comum é a presença dos marreteiros para a compra da pescada, ou seja, para a aquisição da produção da pesca costeira, exatamente pelo fato de ser um pescado de maior interesse comercial e que se destina a um mercado selecionado, normalmente Belém.

No local, existem três atravessadores/marreteiros: O Antonio José, o Diquinho Calado e o Pedro Capinzeiro e um marreteiro de fora do município - Wilson Barreto - que geralmente recebe o pescado desses. A relação de dependência dos pescadores nessa relação é mais clara, visto que esses atravessadores/marreteiros são proprietários dos botes – barcos de pequeno porte a motor - e redes ou outros instrumentos, o que lhes garante 50% da produção. Aqui, o pescador artesanal entra numa espécie de “parceria ou sociedade” - conforme definição dos próprios pescadores - ainda mais assimétrica, em que a força de trabalho representa sua parte no negócio. O pescador não é mais o dono dos instrumentos materiais de produção, por não ter acesso econômico aos “apetrechos” tecnologicamente mais avançados e mais produtivos, muito embora, ainda seja o “dono do saber e do fazer”. Resguardada em espécie, a cambada de peixe destinada à alimentação familiar, o chamado “boião”, os 50% a que os pescadores têm direito é dividido entre os pescadores, não em espécie, mas na forma de pagamento a ser recebido em vale, da mesma forma como na relação pescador/atravessador. Após vender o pescado, o atravessador/marreteiro paga em partes, o valor monetário devido ao pescador.

A pesca costeira, que ocorre nas “águas de fora”, é localmente chamada de pescadeira, em virtude do tipo de peixe capturado, a pescada amarela na fase adulta, que tem destino diferenciado, atendendo os mercados de Bragança e Belém. Ocorre geograficamente nos limites da APA, após o Camarau-açú, última ponta de terra antes do mar aberto.

A “pesca das águas de fora” para ser executada demanda uma infraestrutura maior, botes a motor, gasto com óleo diesel, redes adequadas para suportar a força das águas. Essas condições são reunidas pelo atravessador/marreteiro com os quais os pescadores artesanais formam uma “parceria ou sociedade”, onde a figura do “patrão” é mais presente economicamente.

O atravessador/marreteiro reúne na vila, as condições para acondicionar o peixe gelado e transportá-lo de caminhão para Belém e outras capitais (foto25). Em outras situações também repassam o pescado para o marreteiro de fora, ou seja, aquele comprador que se dirige para Nova Olinda a fim apenas de adquirir a produção local, geralmente oriundo de Belém e Maranhão.



Foto 25- Caminhão de um atravessador/marreteiro sendo abastecido no porto Fonte: Benilde Rosa -pesquisa de Campo (julho de 2006)

O que podemos observar nessas relações de produção pesqueira é que existe de um lado o pescador direto, detentor de um saber, de uma “razão prática” (Bourdieu, 1996), com mínimas condições para a realização da atividade pesqueira, em parte invisibilizados pelas políticas públicas voltadas para a região conforme analisa Leitão (1995). E de outro, ex-pescadores, na condição de atravessadores e marreteiros, que transitam de uma condição a outra, visto que acumularam, o mínimo, em termos de instrumentos de trabalho, e condições para atuar nas outras etapas até o escoamento da produção para outros mercados, detendo um certo poder econômico. Essa situação os coloca em condições de extrair um determinado

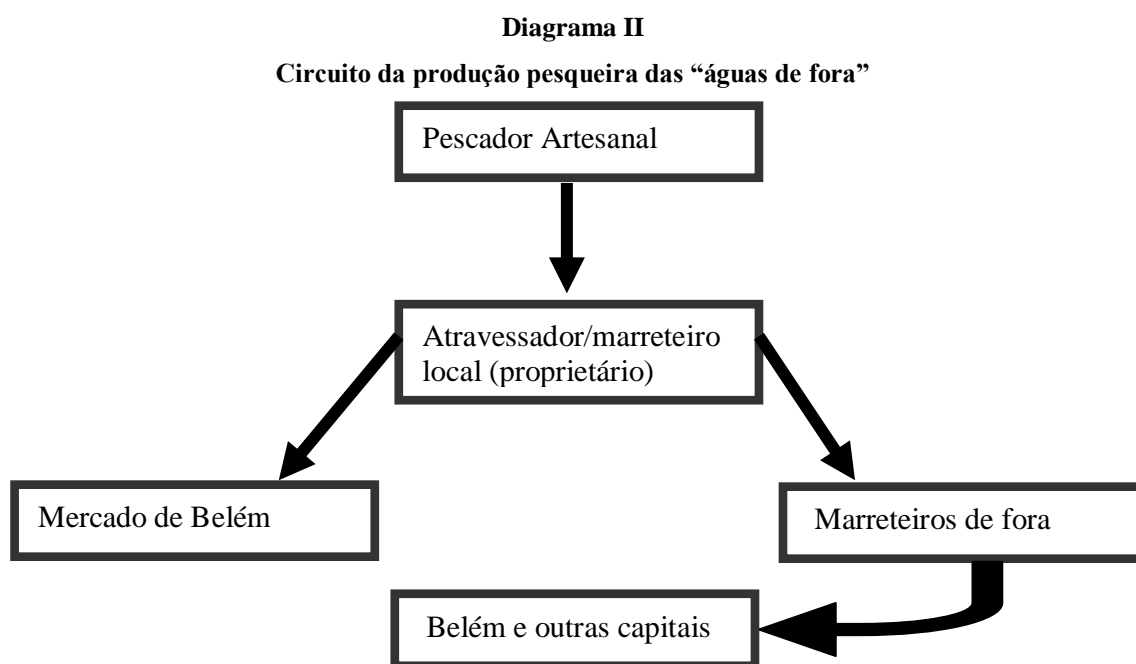
lucro sobre o trabalho dos pescadores diretos, submetidos a essas relações de trabalho pela própria necessidade de se manterem enquanto produtores diretos – pescadores - que não têm condições próprias para criar melhores condições de produtividade do trabalho e conseqüentemente de vislumbrar melhores condições de vida, sem submeter-se a tais relações com esses outros agentes (diagrama II).

A desvalorização do trabalho do pescador artesanal se dá por via do preço pago por quilo de acordo com as espécies de peixe e pela própria pesagem, o que é denotado pelas brincadeiras em tom de ironia dos pescadores com os atravessadores, quando da pesagem do pescado no ato da entrega, tais como:

Pesa logo ladrão...
 Pesa meu peixe, 40 quilo...
 Vê se hoje não vai me roubar...
 Esse preço não muda, assim não dá...
 (pescadores artesanais no momento da entrega do pescado ao atravessador no lombo do Muruci, julho de 2006)

São manifestações claras da compreensão da desvalorização monetária do seu produto a partir da compreensão prática das dificuldades do próprio trabalho na pesca, muito embora o valor do peixe seja tabelado no mercado local e em média o atravessador ganhe R\$ 0,50 por quilo, aumentando seus ganhos quando vende no município de Bragança ou em outros municípios e capitais, conforme o caso.

A fala desses pescadores em consonância com o que afirma Bourdieu (2005b) indica o lugar de submissão na hierarquia social. As posições sociais dos agentes determinam a forma como tais interações ocorrem.



3.4.1.3 – CURRALEIRO – Parceiros das águas de dentro as águas de fora

A divisão do trabalho entre o curraleiro – dono do curral – e o pescador que atua nos currais é antes de tudo também uma relação de parceria, em que os pescadores manifestam a existência de uma complementaridade entre a propriedade – do curral – e o trabalho da despesca. Curraleiro é a denominação local dada ao proprietário do curral, em alguns casos esse proprietário não atua na atividade, paga as diárias para os pescadores montarem o curral e paga a parte deles recebida por cada despesca, recebendo apenas a sua parte na produção, na proporção de dois terços para o proprietário e um terço para o pescador, chamados de partes. No entanto, o mais comum no local é que os pescadores se associem ou se tornem como se definem “parceiros”. Os pescadores são sócios para a montagem do curral, no rancho e na produção do pescado, havendo uma divisão proporcional da produção entre eles, sempre resguardado o “boião” - parte destinada para a própria alimentação, também chamada de “cambada”, o que é resguardado para todos os pescadores que atuam na despesca do curral.

Essa modalidade de pesca é visivelmente a mais utilizada na APA. Ocorrendo a presença de currais tanto nas “águas de dentro” quanto na área costeira (fotos 26 e 27), apenas que os pescadores da costa ficam por mais tempo nos ranchos, em virtude mesmo da distância entre o local da pesca e as moradias fixas, e pela necessidade da despesca dos currais.



Fotos 26 e 27 - Currais de pesca localizados na APA da Costa do Urumajó

Fonte: Benilde Rosa – Pesquisa de Campo (julho/dezembro de 2006)

A organização do trabalho na atividade produtiva da pesca propriamente dita – a marcada pela parceria²⁶ entre os pescadores - se dá na localidade numa ordem que respeita laços, tais como: pais e filhos, irmãos, parentes consangüíneos, genros e compadres ou amigos. Os grupos são chamados de turmas, compostas pelos parceiros, dentre os quais destaca-se o “arraz”, aquele que chefia o grupo nas atividades da pesca, cabendo-lhe a responsabilidade sobre o bom funcionamento do trabalho e, por conseguinte, a ele é destinado o dobro da produção enquanto que para cada parceiro é resguardada uma parte da referida produção.

3.4.2 – As relações de amizade e compadrio

Esses arranjos são permeados por uma extensa teia de parentesco, de compadrio, de ajuda mútua, de normas e valores sociais que privilegiam a solidariedade intra-grupal. Existem também normas de exclusão de acesso aos recursos naturais por parte dos ‘não comunitários’. Estes por sua vez, podem ganhar acesso a espaços e recursos de uso comum, desde que, de alguma forma, passem a fazer parte da comunidade (através do casamento, compadrio, etc) (DIEGUES, 1994, P.58)

Dentre os pescadores da localidade, são fortes os laços de compadrio e amizade, fortalecidos a gerações em virtude da tradicionalidade das relações que indicam uma identidade, um compartilhamento de idéias e valores. Segundo Bourdieu (2005b) perceber o jogo, as trocas materiais e simbólicas, é compreender aquela realidade através dos atos de seus agentes sociais. (p.69)

Nesse sentido, pudemos observar que as relações de amizade e lealdade implicam em parte, na necessidade de trocas materiais imbricadas em trocas simbólicas, particularmente entre os pescadores e o “patrão”, com quem esses mantêm relações de compadrio. Por vezes, o “patrão” é padrinho de diversos filhos de pescadores e estabelece relações diversas de favor que condicionam a manutenção das relações materiais ou econômicas - pescador e atravessador, fortalecidas na sustentação dos laços da relação de compadrio.

Essas relações simbólicas e materiais condicionam umas as outras. No local priorizam relações econômicas entre compadres, considerado um parente não consangüíneo. Em Nova Olinda, na vila ou nos ranchos na APA, os pescadores costumam se cumprimentar por “cumpadre”, essa relação se estende para pessoas de fora. Essa relação de compadrio

²⁶ A parceria aqui entendida quando dois ou três pescadores usam o mesmo casco, redes e outros apetrechos de pesca que se somam, no compartilhamento da atividade direta da pesca, do tempo de trabalho conjunto. Posto que, os pescadores locais também denominam como parceria a relação que resulta da associação da propriedade dos meios de produção por parte do atravessador/marreteiro e do trabalho vivo despendido pelo pescador direto, localmente também chamada de sociedade entre o “patrão” e o pescador na divisão da produção.

sustenta uma certa conformidade da organização social, para além das relações diretas de consangüinidade, fortalecendo a unidade do grupo.

Aqui também podemos recorrer a Mauss (1974) ao analisar em seu “Ensaio Sobre a Dádiva” as trocas em sociedades arcaicas, onde afirma que não existe uma simples troca de bens entre indivíduos, não são apenas relações econômicas, são relações morais. O que trocam não são apenas bens, existe um conjunto de valores implícitos a se perpetuarem nesse processo de troca, como a exemplo, hierarquia social, autoridade, rivalidade, bravura e cordialidade. Ao que o autor denomina “sistema de prestações totais”, implicando toda a organização social. As relações de troca que se constituem entre os pescadores da APA, para além da relação meramente econômica - pescador/pescador, pescadores/atravessadores/marreteiros - são fortalecidas em relações que sustentam a própria identidade da população local, que se estabelecem através de laços de familiaridade, amizade e compadrio, essas relações sociais dissimuladas nas relações econômicas, demarcam uma estrutura de reprodução e manutenção da organização social. Nesse sentido são relações de troca, material e simbólica, essenciais para o grupo.

3.4.3 - Relações de gênero e o aprendizado dos jovens na pesca

Uma das formas mais antigas de divisão social é a divisão sexual do trabalho (ENGELS, 1978). A distinção social feita entre as atividades tidas como masculinas e as consideradas femininas reforçam a separação entre o mundo público de ação dos homens e o mundo privado de ação da mulher. Distribuem-se papéis sociais dentre membros sexuais de uma sociedade e nesse processo as mulheres são impedidas de realizar determinadas tarefas. Em contraponto, a história tem sido testemunha da inserção das mulheres em atividades consideradas produtivas a despeito de sua condição sexual.

A pesca considerada uma atividade tipicamente de homens, é em vários locais da Amazônia um *métier* masculino, conforme atesta Furtado em sua análise da atividade pesqueira em Óbidos, onde é perceptível a separação entre as atividades por sexo e idade, onde as mulheres se ocupam das atividades da terra. (1993, p.258).

Maneschy (In: Furtado, 2002) acrescenta em sua análise do trabalho das mulheres na pesca em Vigia - litoral do Pará, uma ampliação do conceito de pesca para além do processo de captura, envolvendo “as atividades de pré e pós captura” (p.62) a partir do qual é possível dar visibilidade a participação das mulheres que atuam em nessas outras etapas da atividade.

No contexto em análise a participação das mulheres embora não ocorra diretamente nas atividades de captura do pescado, não impede que elas sejam presença constante nos ranchos, atuando nos afazeres “domésticos”, cuidando das crianças e da alimentação, em condições mínimas, o que denota a divisão do trabalho nos moldes tradicionais. Além de colaborar no beneficiamento, como no processo de salga e de secagem do pescado, passando de semanas a meses nos ranchos acompanhada dos filhos menores (foto 28). Em outros casos, essas atividades são conciliadas numa forma de lazer quando se deslocam e vão com familiares dormir nos ranchos ou passar os fins de semana com os maridos.

Em Nova Olinda, as mulheres em parte, são responsáveis pelas idas até a sede do município para a aquisição de apetrechos de pesca, realizando atividades que os pescadores em virtude do constante deslocamento para a área de pesca, não dispõem de tempo.

Em virtude desse contato estreito com o universo da pesca, são detentoras de uma gama de saberes acerca da atividade pesqueira, o que é perceptível na participação delas nas conversas sobre a temática.

Não há uma visão ou representações em relação às mulheres que denotem uma negatividade da figura feminina no universo da pesca. Inclusive, há a associação aos encantados ou invisíveis, figuras míticas que têm relação com a proteção do lugar. São as avós do lugar, a mãe do mangue a Ataíde²⁷ – donas e protetoras do lugar e dos recursos naturais, para quem devem pedir permissão para fazer uso.

Na vila de Nova Olinda, em terra, em geral as mulheres possuem nos quintais “jiraus”²⁸ com pequenas plantações de legumes, temperos, além de espécies vegetais como o limoeiro e a vinagreira plantados nos terrenos dos quintais para uso no cozimento do peixe (foto 29).

²⁷ O Ataíde é uma figura masculina mítica, muito conhecida na região bragantina, considerado o protetor dos manguezais. Em Nova Olinda faz-se referência também a Ataíde, uma figura em forma de mulher que assedia os homens nos ranchos, liberando para os que a aceitam o uso dos recursos naturais em fartura.

²⁸ Jirau - do tupi. Estrado de varas sobre forquilhas cravadas no chão que servem para guardar panelas, utensílios, legumes etc (Dicionário eletrônico Aurélio). No caso da Vila de Nova Olinda, serve para manter suspensas pequenas hortas, principalmente para protege-las do acesso dos animais domésticos.



Foto 28 - Dona Maria, esposa do pescador Jurandi na APA preparando o peixe avuado
Fonte: Benilde Rosa -Pesquisa de Campo (julho de 2006)



Foto 29 - Dona Benedita, esposa do pescador Olivar, cultivando jiraus de hortaliças (couve, cebolinha, cheiro verde) na sede de Nova Olinda, agosto de 2005
Fonte: Benilde Rosa - Pesquisa de Campo – (2005)

A participação de crianças do sexo masculino em atividades de pesca é uma constante, atuam ajudando os pais, tios ou irmãos mais velhos em atividades complementares como remar cascos, colocar redes para secar e nos intervalos pescam pequenos peixes nas margens dos rios, além da captura dos siris. Estes capturados através das iscas presas ao “landruá”, armadilha composta por um círculo de ferro e uma pequena rede cônica presa a ele,

fundeada pelo peso de uma pedra (fotos 30 e 31). Esses momentos, na infância, são associados ao lazer e nesse ritmo cotidiano as crianças passam a identificar-se com as atividades da pesca adquirindo o saber e o fazer empíricos transmitidos, constituindo o seu *habitus* primário que “são as estruturas sociais de nossa subjetividade que se constituem inicialmente por meio de nossas primeiras experiências (*habitus* primário), e depois, de nossa vida adulta (*habitus* secundário)” (Corcuff, 1995, p.51)

Aos adolescentes já são destinadas atividades mais dirigidas à colaboração efetiva na produção pesqueira. Por volta dos quinze anos, os rapazes já atuam nessas atividades voltadas para aumentar a renda familiar.

Pudemos durante uma das visitas a Nova Olinda, presenciar uma turma de arrasto de puçá de camarão saindo no início da noite, horário naquele dia da maré noturna, com a presença de vários jovens na faixa etária de quatorze a vinte anos, sendo que o “arraz” com vinte e seis anos de idade, afirmou ter iniciado suas atividades na pesca aos onze anos de idade.

Atualmente, em todo o município de Augusto Corrêa está sendo implantado o Programa de erradicação do trabalho infantil (PETI) como forma de incentivo de manutenção às crianças em idade escolar, matriculadas e freqüentando a escola. Dessa forma, pretendendo contribuir com a eliminação do trabalho produtivo infantil. Essas bolsas, segundo uma funcionária da escola de ensino fundamental de Nova Olinda, confirmado pelo vice-prefeito municipal, atendem um grande número de crianças da localidade, sendo que o município está entre os que atingiram maior quantitativo desse benefício no Estado.

Essa política não afasta as crianças do lugar das atividades da pesca, uma vez que, esse ir e vir entre a “água e a terra” acompanhando os pais, não é tomado como trabalho, mas um fazer cotidiano para as crianças (foto 32). O que pudemos observar é que as mães têm incentivado os filhos a permanecer na escola na intenção de garantir a bolsa recebida.



Foto 30 – Jovem de Nova Olinda com o landruá Foto 31 - Jovens pescando no Camarau-açú

Fonte: Benilde Rosa -Pesquisa de Campo (dezembro de 2006)



Foto 32 -Jovens despescando curral no Camarau-Açú

Fonte: Benilde Rosa –Pesquisa de Campo (dezembro de 2006)

Em relação à educação das meninas, é perceptível que reproduzem as separações consagradas como de gênero. A elas competem seguir os passos do referencial materno. As meninas são responsáveis pelos afazeres domésticos, ainda muito jovens, assumem compromisso matrimonial, são esposas, mães, quando muito, empregadas domésticas, reproduzindo as condições sociais estabelecidas e o aspecto do trabalho feminino, como um complemento ao trabalho masculino. Uma reprodução da “estrutura estruturada” do *habitus*, pois segundo Bourdieu (2005c):

A dominação masculina encontra, assim, reunidas todas as condições de seu pleno exercício. A primazia universalmente concedida aos homens se firma na objetividade de estruturas sociais e de atividades produtivas

e reprodutivas, baseadas em uma divisão sexual do trabalho de produção e reprodução biológica e social, que confere aos homens a melhor parte, bem como nos esquemas imanentes a todos os *habitus* moldados por tais condições, portanto objetivamente concordes, eles funcionam como matrizes das percepções, dos pensamentos e das ações de todos os membros da sociedade, como transcendentais históricos que, sendo universalmente partilhados, impõem-se a cada agente como transcendentais... E as próprias mulheres aplicam a toda a realidade e, particularmente, às relações de poder em que se vêem envolvidas, esquemas de pensamento que são produto da incorporação dessas relações de poder e que se expressam nas oposições fundantes da ordem simbólica. (p. 45)



Foto 33 - Seu Eurico Rocha, secretário de meio ambiente, dona Maria esposa de Seu Marreta (pescador de curral) acompanhada da filha e nora no final de semana a caminho do rancho, na viagem técnica realizada a APA.

Fonte: Benilde Rosa – pesquisa de campo (dezembro de 2006)

3.4.4 – A organização do poder local

Do ponto de vista da organização social, da materialidade das relações, não podemos isolar a questão política, ela perpassa todos os aspectos da vida social, e é, portanto, indissociável. O que pretendemos destacar, de forma direta, é como se estruturam as relações de poder entre os agentes sociais locais.

A noção de *habitus* em Bourdieu (2005a, 2005b), nos auxilia a pensar uma identidade social, uma experiência de vida, a partir das relações de poder, da disputa entre grupos com posições diferenciadas. Podemos encontrar um referencial que também nos permite compreender que no campo simbólico as representações dominantes têm por função mascarar a lógica social que é a lógica da dominação.

O conceito de *habitus* permite assim, levar em consideração a capacidade ativa do agente e demarcar não somente o tempo, mas o lugar e a posição na hierarquia social, de onde as “disposições duráveis” podem, a partir das relações de poder, ser negadas, contrariadas ou confirmadas.

Para além das representações que os agentes incorporam, capazes de propiciar justificativas simbólicas para a posição que ocupam, o *observador* (grifo nosso) deve reconstruir o sistema completo de relações simbólicas e não simbólicas, ou seja, as condições de existência material e a hierarquia social daí resultante. (MICELI In: BOURDIEU, 2005b, p. XIII)

A noção de *habitus* não pode assim ser dissociada do conceito de “campo” que indica o espaço social de relações objetivas entre grupos com distintos posicionamentos sociais. “As posições que esses grupos ocupam configuram um campo de batalha ideológica, expressão da luta de classes e do processo prevalecente de dominação.” (MICELI In: BOUDIEU, 2005b)

O campo político é concebido como um espaço em que se organizam relações de poder e dominação é um espaço de luta ou competição. Para ser um agente nessa esfera torna-se necessário adquirir saberes específicos para atuar de acordo com os protocolos. É preciso, no dizer de Bourdieu (2001) ter posse de determinados capitais, ou seja, esse campo é restrito e nele são gerados produtos, conhecimentos, símbolos, dentre os quais os cidadãos “comuns” têm que escolher.

Logo, o mundo social, é ao mesmo tempo o produto e o móvel de lutas simbólicas, inseparavelmente cognitivas e políticas, pelo conhecimento e reconhecimento, nas quais cada um persegue não apenas a imposição de uma representação vantajosa de si, como as estratégias de ‘apresentação de si’... mas também o poder de impor como legítimos os princípios de construção da realidade social mais favoráveis ao seu ser social (individual e coletivo, por exemplo, com as lutas sobre os limites dos grupos), bem como à acumulação de um capital simbólico de reconhecimento. (BOURDIEU, 2001, P.228)

Assim, em Durkheim (1996) as representações são um reflexo da lógica social, em Marx a partir do conceito de Ideologia (1993), denotam uma inversão da realidade que tem por função esconder a lógica social que é de dominação. Godelier (1984) reafirma a importância das representações sociais no exercício prático da vida, portanto para esse autor nem tudo é ilusório, existe um *quantum* que corresponde e se confunde com a própria existência dos grupos.

Na discussão do campo simbólico Bourdieu (2005a) - através do conceito de *habitus* - permite-nos visualizar o contexto sócio-político e as interações entre os grupos. Nesse autor, o fato social é apresentado também como “uma apreensão subjetiva através da qual incorpora-se a mesma realidade do ângulo em que se encontra o agente individual capaz de vivê-la em seu cotidiano” (p.XXIII). Portanto a partir do seu contexto cultural, simbologias e experiências práticas.

É nesse sentido que em relação aos pescadores da APA percebemos que, embora tenham organizações das quais fazem parte - em todas as vilas pesqueiras existe pelo menos uma associação - não há uma inserção de seus membros ou representantes, no campo político. O poder político centralizado na sede do Município, embora possua membros eleitos nas

comunidades, como é o caso de Nova Olinda que possui um vereador, não consegue estabelecer redes para tomada de decisões que atendam aos interesses desses pescadores.

A fala dos pescadores locais é singular nesse sentido, sentem-se desamparados quanto à representatividade política, seja quanto à ação de vereadores locais ou a Associação ou ainda a própria colônia, na ausência de capatazia - capatazes - nas vilas que faça a interação deles com a sede da Colônia (foto 35).

O difícil aqui é que a gente paga pro capataz e as vezes ele não paga a colônia e depois cobram de novo da gente, a mensalidade. Agora não tem capataz e fica difícil ir até Augusto Corrêa (a sede) a gente gasta muito e ainda tem a despesa de ida e volta, ainda perde o dia de trabalho. (Seu Nonato, Pescador de Nova Olinda, julho de 2006)



Fotos 34 e 35 - Associação dos pescadores da Vila do Perimirim e Colônia Z- 18 – Ambas com localização na sede de Augusto Corrêa
Fonte: Benilde Rosa -Pesquisa de campo (dezembro de 2006)

A associação da Comunidade Ativa da Vila do Perimirim (foto 34), entidade que funciona na sede municipal de Augusto Corrêa, atende, indiscriminadamente, todos os pescadores do município, desde que sejam associados. A ação dessa associação se faz através de financiamentos, óleo subsidiado, benefício do seguro desemprego (lei 8.287 de dezembro de 1991) (salário mínimo mensal, referente ao período do defeso, localmente denominado “paradeiro”), aposentadoria, serviços de funerária, cursos de alfabetização, aquisição de documentos e atendimento médico (anexo 04).

A grande dificuldade encontrada pelos pescadores é a distância entre as vilas e a sede municipal, o que ocasiona a perda do dia de trabalho para a resolução de qualquer questão, em virtude da necessidade diária do deslocamento para o trabalho da pesca, além das despesas que ocasionam um ônus financeiro, uma vez que o pescador local não tem condições de sustentar, tanto com as mensalidades quanto com despesas para deslocamento.

A Colônia de Pescadores Z-18, também localizada na sede municipal, no dia dezesseis de novembro de 2006, encontrava-se sob o comando de uma junta governativa nomeada pelo presidente da Federação, cujo presidente interino Edvaldo Silas, contabilizou

um total de 1. 649 colonizados contando com os aposentados, em todo o município. Em média 160 colonizados são da Vila de Nova Olinda, de acordo com o que foi informado pelo próprio presidente interino.

Em Nova Olinda a AGRONOL fundada em 02 de março de 1997, contava na ata de criação com 50 sócios, hoje com um número de 35 associados, dentre os quais apenas 02 pescadores artesanais. Uma das referências constantes dos pescadores locais é de que a associação não atende aos interesses dos pescadores, sendo mais voltada para os interesses dos agricultores, inclusive, com relatos de não aceitação de novos associados pescadores, sem o devido consentimento dos associados agricultores.

A AGRONOL, na pessoa de seu ex- presidente, Miguel Reis, teve participação efetiva no processo de constituição da APA da Costa do Urumajó. Em Nova Olinda conforme, já comentado no segundo capítulo, o Presidente à época da AGRONOL, irmão da então diretora da escola de ensino fundamental, Jacierene Reis, faziam parte de um grupo político que apoiava a criação da APA, com apoio da então vereadora por Nova Olinda Rosete Rosário. Realizando em conjunto com a SEAMA e com a diretoria de meio ambiente municipal, um trabalho de educação ambiental junto aos pescadores locais, acerca da pesca e uso dos recursos pesqueiros e atuando como órgão fiscalizador da prefeitura.

Existem hoje, a partir de nossas observações, dois grupos que se confrontam pelo poder político em Nova Olinda, o grupo referido acima, e a família do atual vereador local, Raimundo Santana conhecido como Sarapó, cujo pai Seu “Chico Bernardo” – Francisco Bernardo Santana já foi vereador pelo local, o irmão vice- prefeito e um sobrinho hoje ocupa o cargo de secretário de Agricultura. Ambas com um certo capital ou capitais, no sentido enunciado por Bourdieu, (2005b) – que para além do capital econômico, a riqueza material – dispõem de conhecimento, habilidades e qualificações intelectuais (capital cultural), acessos sociais e redes de contato (capital social) além de prestígio e reconhecimento social (capital simbólico) (THIRY-CHERQUES, 2006) no local e no município. Esses dois grupos se revezam, enquanto representantes da população da vila, na câmara dos vereadores municipal e como autoridades locais - representadas nesse caso pela direção da escola, que hoje está sob a chefia da Maria José Amorim Santana, esposa do vereador Sarapó. Outro fator que se configura como forte elemento retenção de capital social e capital simbólico (acesso sociais, prestígio e honra) da localidade é o papel de dirigente de setor, que autoriza a celebração das missas pelo senhor José de Oliveira – Seu Zuza, pela dona “Mundiquinha” – Raimunda da Conceição Reis, pela Jacirene Silva Reis, filha de dona “Mundiquinha” e Neilo Reis, filho de

Jacirene, em virtude do Padre de Augusto Corrêa apenas celebrá-las nas primeiras sextas feiras de cada mês.

Essa divisão do poder local é representada por espécies de peixes comuns denominados Baiacu e Tralhoto, popularmente conhecidos por ter o baiacu a carne venenosa, e o tralhoto visão duplicada, numa analogia de auto denominação para os grupos político-partidários, respectivamente PDT e PT e PSDB.

Embora haja essa disputa pela representatividade local, os pescadores, que compõem a grande maioria dos trabalhadores da vila, se vêem desamparados quanto aos seus direitos, como aposentadoria, benefícios, financiamentos e pela ausência de políticas públicas voltadas para esse segmento.

Eu adoeci e não tive direito nenhum, não fui atrás, fiquei em casa e não recebi benefício, meus filhos é que trabalharam...O que falta é a colônia ser mais forte, falta querer ajudar o pescador, se desse os apetrecho pra o pescador ficar pagando, aí sim, depois podia cobrar se pegasse usando outro tipo (Seu Nonato, ex- pescador de zangaria de Nova Olinda que trabalhou com rede de propriedade de moradores da sede de Augusto Corrêa, em julho de 2006)

A representação política democrática exige uma divisão – uma divisão a partir do confronto de visões de mundo diferenciadas, que lutam pela dominação – (BOURDIEU 2005b), que recai em detrimento desses segmentos colocados à margem e a favor dos representantes políticos. Esses segmentos não participam das tomadas de decisão por não compor as redes que levam às esferas deliberativas, e se sentem desamparados pelos supostos representantes eleitos ou nomeados.

As classes no sentido de Marx estão por fazer-se mediante um trabalho político que possui tanto mais possibilidades de ser bem sucedido quanto mais se munir de uma teoria bem fundamentada na realidade [...] A ciência social deve tomar como objeto não apenas essa realidade, mas também a percepção dessa realidade, as perspectivas, os pontos de vista que, em função da posição que ocupam no espaço social objetivo, os agentes têm sobre essa realidade [...] Assim as representações dos agentes variam segundo sua posição (e os interesses que estão associados a elas) (BOURDIEU, 2004, p. 56, 57 e 58)

A posição que os agentes ocupam na estrutura é determinada pelo acúmulo de capitais que eles conseguiram reter quer por investimento quer por herança. Diante dessa divisão, conforme Bourdieu (2005b) a dinâmica do conflito permanece, onde uns procuram manter seus privilégios diante do inconformismo de outros grupos. Conforme podemos observar na organização local.

4- PESCA E MEIO AMBIENTE

A região amazônica sempre despertou interesse pela sua diversidade biológica e pela sua riqueza em ecossistemas diversos; publicações como “Um Naturalista no Rio Amazonas” (1979), que descreve a viagem de Henry Walter Bates pela Amazônia, iniciada no ano de 1848, mostram o interesse que a região desperta e as contribuições que seu conhecimento permite, tanto do ponto de vista das ciências naturais quanto como referencial de informações histórico-sociais das populações locais.

Nessa linha de publicações, o trabalho de José Veríssimo de 1895, “A Pesca na Amazônia” (1970), tornou-se um clássico pelo detalhamento da atividade pesqueira da região, permitindo visualizar não só o aspecto dos recursos pesqueiros com informações diversificadas sobre as espécies, como também outros aspectos do ambiente natural e peculiaridades da atividade da pesca e da organização social dos povos que vivem dessa prática.

Na região amazônica, particularmente no Pará, a pesca artesanal desenvolveu-se como atividade tradicional de indígenas e de populações que foram se estabelecendo desde a colonização, constituindo-se, assim, comunidades que têm nessas relações sociais de produção sua principal atividade. Segundo Mello (1985) o Pará, junto com a Bahia, apresentavam na época de seu estudo o maior contingente de pescadores artesanais e além disso, um grande consumo de pescado.

A pesca artesanal no Brasil, apesar do descaso das políticas públicas para o setor, segundo Leitão (1997), tem sido responsável pela maior parte da produção comercializada no mercado interno. O que demonstra o significado da pesca artesanal no contexto regional e nacional.

Nesse sentido, por sua tradicionalidade e importância social na Amazônia, a pesca artesanal configura-se como uma das principais atividades a serem preservadas em áreas de implantação de projetos cujas metas são a conservação da biodiversidade e da sócio-diversidade, associadas ao desenvolvimento sustentável. Nesse capítulo, pretendemos analisar o contexto da pesca desenvolvida na APA da Costa de Urumajó, averiguando formas organizacionais da pesca e o uso dos recursos naturais disponíveis, tendo como referência o olhar do pescador artesanal local em relação às percepções científicas e técnicas que constituíram o lugar de trabalho desses pescadores numa UC.

Pensar a relação da pesca com o meio ambiente requer indagar-se sobre como pensam e agem os pescadores daquela região acerca de sua atividade produtiva, do uso dos

recursos naturais e como concebem não somente a sua ação, mas também o espaço natural, ao qual se referem os especialistas como meio ambiente quando a ação humana passou a alterá-lo o percurso, ou seja:

O lugar determinado ou percebido, onde os elementos naturais e sociais estão em relações dinâmicas e em interação. Essas relações implicam processos de criação cultural e tecnológica e processos históricos e sociais de transformação do meio natural e construído. (REIGOTA, 2002: 14)

Conforme estamos propondo, trabalhar a partir do conceito de representações sociais significa buscar compreender os elos, as correspondências entre o mundo da produção material e o da esfera imaterial, entre as práticas e suas representações que se determinam mutuamente.

As representações sociais são expressões da realidade. Em Durkheim (1996), representações sociais correspondem ao conceito de representações coletivas que se sustenta no conceito de fato social. Os fatos sociais são formas de pensar, sentir e agir existentes independentes da consciência individual, pois estão na consciência coletiva. Apresenta-se no indivíduo, em última análise, pelo seu poder coercitivo, que o caracteriza juntamente com sua exterioridade e objetividade. Então, as representações coletivas são manifestações concretas de fenômenos abstratos da consciência coletiva. Para Durkheim (1996), a representação coletiva é real e concreta, é a forma como um grupo se pensa, sente e age em suas relações. Ela é a materialização da consciência coletiva num grupo específico, logo, temos representações coletivas distintas conforme a apreensão diferenciada dos grupos em relação a essa consciência, mas sempre sob o mesmo referencial lógico de onde a consciência coletiva é apenas uma extensão - A organização social.

Se não fosse assim, pela lógica da construção teórica do autor, as “funções sociais” de cada grupo não seriam possíveis, o que colocaria em risco a própria harmonia do “organismo social”, gerando um estado patológico ou a anomia social.

Podemos, então, afirmar que as representações coletivas são fatos sociais já que são externas aos indivíduos - são maneiras de ser coletivas que se consolidam (ou condicionam pelo poder coercitivo) nas maneiras de agir. “O ideal provém do real, ainda que o ultrapasse: eis por que o ideal pode se incorporar ao real” (RODRIGUES, 1995 p.60).

Para Durkheim as representações coletivas são categorias do pensamento humano, portanto da esfera moral, construídas socialmente e historicamente, que representam a forma como um grupo pensa suas experiências, sendo portanto, um reflexo da lógica social, tendo por função agregar os grupos, materializando o predomínio da sociedade sobre o indivíduo. “Hábeis instrumentos de pensamento, que os grupos humanos laboriosamente forjaram ao

longo dos séculos e nos quais acumulam o melhor do seu capital intelectual” (DURKHEIM, 1996: XXVII).

Na perspectiva de discutir a noção de representações sociais, podemos compreender que, partindo da abordagem de Marx e Engels (1993), as representações sociais explicam, justificam ou questionam a realidade. Podemos analisar nesses autores a noção de ideologia apresentada em “A Ideologia Alemã” (1993), como as representações sociais que legitimam a ordem estabelecida e se apresentam como representações de toda a sociedade, são elas as da classe dominante que se impõem ao conjunto da sociedade por apresentar uma inversão da realidade. “em toda ideologia, os homens e suas relações aparecem invertidos como numa câmara escura” (p. 37) Para esses teóricos:

A produção de idéias, de representações, da consciência, está de início, diretamente entrelaçada com a atividade material e com o intercâmbio material dos homens, como a linguagem da vida real. O representar, o pensar, o intercâmbio espiritual dos homens, aparecem aqui como emanção direta de seu comportamento material (p.36)

Ou seja, compõem a esfera da superestrutura e são determinados inicialmente pelas relações materiais que compõem a infraestrutura, o que não significa dizer que não estejam exercendo ação sobre o curso dessas relações, apenas que em última instância o fator determinante é a produção e reprodução da vida material. Então para os autores, existe uma relação entre o material e o imaterial:

Parte-se dos homens realmente ativos e, a partir de seu processo de vida real, expõe-se também o desenvolvimento dos reflexos ideológicos e dos ecos desse processo de vida. E mesmo as formações nebulosas no cérebro dos homens são sublimações necessárias do seu processo de vida material (p.37)

Em Godelier, antropólogo considerado neomarxista (1981), as representações sociais também são uma interpretação da realidade que organizam as relações dos homens entre si e com a natureza. Elas são elemento constitutivo das forças produtivas, são inseparáveis da base material da sociedade.

Podemos então afirmar que enquanto para Marx (1993) as representações sociais compõem a superestrutura social, por que possuem uma função ideológica, em Godelier (1984) elas compõem, mas não somente elas, a infraestrutura, cujas funções denotam seu papel de apresentar, interpretar e organizar as relações sociais legitimando ou deslegitimando a ordem social, ou seja, funcionam como elemento organizacional da infra-estrutura.

é evidente que entre todas as representações que o homem tem de si próprio e do mundo, quando caça, pesca, pratica a agricultura, etc., e que lhe servem para organizar estas atividades, tudo não é ilusório. Contem imenso tesouro de ‘verdadeiros’ conhecimentos e de conhecimentos verdadeiros que constituem uma verdadeira ‘ciência do concreto’ (CARVALHO, 1981, p.190)

As representações sociais são o que o autor denomina de meios intelectuais, ou seja, os conhecimentos que os grupos possuem sobre a natureza bem como o domínio de técnicas para fabricação de instrumentos e utensílios e de regras do uso do próprio corpo no trabalho, e as demais regras, a própria moral estabelecida, segundo Durkheim. Então, são os saberes, as “realidades ideais” necessárias para que a atividade material do homem aconteça. Essas realidades ideais não podem ser entendidas fora do seu contexto, são assim intimamente relacionadas aos grupos e suas formas de ação e interpretação. Como afirma Godelier:

não há distinção entre material e imaterial, pois não acredito que o pensamento seja menos material que o resto da vida social. Do mesmo modo não há distinção entre sensível e não sensível. O que existe é uma distinção de lugar no interior das atividades necessárias à reprodução da vida social. (CARVALHO, 1981: 176)

Assim, embora partindo das idéias de Durkheim (1996), enquanto precursor na sociologia que permite-nos abordar o universo das categorias de pensamento, e de Godelier (1984), ambas associadas às atividades práticas e aos instrumentos e técnicas como capital material de que os grupos dispõem. É no conceito de *habitus* de Bourdieu (2005a, 2005b) que podemos conciliar a unidade entre o material e o imaterial com uma certa maleabilidade dos grupos sociais em criarem mecanismos de adaptação, de conformação às suas necessidades, diante de situações em situações imprevistas.

Habitus aqui significando, então, o conjunto de regras de conduta consideradas como válidas, adquirido socialmente, que orienta o comportamento dos grupos. São “disposições duráveis”, que conduzem a forma de pensar, sentir e agir dos agentes, um *ethos*²⁹, não apenas com a incorporação dessas regras sociais pelos indivíduos, mas também, a partir da capacidade criativa desses indivíduos responderem a seu meio social.

No sentido dessa abordagem, entender representações sociais no contexto da temática selecionada para esta dissertação nos indica que, para a atividade da pesca e sua relação com o meio ambiente, torna-se necessário compreendermos as representações comuns que indicam como os pescadores interpretam e organizam sua atividade produtiva, constituindo uma identidade - como podemos observar na análise de Leitão (1997) e Adrião (2003) - sustentada nos saberes acerca do meio ambiente e seus recursos, sem os quais a atividade da pesca não seria possível e que impactos ambientais ameaçam, incluindo a própria organização social.

Também torna-se necessário percebê-los dentro de uma conjuntura sócio-política que condiciona as inter-relações, as suas ações e representações. Nesse sentido, cabe destacar

²⁹ De acordo com a definição de Maldonado (1986, p.72) *ethos* entendido como “sistema culturalmente padronizado de organização dos instintos e das emoções dos indivíduos”

o olhar, as ações e o papel de técnicos e pesquisadores “que dominam saberes de base científica” (Souza Santos, 2004, p.72), agentes na instituição e fiscalização da APA da Costa de Urumajó, como contraponto, ou um outro olhar sobre a mesma realidade, formas diferenciadas de representar e agir que dialogam entre si.

4.1 A diversidade da pesca local e o uso dos recursos naturais – O olhar pescador artesanal na APA da Costa de Urumajó

A APA da Costa de Urumajó localiza-se na zona costeira do Estado do Pará, sofrendo por conseguinte a influência das águas salgadas do mar que se diluem nas águas doces dos rios, igarapés e furos, formando áreas estuarinas, ricas em biodiversidade, tornando-se o ambiente de reprodução de diversas espécies - considerado berçário natural das espécies - como também local de grande piscosidade, o que o torna imprescindível de análise com o objetivo de visualizarmos a relação do pescador com o seu ambiente, no uso dos recursos naturais através de sua atividade produtiva.

Dentro dos limites da APA, como atividade principal, destaca-se a pesca artesanal, organizada de várias formas a materializar diferentes usos dos recursos naturais. Essas variadas formas de organização da pesca são definidas a partir do tipo e de como os instrumento de pesca são utilizados.

Nesse sentido, e de acordo com os dados do relatório que subsidiou a instituição da APA, realiza-se nessa área, a pesca de espinhel usando de 250 anzóis a 800 ou mais, com aproximadamente 80 pescadores dentro da área, sendo os peixes mais comuns o bandeirado, o cangatá e a arraia. E a pesca de curral, sendo um total de 29 currais distribuídos na APA da seguinte forma: Baía do Burununga dois (02), de proprietários de Augusto Corrêa; nove (09) na Baía do Camará-Açú, de proprietários de Nova Olinda; na Ponta da Ligeira dois (02), de proprietários do próprio local; na praia do Camará-Açú quatro (04), sendo dois (02) currais de proprietários do local e dois (02) de Nova Olinda; em Porto Velho dois (02) currais de proprietários de Nova Olinda; sete (07) do Outro lado da mesma praia, sendo cinco (05) de proprietários residentes do Araí e dois (02) de Nova Olinda e do lado esquerdo da Ponta do Mandarité três (03) de proprietários da sede de Augusto Corrêa.

Contudo, uma maior complexidade foi revelada pelos pescadores em relação a atividade da pesca no local, se comparada a referência acima citada. Outros tipos de pesca podem ser observados dentro da área, conforme já comentado nesse trabalho. Algumas formas são peculiares do local, enquanto outras já não utilizadas em outras localidades

amazônicas permanecem sendo desenvolvidas pelos pescadores que atuam na Área de Proteção ambiental da Costa de Urumajó, como podemos ver a seguir, observando as implicações do uso dos instrumentos em relação aos recursos naturais, indicadas pelos próprios pescadores:

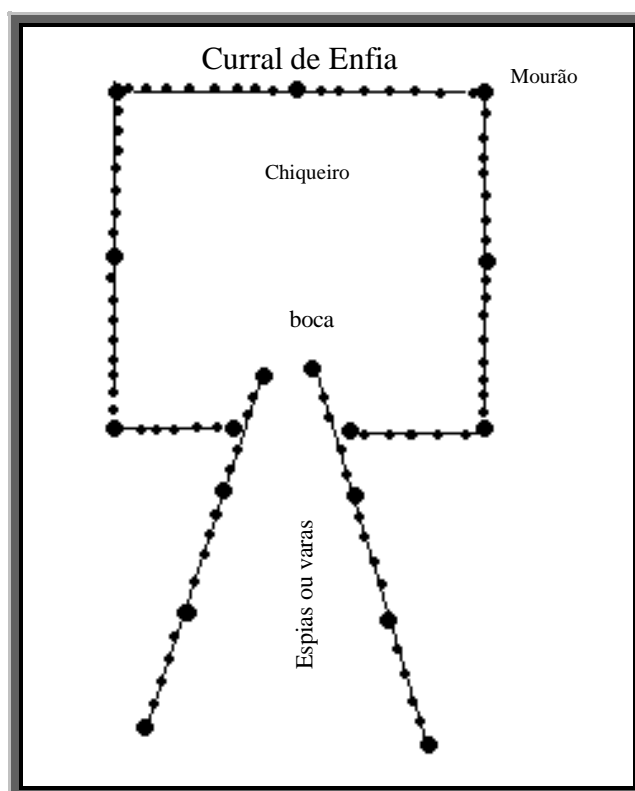
4.1.1 – Pesca de Curral e Fuzarca

Durante as viagens de campo para observação da atividade pesqueira, pudemos perceber que há um grande número de currais por toda a extensão da APA, o que indica que essa modalidade é uma das mais utilizadas para a captura do pescado, hoje somando um número bem maior que o apontado à época pelo relatório enunciado acima. Conforme indicam pescadores de Nova Olinda são aproximadamente 100 em época de safra.

Segundo pescadores locais, existem dentro da Área três tipos de currais denominados em virtude de seus formatos de: Enfia, Casco de Siri ou Cachimbo e Coração.

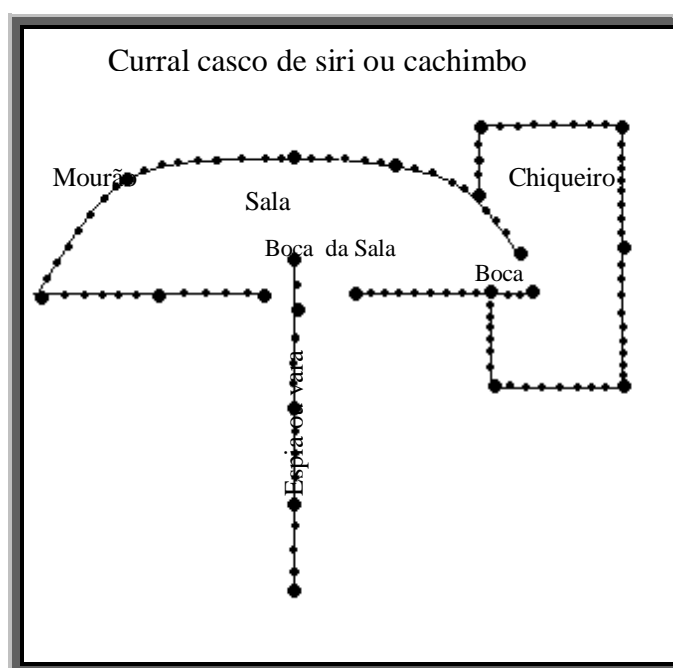
Para ilustrar reproduzimos aqui os croquis de currais semelhantes aos citados que se encontram no trabalho de Nery (In: Furtado, 1995). Trata-se de estudo realizado sobre a tecnologia pesqueira utilizada na costa marítima do município de Marapanim, também localizada em Augusto Corrêa, na Zona do Salgado.

Os referidos croquis sofreram adaptações a partir das informações de pescadores locais, posto que apesar das semelhanças, pudemos confirmar que em geral o compartimento denominado chiqueiro, dentro da APA, são retangulares e não circulares como em Marapanim, o mesmo ocorrendo com as denominações das varas que demarcam a estrutura do curral, chamados em Augusto Corrêa de “mourões” (croquis 02, 03, 04)



Croqui 02 –Planta baixa do curral de enfia encontrado na APA. Desenho elaborado por Benilde Rosa e Philippe Portela com técnicas de computação gráfica. Adaptado (In: Nery, Arian. 1995)

Fonte: De acordo com as informações dos pescadores Zezinho, Pium e Sabá Padilha.



Croqui 03 – Planta baixa de um curral casco de siri ou cachimbo encontrado na APA. Desenho elaborado por Benilde Rosa e Philippe Portela com técnicas de computação gráfica. Adaptado (In: Nery, Arian. 1995)

Fonte: De acordo com as informações dos pescadores Zezinho, Pium e Sabá Padilha.

Curral de coração



Croqui 04 – Planta baixa de um curral coração encontrado em menor quantidade na APA adaptado (In: Nery, Arian. 1995)

Fonte: De acordo com as informações dos pescadores Zezinho, Pium e Sabá Padilha.

O curral, independente do tipo, constitui-se em uma armadilha fixa, composta por uma ou duas fileiras de varas formando o que localmente é chamado de “espia”, servindo para condicionar o deslocamento dos peixes na água para um segundo compartimento do curral, formado por uma cerca de varas em formato variado conforme o tipo (fotos 36 e 37). Deste cercado mais largo, a sala, que o pescado adentra durante a enchente passa para um reservatório denominado localmente de chiqueiro, recoberto por tecidos de redes, de onde não consegue sair. Na vazante os currais são despescados – processo de retirada do pescado da armadilha. A posição do curral deve ser marcada, ou seja, deve está de acordo com a vazante para possibilitar a penetração do pescado. Denota-se desse processo que, não basta montar o curral, é necessário todo um conhecimento sobre aquela realidade e o movimento das águas para que o curral se efetive na captura do pescado, capacidade essa que se faz no processo cotidiano da atividade e constitui uma das distinções do saber local, apenas os mestres se especializam nessa atividade de “montar currais”. Os currais ficam localizados nas orlas, chamados “currais de beira” e nas “águas de fora”, os “currais de fora”.



Foto 36- Espias de curral



Foto 37 - Curral de enfia

Fonte: pesquisa de Campo - Benilde Rosa (julho de 2006)

Os currais são identificados na localidade pelo sobrenome dos proprietários, são considerados de custo elevado e trabalhoso na sua elaboração, embora utilizem em parte matéria-prima nativa, como as madeiras para as varas retiradas do mangue e, portanto, a maioria dos pescadores artesanais que atuam neles são sócios, se organizam dividindo o trabalho, a despesa, o material da montagem do curral e o produto da pesca.

Segundo a percepção dos pescadores locais embora o curral seja um tipo de pesca comum na localidade, o problema que apresenta não se refere ao seu uso para a captura do pescado, mas ao tipo de malha usada, tipos ‘miúdos’ (em média 3cm), com pequeno espaçamento entre os nós da malha, que não selecionam os peixes mais “graúdos”, aprisionando os menores também e quando ocorre a despesca, somente aqueles são aproveitados, os peixes considerados “miúdos” – de espécies pequenas ou peixes jovens - são deixados no local. Aos danos aos ecossistemas se referem os pescadores como “estrago”:

O curral estraga mais que a zangaria, porque ele é toda maré e tem muito curral, todo mundo vê, mas ninguém fala nada por conta dos conflitos de inimizade, às vezes quando o pessoal vai despescar, escolhem só os maiores, fica assim, um palmo de uricica estragada no chiqueiro. Quando eu não era pescador, não pensava nisso, no estrago. (Sabá Padilha, ex- agricultor e ex-pescador atualmente atravessador em Nova Olinda, julho de 2006)

Situações como essa têm condicionado a ação do IBAMA na área, que ameaça, segundo relato dos próprios pescadores, derrubar os currais. Os pescadores reconhecem que o tamanho da malha é prejudicial e alguns afirmam que abrem os chiqueiros quando não estão “rancheados”, ou seja, estão em terra e não fazem a despesca.

É perceptível que o uso de malhas “miúdas” se dá pela ausência de opções de material. Em geral os tecidos de rede utilizados nos currais já são restos de outras formas de

pesca, muitos lançados ao mar como lixo por embarcações e reciclados pelos pescadores artesanais – restos de redes, cordas plásticas e de náilon, conforme fotografias a seguir, de curraleiros, parceiros em um curral no Camarau-açú (fotos 38 e 39).



Foto 38 - Seu Lerico, curraleiro do Camarau -açú tecendo rede “malhuda” com material recolhido do mar

Fonte: Maria José da Silva Aquino (dezembro de 2006)



Foto 39 - Seu Marreta, reciclando cordas de náilon recolhidas do mar no rancho no Camarau-açú
Fonte: Benilde Rosa - Pesquisa de campo (dezembro de 2006)

Os pescadores locais identificam apenas os currais do Camarau-Açú como “malhudos”(foto 40), ou seja, de malha grossa (a partir de 5cm), sendo que os outros na maioria são considerados de malha “miúda” (3cm) em virtude da própria fabricação artesanal em tela de bambu tecida com plástico.



Foto 40 - Tipo de malha ‘miúda’ da rede do chiqueiro de curral
Fonte: Pesquisa de campo – Benilde Rosa (julho de 2006)

A fuzarca é menos usada na localidade, mas caracteriza-se apenas por substituir o chiqueiro por uma rede cônica, conforme a foto 41.



Foto 41 - Uso da fuzarca na região bragantina

Fonte: Schories & Gorayeb (2001)

4.1.2 – Pesca da Cachaça Branca - Timbó e Cunambi

O timbó e o cunambi são espécies vegetais nativas que possuem propriedades tóxicas. Nas localidades do entorno da APA, principalmente nas “colônias”, são cultivadas com o fim de serem aplicadas no processo da pesca de subsistência, muito embora no porto de Nova Olinda exista um atravessador que recebe peixe capturado com essa técnica, segundo informação dele mesmo, o que indica que ela ocorre também com fins mercantis.

A pesca com timbó e cunambi ocorre dentro do ambiente da APA em corpos d’água mais interiores, em igarapés e furos, de acordo com esse mesmo atravessador que recebe o pescado dessa modalidade.

Segundo um diretor da Associação agropesqueira de Nova Olinda esse tipo de pesca é rejeitado pela população local. Visualizamos, assim, através da fala de vários pescadores, uma moral, valores claramente difundidos de que essa pesca é prejudicial para o conjunto dos moradores por trazer diversos problemas, mas esse pensamento comum na localidade não se dá apenas e unicamente pela questão ambiental, é principalmente oriundo das conseqüências sociais e à saúde humana que daí decorre em relação aos pescadores locais.

Assim, enumeram problemas de ameaça à saúde, principalmente de mulheres de “resguardo”, pessoas com inflamações, a vida do gado e outros animais domésticos, aos peixes de toda espécie e tamanho e ainda ao próprio curso d’água e leito, que segundo eles, ficam contaminados e precisam de muito tempo para voltar ao que eram antes do depósito do sumo das plantas.

Agora que eu sou pescador não quero que ninguém faça, porque agora tá difícil, eu sou contrário. Hoje passa da safra do peixe e faz falta, vai prejudicar muito mais. Faz estrago, outros pescadores acham ruim. (ex-agricultor e pescador da APA, sobre a pesca com timbó)

Localmente conhecido como cachaça branca, o timbó é assim denominado em virtude do seu beneficiamento, ou seja, a raiz do timbó é batida e o sumo é retirado e engarrafado para posterior uso, encontrado em plantações e facilmente visualizado na localidade denominada Trevinho, no início do ramal que dá acesso a Nova Olinda.

Os pescadores locais informam que esse tipo de pesca é mais adotado pelo “pessoal das colônias” – agricultores com dificuldades de adquirir por outros meios o alimento, além de que produzem na roça, por ser uma forma mais rápida e fácil de pesca, sem o uso de apetrechos de pesca que eles não possuem. Aqui, apresenta-se o trabalhador polivalente que na localidade atua tanto na agricultura quanto na pesca, sendo esta somente para subsistência. Contudo, durante a pesquisa de campo conhecemos e conversamos com vários pescadores³⁰ que dizem já ter atuado ou atuam na pesca com timbó com o objetivo comercial associado à subsistência.

Eu batia timbó, eu morava entre o rio Emboraí e o rio do Côco, eu não era pescador, eu trabalhava de lavoura, a gente saia pra bater timbó porque o timbó é uma coisa muito segura, uns cinco colegas que a gente chama parceiros. - Como assim coisa segura? Segura porque se eu achar um igarapé que não tá mexido, eu vou levar peixe pra casa, vai dá peixe. (Seu Sabá Padilha ex- agricultor e ex –pescador, atravessador de Nova Olinda).

Por ser moralmente condenada a pesca com timbó e também com o cunambi, somente é realizada na maré da madrugada, para dificultar a identificação dos pescadores. Ocorre principalmente nos chamados poços ou lajeiros³¹ – locais fundos e mais restritos, onde os peixes se localizam em busca de alimentos – nesses locais o timbó além de matar todo o pescado ali localizado, ocasiona o assoreamento, visto que com o tempo a areia, folhas e outros detritos tendem a preenchê-los pela ausência dos peixes, que demoram a voltar a

³⁰ Aqui estão sendo denominados pescadores, aqueles que se consideram profissionais, atuando somente na pesca, sem nenhuma outra atividade produtiva.

³¹ Pesqueiros, poços ou lajeiros - Parte mais funda onde os cardumes se localizam em busca de alimentos, considerados pelos pescadores da APA como a casa dos peixes. Abandonados pelos cardumes, esses locais ficam sujos de lodo e lama gerando o seu desaparecimento enquanto tal.

“frequentar o lugar” e por isso não removem esses resíduos do local através dos movimentos em busca de alimentação.

O processo da pesca com timbó também pode se assemelhar a tapagem, visto que em alguns casos utilizam também a rede para tapar a entrada do igarapé onde está localizado o poço, processo realizado durante a maré baixa, aguardam a enchente e após a vazante, ficando apenas um pequeno braço d’água, os pescadores deslocam –se pelo mangue até o local mais apropriado para bater ou colocar o timbó. Os peixes ao sentir a presença da substancia tende a descer no sentido da correnteza, ficando aprisionando na rede, até flutuar por efeito das toxinas, quando é despescado.

No caso do cunambi utiliza-se a folha, quanto mais tempo ela ficar reservada mais úmida e mais potente ela se torna para a pescaria, diferencia-se do timbó por possuir uma propriedade tóxica menos potente, deixando o peixe apenas entorpecido. É menos utilizada em virtude do seu cultivo ser mais exigente. O plantio do timbó é mais simples, guardadas as sementes de um ano para o outro e semeadas não precisa de maiores cuidados.

O timbó e o cunambi com o movimento das águas se espalha e em virtude de sua presença outros cardumes não entram mais nessa área por um tempo.

Quando o peixe sente o timbó ele vem todinho para a rede e aquele peixe ele vai morrer, o timbó mata, agora fica aquela massa do timbó ali, o peixe só volta naquele igarapé daqui com um mês, por causa do veneno, ele chega e volta. O pescador de cacuri (tapagem) tem raiva de quem faz isso, porque ele tapa nesse quarto e no outro quarto da lua ele pode tapar de novo, com o uso do timbó, não dá mais nada. (Seu Sabá Padilha ex-Pescador e atravessador de Nova Olinda)

4.1.3 – Pesca de rede “apoitada”

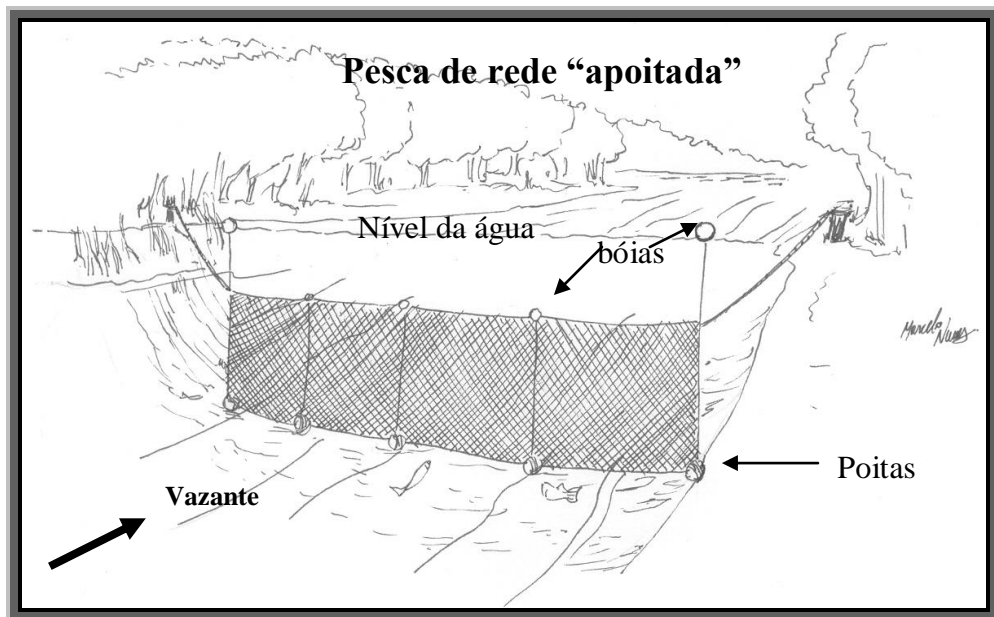
A pesca de rede “apoitada”³² é uma modalidade de captura que ocorre mais no verão quando o pescado torna-se mais escasso. A denominação “apoitada” refere-se quando a rede cujo tamanho da malha é de quatro a três cm é fixada atravessando de margem a margem o furo, igarapé ou rio, fundeada por poitas ou pesos, em geral de chumbo. A rede é fixada aproximadamente de dez em dez braças por “bodes” – poitas que fundeiam a parte inferior da rede - e a parte superior fica elevada por bóias submersas que têm por finalidade manter a rede distendida sob a água, não sendo portanto visível nem na vazante. apenas são visíveis as duas bóias das extremidades da rede, que ficam sobre a água o que facilita a localização e a sua retirada.

³² Poita - Corpo pesado que se usa nas pequenas embarcações, em vez de âncora, para fundear. (Dicionário Eletrônico Aurélio) Na região a poita é o peso utilizado para fundear a rede até o leito do rio, igarapé ou furo.

Segundo pescadores artesanais de Nova Olinda, os laços de dependência entre o pescador e o “patrão” (atravessador) condicionam em parte o uso dessa técnica quando por outras formas não adquiriram o pescado, para não aumentar as dívidas ou para não ficar devendo a despesa, justificando assim o referido uso da técnica pela necessidade, embora reconheçam os tipos menos seletivos e os danos na maioria das vezes identificados pelas expressões “afugentar” e “estragar”, no caso da pesca com rede “apoitada”.

A rede “apoitada” configura-se como um método pouco seletivo por ser utilizada em áreas localmente denominadas como “pesqueiros” ou “lajeiros”, ou seja nas partes mais profundas que com a vazante formam canais, não havendo seleção dos tipos de peixes nem quantidade, posto que pode ficar “apoitada” por várias marés.

rede ‘apoitada’ é proibida pela Colônia, estraga muito peixe, afugenta os peixes[...] tem pescador que apoita no rio [...] mesmo depois dessas punições os pescadores continuam pescando porque pega mais. Mesmo na safra usam essa técnica da rede ‘apoitada’, querem ganhar. (pescador do rio Emboraí)



Croqui 05 – Rede “apoitada”

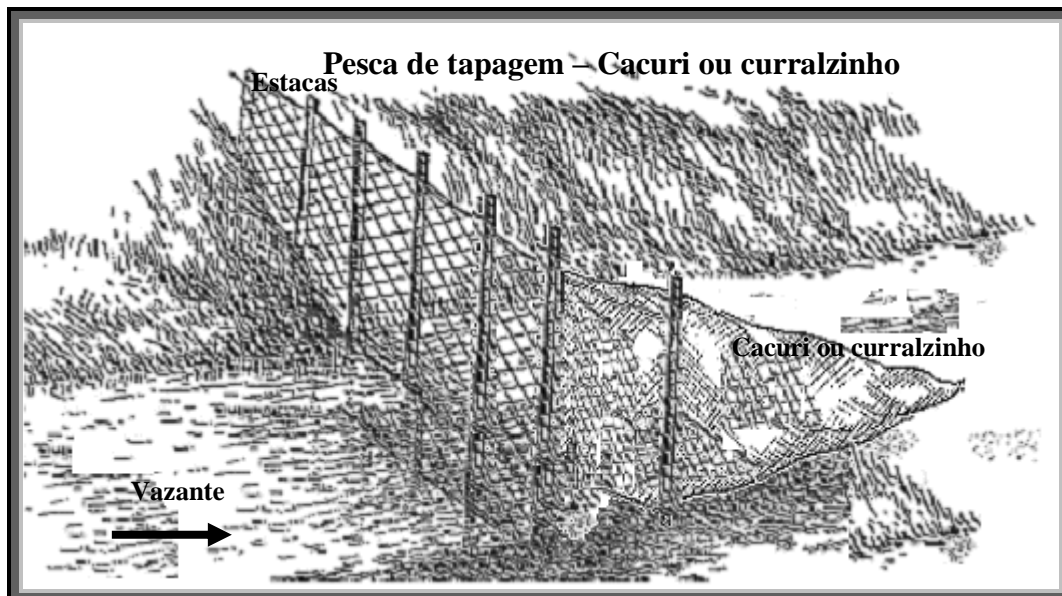
Fonte: Conforme descrição do Seu Bené e do Seu Natal. (desenho: M. Nunes, 2007)

4.1.4 – Pesca de Tapagem – cacuri ou curralzinho

É realizada de forma semelhante à pesca de rede “apoitada”, localizando-se em cursos d’água menores, como furos, canais e igarapés. Nesse caso a rede, geralmente de náilon e malha “miúda” é fixada de uma margem a outra do curso d’água onde a vazante possibilita o escoamento quase total da água, ficando com as extremidades presas no mangal. Fixada por varas enterradas no leito, cujo conjunto é chamado de estacada, a rede é fixada nessas estacas na meia – maré - quando a maré está enchendo- ficando presa em baixo em ganchos improvisados em cada estaca no leito do curso d’água e em cima é amarrada por “enviras” – cipós usados para amarrar, podendo ser também utilizado material sintético como fios de náilon. Essa estruturação impede o deslocamento total de qualquer espécie, sendo que numa das extremidades fica o cacuri³³ ou curralzinho para aprisionar o pescado.

A rede de tapagem é visível, mais fácil de ser localizada pela presença das estacas e sua localização se dá em áreas que secam com a vazante, enquanto a rede “apoitada” fica sempre submersa.

No caso desse tipo de pesca, a legislação e os acordos de pesca do município indicam a proibição, muito embora não se veja rejeição por parte dos pescadores em relação a tapagem dos furos e igarapés. Somente ocorrendo quando usada em paralelo ao timbó.



Croqui 06 – Cacuri ou curralzinho -Desenho com técnicas de computação gráfica, elaborado por Benilde Rosa e Philippe Portela.

Fonte: Conforme descrição do Seu Sabá Padilha e Seu Pium.

³³ Cacuri – espécie de armadilha, semelhante ao chiqueiro do curral, em menor porte, de forma cônica que serve para manter aprisionado o pescado que se deslocou na direção da tapagem.

4.1.5 – Pesca de Zangaria

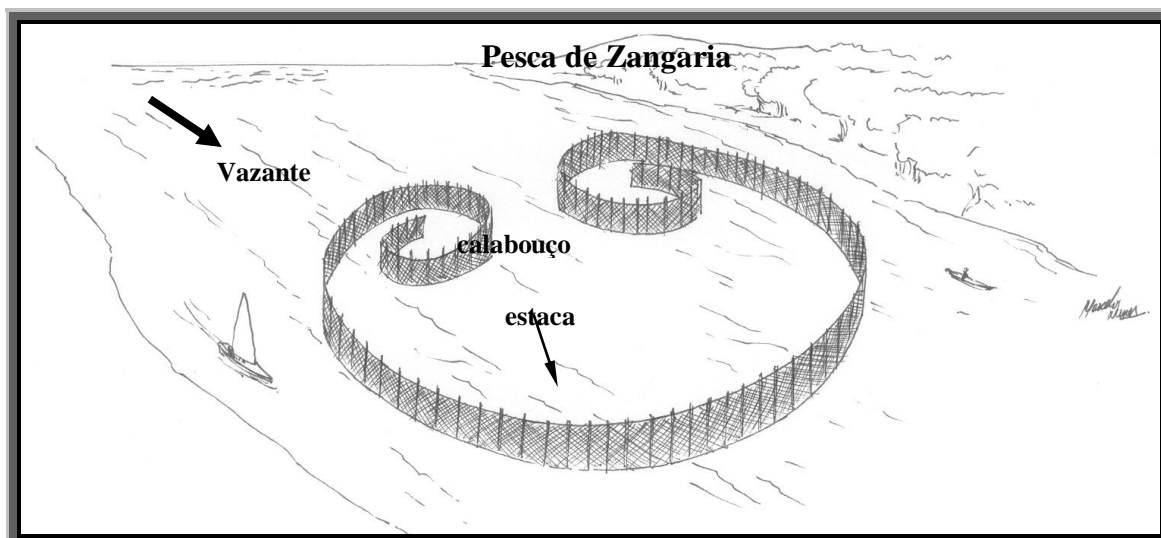
Essa modalidade de pesca ocorre dentro da área, nas proximidades do Camarau-açú, segundo pescadores locais, nas proximidades do Baixio ³⁴ do Solzinho e do Peixe Podre, com rede de proprietários moradores da sede de Augusto Côrrea. Ocorre sempre na maré de quarto – na lua minguante- segundo suas explicações, nesse período a maré está mais lenta para secar, as águas ficam com menos movimento, o que se faz necessário visto que a zangaria fica posicionada no meio do curso d'água e em virtude de sua extensão - na faixa de 700 braças, cada braça corresponde a 1,5m - pode ser arrancada pela força das águas. Sendo também um período difícil para a captura do pescado, justificando de acordo com os pescadores assim o seu uso.

Para cada uma ou duas braças de rede é colocada uma estaca para servir, como na tapagem, de apoio para a rede, verticalmente da borda inferior até a superior. A zangaria é colocada com a maré seca, margeando o curso d'água, no sentido de meia lua, suas extremidades ficam localizadas na “croá”³⁵ e sua extensão alcança o meio do curso d'água ou como dito no local a “meia maré”. Sua posição deve obedecer ao sentido da vazante para que a abertura em forma de meia lua possa aprisionar o pescado que se movimenta, circula o calabouço (ver croqui nº 07) e permanece aprisionado na enchente e despescado na vazante quando a “croá” volta a aparecer. A zangaria obedece a uma marcação, ou seja, há a necessidade de um saber muito peculiar que permite compreender o movimento da maré para o posicionamento adequado da rede, trabalho geralmente realizado pelo arraz – chefe da turma, também chamado “patrão”, é também quem recebe a produção.

A pesca de zangaria é proibida pelo IBAMA e censurada pela população pesqueira do local, são diversas as denúncias de que essas redes ao permanecerem na região do Camarau-açú impedem o deslocamento dos cardumes para as áreas mais internas, o que ocasiona o desaparecimento do pescado, em virtude do aprisionamento das mais variadas espécies e tamanhos de peixes numa quantidade a deixar que se estraguem mortos sobre as águas por falta de condições de carregamento, mesmo havendo nesses casos doação para os pescadores artesanais que por ali passam em seus cascos.

³⁴ Baixio – bancos de areia onde a água do mar ou rio ainda atinge.

³⁵ “Croá” - localmente denomina as margens.



Croqui 07 - Rede Zangaria

Fonte: Conforme descrição do Seu Bené, seu Sabá Padilha e seu Pium.

(desenho: M. Nunes, 2007)

4.1.6 – Pesca de espinhel – O espinhel branco

O espinhel configura-se como um dos tipos de pesca menos agressivos, em relação aos recursos naturais, em virtude da seletividade sobre as espécies a serem capturadas, de acordo com o tamanho do anzol e a própria quantidade a ser capturada. Composto por uma corda central ou linha mestra estendida horizontalmente no curso d'água, onde são fixadas outras cordas distribuídas de forma regular em toda a sua extensão, cuja extremidade inferior de cada uma prende um anzol. Para cada trinta anzóis aproximadamente, um peso (pedra) é acrescentado para facilitar a descida do material na água e a cada 150 anzóis em média, uma bóia (isopor ou cabaça) fica na extremidade superior.

A pesca de espinhel (foto 42) depende da numeração, ou seja, do tamanho do anzol – quanto menor a numeração maior e mais resistente e apropriado para peixes maiores - que se adequa ao tipo de peixe e é utilizado de acordo com a safra das espécies. Produzem bandeirado, cangatá, corvina, Arraia e pescada.

Os pescadores de espinhel consideram a pesca “apoitada” muito prejudicial para sua atividade, tanto por se localizarem sobre os “pesqueiros”, causando o desaparecimento do mesmo, como pelo “estrago” de pescado, inclusive da sardinha que serve de isca para esses pescadores, além do próprio espinhel que pode ficar preso na rede submersa nas águas.

Utilizada no verão - período de maior escassez do pescado- durante a maré de quarto, a pesca de espinhel branco, encontrada principalmente a partir de setembro, é uma forma mais agressiva ambientalmente por localizar-se sobre os “lajeiros”, especialmente de pescada e mero. É denominado de espinhel branco (foto 43) em virtude do material utilizado para formar as cordas que sustentam os anzóis – o grilon 180 que é transparente e mais resistente.

Segundo pescadores locais, a pesca de espinhel é mais “trabalhosa” pelo perigo que apresenta em acidentes, como são citados casos ocorridos, pelo preparo do material, incluindo iscas.

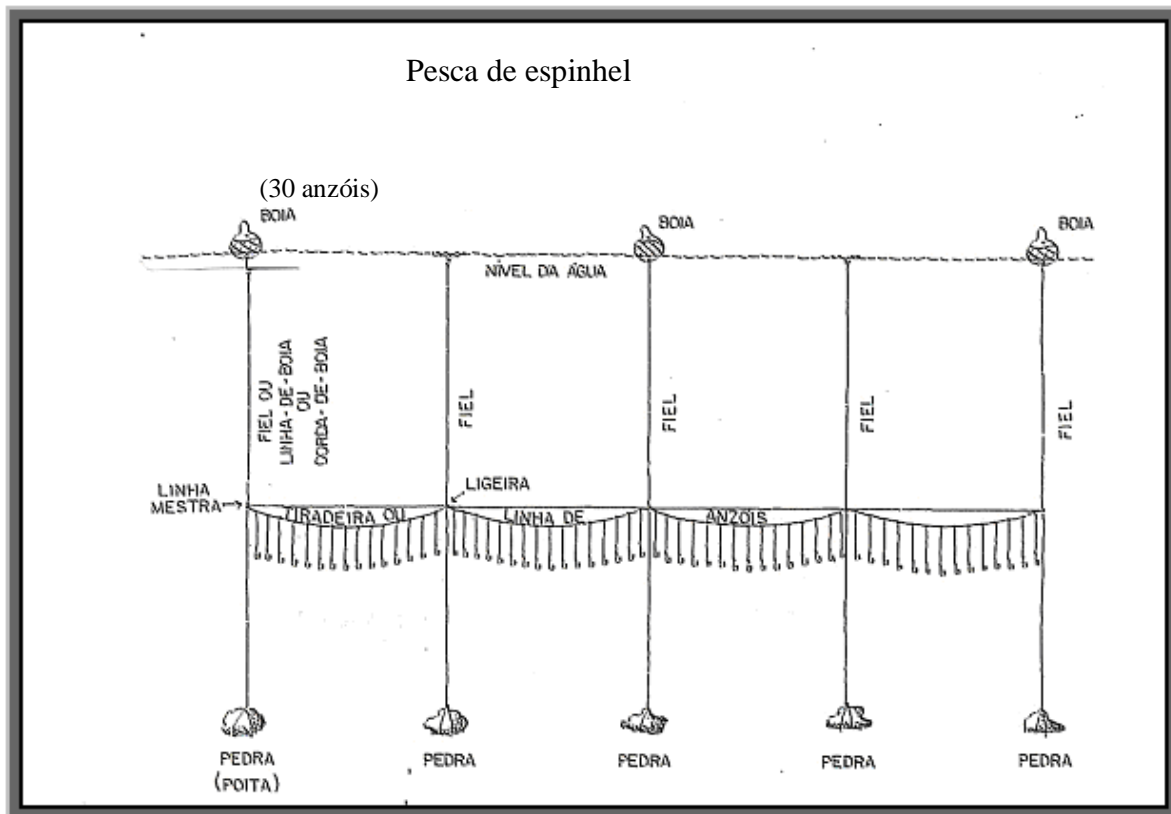


Foto 42- Espinhel



Foto 43 - Espinhel branco

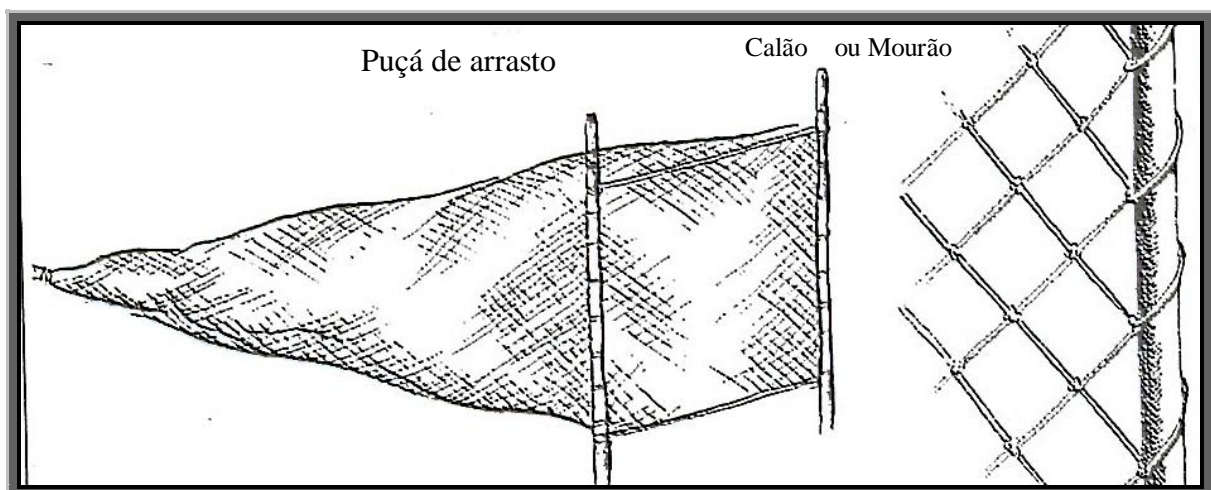
Fonte: Pesquisa de campo – Benilde Rosa (2006)



CROQUI 08 – Espinhéis e acessórios da pesca de espinhel. Adaptado (In: Nery, Arian. 1995) Fonte: Conforme informações do Sr. Bené - Atravessador e ex- pescador de Espinhel.

4.1.7 – Pesca de puçá de muruada e puçá de arrasto

O puçá de arrasto (fotos 44 e 45) é usado em movimento, manuseado por dois pescadores que se movimentam na água segurando a rede em forma cônica, pelos bastões laterais fabricados em madeira, geralmente retirada do próprio mangue local, denominados de “calões” ou “mourões”. A baixa seletividade desse instrumento se dá em virtude da diminuição gradativa da malha da rede de forma que no final do puçá se torna estreita o bastante para capturar as menores espécies de camarão. O puçá de muruada difere-se do de arrasto por ser uma armadilha fixa, formando uma tapagem ou muro, daí a expressão muruada. São presos ao solo do curso d’água pelos calões maiores, deixando as aberturas das redes em condições de permitir a entrada do camarão, ou seja, para o lado da vazante. São fixados de cinco a seis puçás, e conforme a vazante, esses puçás vão sendo empurrados para o fundo do curso d’água através do apoio do corpo sobre os pés dos pescadores em cima de pequenos calões que estão fixados nas laterais dos calões principais. A rede não fica em contato com o solo, ficando aproximadamente um palmo acima para não enterrar, facilitando o processo de despesca.

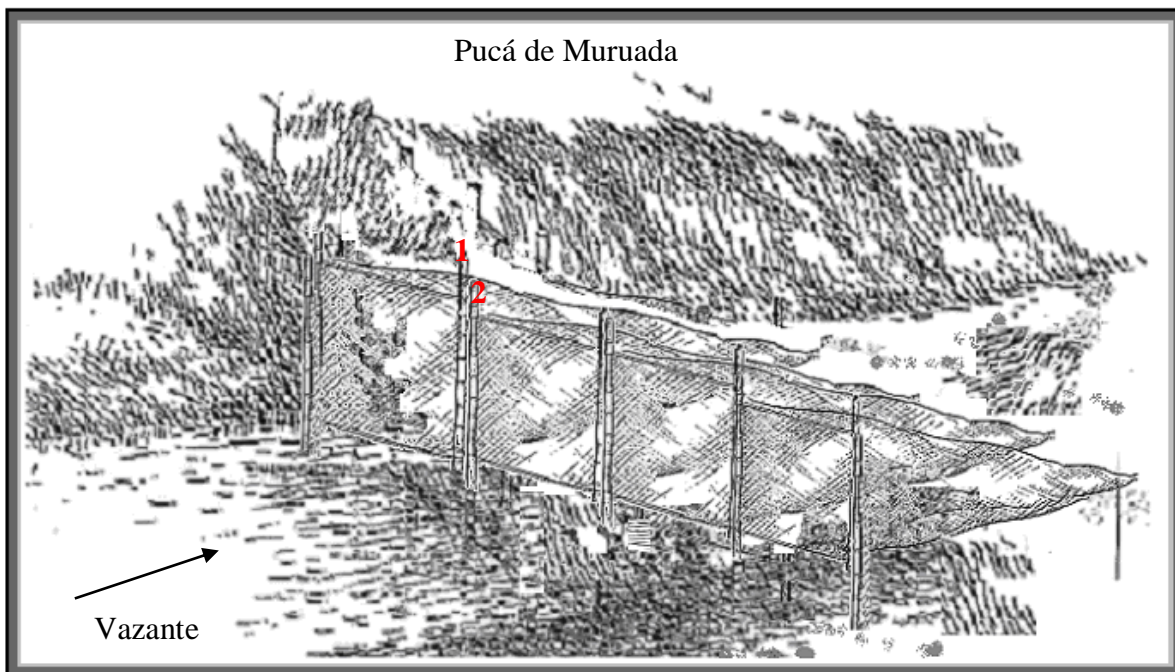


Croqui 09 – Puçá de arrasto usado na região bragantina

Fonte: Adaptado (In: Nery, Arian. 1995)



Fotos 44 e 45 – Respectivamente largura e extensão do puçá de arrasto de propriedade do Seu Maruim
 Fonte: Pesquisa de campo – Benilde Rosa (julho de 2006)



- 1- Calão principal
- 2- Calão auxiliar

Croqui 10 - Desenho com técnicas de computação gráfica, elaborado por Benilde Rosa e Philippe Portela.
 Fonte: Conforme informações do Sr. “Maruim” – pescador de camarão e do sr. Bené – atravessador e receptor de camarão.

4.1.8 – Pesca de rede móvel – caiqueira e pescadeira

A pesca de rede caiqueira (foto 46), muito comum entre os pescadores artesanais de “águas de dentro” - rios, furos, igarapés - de Nova Olinda, caracteriza-se pelo uso de “redes finas” – de plástico – diferenciada pela menor resistência e uma malha menor que os outros tipos de redes e o uso dos “cascos” – pequenas embarcações que permitem o transporte de dois ou no máximo três pescadores - movidos a remo ou a vela e sem condições de um deslocamento mais aproximado da costa do mar em virtude da força das águas e da fragilidade da rede para tipos de pescado maiores. A produção desses pescadores é assim condicionada pelos tipos de instrumentos, são peixes pequenos, principalmente a caíca, tainha e a gó, comercializados no local ou em municípios vizinhos, principalmente salgados. A pesca com uso da caiqueira se dá com a imersão dos pescadores em águas de pouca profundidade, onde arrastam a rede em direção da margem formando um cerco para aprisionar o pescado que se desloca no sentido da mesma. Dentre outras redes móveis utilizadas na área da APA são localizadas a gozeira – esta muito utilizada dentro da APA na forma “apoitada”, o puçá, a serradeira e a pescadeira, conforme quadro 2 a seguir.



Foto 46 - Rede caiqueira usada comumente pelos pescadores artesanais na APA
Fonte: Pesquisa de campo –Benilde Rosa (2006)

Tipos de rede, seus modos de utilização, o tamanho da malha e os principais recursos capturados em Augusto Corrêa			
Tipo de rede	Modo de utilização	Espécies	Malha entre nós opostos
Caiqueira	Utilizada em cerco ou em arrasto de praias	Caica (pratiqueira), tainha	40 mm
Gozeira	Utilizada a deriva, em cerco ou em arrasto de praia e apoitada	Pescada-gó e bandeirado	50 mm
Lagosteira	Colocada à deriva em fundos consolidados	Lagosta e pargo	40 mm
Malhadeira	Utilizada a deriva perto da superfície	Serra e pescada amarela	200 mm
Pescadeira	Utilizada a deriva rente ao fundo	Pescada amarela e camurim	180 mm
Rede de lance	Utilizada na superfície ou como cerco	Corvina, pescada/go	50 mm
Serreira	Utilizada perto da superfície	Serra, cação	100 mm
Tainheira	Utilizada perto da superfície ou ativamente como cerco	Pescada/gó, bandeirado	40 mm
Tarrafa	Lançada na margem nos canais de maré ou pequenas enseadas	Jurupiranga, bagre	30 mm
Puçá	Arrastado em áreas de pouca profundidade	Camarão branco	10 mm na boca e 5 mm no funil

QUADRO 3 - Tipos de rede, seus modos de utilização, o tamanho da malha e os principais recursos capturados em Augusto Corrêa.

Fonte: adaptado do Relatório Técnico Parcial (JICA- UFPA/FADESP)

Pescadeira é a denominação para uma espécie de rede móvel de grandes extensões utilizada mais nas áreas costeiras, associada ao uso de barcos a motor, para a captura da pescada amarela e camurim (foto 47). Utilizada pelos pescadores artesanais em parceria com os proprietários, em geral atravessadores/marreteiros da localidade, são mais seletivas por em geral constituírem-se em náilon e malhas “graúdas” (foto 48), permitindo a captura apenas de espécies adultas ou peixes grandes.

As redes móveis são colocadas por maré, ficam soltas submersas no movimento da água com bóias sinalizando acima da água a sua posição, a cada cinco braças é colocada uma bóia. Para cada colocação e retirada das redes os pescadores locais chamam “lance”.



Foto 47 – Pesca da amarela e camurim



Foto 48 - Malha da rede pescadeira

Fonte: Pesquisa de campo – Benilde Rosa (julho de 2006)

4.2 – A Questão Ambiental - Risco Ambiental, Risco Social e o papel da Ciência Reflexiva

A modernização tem na racionalização sua principal base. Beck, em sua análise da “sociedade de risco” (2001), considera a ciência como pilar dessa racionalização, propulsora do avanço técnico com vistas ao desenvolvimento das forças produtivas e da produtividade. A essa ciência que acabou se especializando, o autor denomina “ciência primária” e nesse processo ela contribui com o aumento dos ambientes de risco. A lógica da produção de riquezas acabou por ser dominada pela lógica da produção de riscos e o conhecimento científico tem acompanhado a conscientização sobre esses riscos.

É nesse processo que a ciência representa para Beck (2001) uma das possibilidades emancipatórias que emergem no seio da modernidade. A ciência é assim entendida como causadora, mas, também fonte, possível de soluções para os riscos:

La ciencia cuando pasa a la práctica se ve confrontada a su propio pasado objetivado y al presente: consigo misma, como producto y productora de la realidad y de los problemas que se ha encargado de analizar y dominar. De ahí que ya no resulta sólo ser fuente de solución de problemas sino que también a su vez es fuente que origina problemas. (Beck, 2001, p.204)

Parece então haver para o autor, nesse processo de busca por soluções para a sociedade de risco, uma complementaridade entre a construção científica – “a ciência reflexiva” – não tomada aqui como verdade absoluta sob o “mito da razão”, e os novos movimentos sociais. Para o autor, os riscos são abertos à definição social, os novos movimentos sociais manifestam a tomada de consciência desses riscos enquanto agentes sociais que vivenciam os riscos, atuando também como disseminadores e formadores de opinião.

Os novos movimentos sociais surgem, assim, fora da corrente política principal, como resposta ao Estado corporativista, pela marginalização de temas como o meio ambiente, bem como pela incapacidade de responder aos riscos ecológicos materiais e a insegurança pessoal instalados pela sociedade de risco.

Então, risco e perigo possuem significação diferenciada. O perigo tem causa externa, é atribuído ao ambiente. O risco, segundo Tavolaro (2001) sugere a tomada de consciência, está intimamente relacionado à decisão. As incertezas do futuro são trazidas para dentro da própria sociedade a partir da possibilidade de reflexão e calculabilidade que a ciência permite. Assim, o risco está para a ação humana, a capacidade de refletir, calcular as conseqüências e decidir:

A sugestão de Luhmann a respeito da especificidade do risco em relação ao perigo como algo necessariamente ligado à consciência de que acontecimentos futuros têm nas decisões tomadas no passado e no presente as suas raízes, abrindo dessa forma, espaço para a consideração da reflexividade própria à modernidade avançada (p.107/108).

Bruseke (1986, p.40) deixa explícita essa distinção – “o risco de uma decisão pressupõe a consciência desses danos possíveis” enquanto o perigo está ligado à relação dos próprios danos com causas fora do próprio controle. Assim é que, em Beck (2001), podemos dizer, em relação ao risco ambiental que grande parte da população enfrenta essa problemática enquanto perigo, já que se encontram fora dos centros de decisão. É a partir da inserção social e do enfrentamento que o conceito de risco se materializa. Na sociedade de risco, a importância da política do conhecimento, sobretudo do conhecimento específico sobre os riscos, se sobrepõe à política convencional, dada a importância prioritária na sociedade de se reverter o cenário ambiental catastrófico que põe em risco a existência humana. Na sociedade de risco, a ciência tem papel político central, é ela mesma conseqüência da modernização reflexiva ao confrontar-se com os problemas ambientais que produziu nessa relação do homem com a natureza, cabendo aos seus agentes a responsabilidade do confronto com a ciência primária. A ciência reflexiva deve deter-se na construção de métodos alternativos. “A ciência não é soberana, ela ampara argumentos sustentados por setores sociais que se posicionam diferentemente em relação aos riscos” (TAVOLARO, 2001:120)

Apreende-se da discussão de Beck (2001), que ele considera posições de risco os graus de exposição dos indivíduos em relação aos riscos e perigos. As posições de risco não anulam ou contrariam as posições de classe, posto que a sociedade de risco produz com o aproveitamento dos riscos induzidos por ela, ou seja, o movimento do capital permanece, a lógica do capital ainda é a mesma, acrescida de um alto grau de desenvolvimento das forças produtivas, proporcionado pelo avanço científico/tecnológico e com uma produção que se

realimenta dos riscos já produzidos. Então, se por um lado temos uma generalização do risco ambiental nas posições de risco global, temos por outro, posições de risco específico embutido nas posições de classe que não se perderam e que demarcam posições sociais diferenciadas e, conseqüentemente, formas diferenciadas da distribuição das conseqüências ambientais. Além disso, denota formas particularizadas de entender, reagir e conviver com esses problemas ambientais locais. Segundo o próprio autor, o sistema fomenta uma atração entre pobreza extrema e risco extremo.

Dentro desse contexto da sociologia ambiental, a produção de Beck (2001) ganhou destaque não somente pela abordagem de questões macro sociais, mas pela inter-relação que faz de temáticas como risco, perigo, reflexividade, modernização reflexiva, ciência primária e ciência reflexiva com o que é o eixo norteador de toda sua obra – a análise dos problemas ecológicos contemporâneos. “A sociedade de risco é firmada e definida pela emergência destes perigos ecológicos” (GOLDBLATT, 1996: 228).

Dentre as principais idéias trabalhadas na Sociedade de Risco (1986), o autor entende que ao lado desse espaço de risco ambiental e insegurança estão associados outros processos complementares da modernização reflexiva como a perda das tradições, a que ele associa os riscos pessoais, riscos de identidade nessa perda dos parâmetros culturais e do próprio significado das estruturas sociais da sociedade industrial, ou seja, das classes.

Então, pensar a pesca nesse conjunto significa dizer que, mesmo que se pense a atividade pesqueira dentro dessa estrutura de classes, da contraposição do capital e do trabalho, para Beck (2001) a degradação ambiental, que está no centro da sociedade de risco, ameaça ambos, sobrepondo-se as posições de classe. Muito embora não negue a existência das especificidades, na presença de riscos embutidos nas posições de classe, haja vista que para o autor alguns segmentos sociais são mais afetados que outros na distribuição social dos riscos e que acabam reforçando e não eliminando as posições sociais.

A preocupação com as questões ambientais que se coloca no campo científico e político apresenta-se como uma tomada de consciência desses setores em relação à problemática ambiental que vem se constituindo como um corpo teórico e prático traduzidos em políticas públicas. A exemplo, a elaboração do SNUC – que regulamenta a questão ambiental no Brasil através de unidades de conservação e a própria instituição dessas UC's que pressupõem a conservação ou preservação ambiental sustentados em diagnósticos científicos. “As unidades só poderão ser criadas por ato do Poder Público, após a realização de estudos técnico-científico que justifiquem a sua criação”. (SANT'ANNA, 2003: 49)

A constituição dessas UC's, sustentadas em relatórios e diagnósticos científicos indica que esses campos através de seus intelectuais, técnicos e políticos estão buscando mecanismos de enfrentamento da problemática, demonstrando assim um nível de conscientização e uma inserção na busca de alternativas. O que denota o uso do conceito de risco em Beck (2001), contudo, nos resta perguntar até onde essas novas representações estão alcançando, em termos de conscientização e inserção, as populações atingidas, no caso em estudo, os pescadores, e até onde eles se sentem inseridas nesse processo deliberativo.

Então, nesse sentido, ainda podemos analisar, à luz da teorização de Beck (2001), que paralelamente às posições de risco global que atingem indistintamente o universo da pesca, pelo mau uso dos recursos da natureza, ocorre também a presença dos riscos específicos que denotam uma posição de classe, onde se inserem grupos de interesses econômicos definidos tradicionalmente, especificamente os pescadores artesanais, atingidos diferentemente na distribuição das questões ambientais pela posição de classe que ocupam, como também pela perda de saberes e práticas tradicionais, desfazendo, desse modo, as bases sociais dessas categorias, aqui configurando-se o risco social.

Podemos, então, observar que a pesca inserida no bojo da modernização incorporou diversas técnicas novas. Apesar de ser uma atividade milenar foi a partir do final do século XIX, no processo de revolução industrial, que houve sua expansão através da pesca industrial e a introdução de inovações tecnológicas como a introdução do motor a vapor, do casco de aço que tornaram as embarcações mais rápidas e seguras, a rede de arrasto que aumentou o poder de captura, o uso do gelo e as técnicas de conservação como enlatamento e até radares e sonares⁶³⁶ para localização de grandes cardumes em grandes profundidades - tecnologia militar adaptada ao universo da pesca - e a própria navegação eletrônica com sistemas de posicionamento por satélites que permitem aos barcos localizar com precisão grandes concentrações de peixes (PEREIRA, 2002). Tais mudanças caracterizam, assim, o uso da ciência e invenções tecnológicas a serviço da modernização, é o papel da ciência nesse processo de racionalização e desencantamento do mundo, como indica Weber (1999) e como Beck (2001) entende o uso da ciência primária.

Esse cenário permite compreender como o processo de modernização e industrialização adentra o universo da pesca, gerando posições de risco para grande parte das populações tradicionais desprovidas de mecanismos de inserção e deliberação. Fato

³⁶ Técnica e equipamento para detectar objetos imersos em água e determinar-lhes a posição e a velocidade, utilizando a emissão de pulsos de ultra-sons e a recepção e identificação do eco. (Dicionário eletrônico Aurélio)

comprovado pela sua invisibilidade junto ao poder público e pela ausência de políticas públicas de incentivo a pesca artesanal assim, como também, pela ausência de organismos de mobilização e atuação (Leitão, 1995).

Forma-se também um cenário de risco para o grande capital já que o empresariado possui mecanismos de percepção, calculabilidade e, portanto, consciência dos prejuízos e problemas ambientais posto que, por exemplo, entre 1900 e 1970, a produção mundial de pescado passou de quatro (04) para setenta (70) milhões de toneladas anuais (PEREIRA, 2002: 180). Uma taxa de crescimento superior a qualquer outro setor, sem se considerar os danos e as conseqüências dessa ação para o meio ambiente e para a pequena produção pesqueira.

Além disso, de acordo com a Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação (FAO)³⁷, 70% dos estoques pesqueiros mundiais estão sendo explorados num nível próximo ou além de sua produção máxima sustentável. Então, cabe aqui de forma imprescindível a preocupação dos riscos ambientais e sociais que a modernização reflexiva causa sobre essa atividade e diante da qual a ciência reflexiva deve atuar na conscientização e na busca de alternativas.

No Brasil, a pesca tem considerável importância social visto que a produção artesanal abastece o mercado interno e serve de alimento direto para a maioria das populações ribeirinhas e pobres do país, enquanto a industrial emprega aproximadamente 700 mil pescadores (PEREIRA, 2002).

Até o início da década de 60 a pesca era basicamente artesanal, com a produção comercializada em estado fresco ou nas únicas formas de beneficiamento - seco ou salgado voltada para o mercado interno. Os incentivos governamentais, na forma de políticas públicas, que datam dessa época incentivam a pesca industrial e a exportação, sustentados pela presunção da imensidão dos recursos pesqueiros nacionais e com emprego de tecnologia intensiva.

Esse processo demarca bem as posições de classe no mundo da pesca, onde de um lado se tem a pesca industrial com uma atividade em nada seletiva e que vem causando diversos danos ambientais tanto para as espécies de peixes, em virtude da sobrepesca que ultrapassa os estoques – peixes em fase adulta - atingindo aqueles em fase de recrutamento, ou seja, os juvenis que entrariam na fase adulta e reprodutiva, colocando em xeque a sobrevivência e a reprodução entre as espécies, além dos danos aos leitos dos rios e mares e

³⁷ Food and Agriculture Organization.

de outras espécies da biodiversidade em áreas como estuários. E de outro lado temos a pesca artesanal – onde se apresenta o risco/perigo para os grupos sociais que produzem e reproduzem a vida social em áreas que se tornaram espaços de conflito. A grande ameaça à reprodução dessas populações provém das novas relações que se introduzem no setor pesqueiro com a penetração de empresas dotadas de tecnologia mais moderna e recursos financeiros, absorvendo como mão de obra assalariada, os pescadores artesanais ou obrigando-os a novas formas de organização social.

Particularmente na Amazônia, as políticas públicas impulsionaram a pesca industrial em detrimento da pesca artesanal. No estado do Pará a pesca, atividade tradicional, é responsável pela utilização de grande contingente de trabalhadores, representando um grande consumo de pescado. Paralelamente, quem recebeu grandes incentivos fiscais foi o parque industrial pesqueiro, 100% de financiamento público, com pesca intensiva voltada para a exportação e centrada na captura da piramutaba e camarão. (LEITÃO, 1995). “É essa a época da técnica capitalista em sentido propriamente dito, que tem sua culminação na máquina; de fato, o uso da máquina é a realização plena da subsunção real do trabalho ao capital” (NAPOLEONI, 1981: 68)

Segundo Leitão (1995) esta prática ocasionou um desequilíbrio na exploração dos recursos, ocasionando o declínio da própria produção industrial e gerando movimentos de reação por parte dos pescadores para a conservação dos recursos pesqueiros. Aqui podemos, então, observar como se dá a nível concreto a formulação do problema, a tomada de consciência e a organização de ações de reação por parte dessas populações, a noção de risco (Beck, 2001) materializada através dos movimentos sociais.

A introdução dessas novas tecnologias e incentivos aliados a outras mudanças decorrentes da necessidade de integração a economia nacional, como abertura de rodovias, levaram não somente a perda de modos tradicionais de organização do trabalho na pesca artesanal - o uso de barcos à vela, a secagem e salga do pescado, os laços de parceria, com a introdução de novos, mas incipientes recursos tecnológicos como a rede de náilon, barcos a motor, iscas artificiais, etc. - como também levaram a desestruturação de modos tradicionais de organização social - as alterações nas aspirações dos pescadores em termos de moradia, vestuário, lazer e principalmente escolarização, condições de saúde e emprego criam expectativa de vida que leva muitos a migração em busca de melhores formas de trabalho em centros urbanos, que os leva a compor as fileiras dos guetos urbanos, com todas as características que aí se mesclam - perda dos laços tradicionais, dos saberes, uma reorganização social forçada entre a tradição e a modernidade, tais como evidenciam Maués

& Motta Maués (1999) ao analisarem a comunidade pesqueira de Itapuá no município da Vigia e Maneschy (1995) ao observar a comunidade de Ajuruteua.

Outra mudança diz respeito a se submeter a novas formas de trabalho que se apresentam na própria indústria da pesca, abandonando os laços de parceria e tornando-se trabalhadores assalariados ou, ainda pior, absorvidos como mão de obra super explorada num contrato de trabalho informal, onde são responsáveis pela produção pesqueira, mas submetidos às “regras” do mercado, onde a sua produção já tem destino certo: as fábricas de beneficiamento de pescado. Aqui temos materializado no universo da pesca artesanal o risco social configurado com o a perda dos saberes, da tradição e da identidade desses grupos.

Se nesses processos de trabalho tradicionais, que ficaram sob a direção do capital, se operam modificações, essas só podem ser conseqüências paulatinas da subsunção de determinados processos de trabalho tradicionais ao capital (MARX Apud NAPOLEONI, 1981: 72).

Podemos, assim, compreender que para o capital os velhos mecanismos de apropriação e reapropriação do trabalho são possíveis de se repetir em fases mais modernas do capitalismo, assim é que na pesca, podemos perceber um rearranjo no sentido de impor a subsunção formal aos pescadores artesanais, com alterações que se verificam no interior do processo de trabalho.

Esse contexto gera um cenário de risco social – materializado na necessidade de reorganização e rearranjos sociais como mecanismos de subsistência dessas populações e mesmo nos conflitos entre a pesca industrial e artesanal, que dentro dessa conjuntura podem, em virtude do risco social e ambiental, gerar o que Baumann (2005) denomina refugio ou lixo humano, representam o caos, são os que não estão no lugar - para retomar o conceito já evidenciado - certo e que não estão executando a função apropriada. São seres humanos refugados, supérfluos dentro da ordem capitalista moderna.

Como resposta a esse cenário coloca-se o desenvolvimento sustentável como uma alternativa. Podemos refletir a partir da noção de ciência reflexiva e considerá-lo um caminho rumo a um modo de produção alternativo, mais viável do ponto de vista ambiental e social, uma resposta à ansiedade instalada diante dos riscos que extrapolam a esfera ambiental e atingem a própria sobrevivência e organização humana de minorias sociais? Então, como pensar as unidades de conservação e a manutenção de atividades tradicionais dentro desse quadro, depois da desordem instalada na tradição ou dito de outra forma, da nova ordem que atinge essas populações de maneira tão desigual. Então o papel da ciência apontado por Beck (2001), as alternativas que a ciência propõe vão ao encontro dos anseios dessas populações e

estão na ordem do dia nas reivindicações que, de fato estão mais expressas na fala de especialistas, do que no grito sufocado dessas categorias?

Devemos pensar que as UC's são assim uma estratégia de enfrentamento dos riscos relativos a questão ambiental, contudo trata-se conforme já indicado, de ações pautadas no conhecimento científico. Em uma sociedade de marcantes disparidades sociais, o conhecimento científico torna-se também elemento propulsor da dominação, pois, não está sujeito aos interesses desses segmentos sociais que não possuem, ou possuem pouco domínio desse saber formal legitimado, tido como o “conhecimento racional e válido”. Portanto, resultam daí, também, riscos como uma nova significação das UC's em reserva de capital para segmentos diversos regidos pela lógica do mercado, excludente por formação.

Partimos aqui da compreensão de que se faz urgente instituir UC's baseando –se para além da importância da biodiversidade e do equilíbrio dos ecossistemas para a manutenção da vida no planeta terra. Torna-se imprescindível pensar que garantias essas UC's trazem para as populações cuja sobrevivência depende dos recursos naturais.

Essas populações estão em risco e, em virtude disso, se faz necessário o diálogo numa relação ética com essas populações nos processos de criação e manutenção dessas unidades. Nesse sentido, damos especial ênfase a participação dessas populações - como uma dentre outras alternativas - na elaboração dos planos de manejo, imprescindíveis para que essa proposta de áreas protegidas comece a responder aos riscos ambientais e sociais que se impõem nessa “sociedade de risco”.

4.3 – Diálogo entre diferentes: pontos e contrapontos sobre pesca e meio ambiente – Os saberes científico e local

Na sua relação com o meio, enquanto seu habitat, mediado pelo uso da tecnologia/das técnicas, o homem apropria-se dos recursos naturais, a princípio para abastecer-se dos elementos necessários à sobrevivência, tais como alimentação, abrigo e roupas. Essa análise, realizada por Herskovits (1963), das atividades desenvolvidas pelo homem na apropriação dos recursos naturais por meio e aprimoramento de sua cultura material, pode ser abstraída no sentido de que para além dos povos que servem de referência à análise do autor - povos ágrafos da Austrália, África e América - encontramos características semelhantes nas populações denominadas tradicionais da Amazônia.

A relação do homem com os recursos naturais, a riqueza de informações que determinadas fontes contêm, como as técnicas desenvolvidas pelas populações tradicionais que materializam o conhecimento adquirido pelo exercício cotidiano da vida e que dizem acerca dessa relação do homem com o meio, as representações sociais enquanto imagens construídas do real, simbologias e experiências práticas desses grupos manifestam o saber local abordado por Geertz (1997), Lévi-Strauss (1989) e Souza Santos (1995, 2004, 2006).

Nesse sentido e a respeito da pesca e dos pescadores da Amazônia, podemos relatar como afirma Porro (1995) que a população indígena do Brasil, na sua origem de povoamento há mais de 40 mil anos, além da caça e da pesca, viviam da coleta de crustáceos, sementes e frutos, sendo assim polivalentes. Confirmando, também, que a origem do pescador amazônida tem suas raízes étnicas nos indígenas habitantes da região, trazendo daí muitas das técnicas que perduram até os dias atuais nessa atividade. O que confirma Wagley³⁸ (1977), “Os métodos de caça e pesca da cultura regional contemporânea da Amazônia são de origem fundamentalmente aborígene”.

Segundo Veríssimo (1970, p.09), em trabalho originalmente publicado em 1895, “Este meio aquático e piscoso fez deles comedores de peixe e pescadores. [...] extrator de produtos naturais, ou ainda, criador ou vaqueiro”, tendo no pescado seu principal mantimento. Muito embora fossem, também, exímios caçadores mais pelo conhecimento adquirido acerca da floresta e suas reentrâncias e pela firmeza muscular e física que pelo domínio de técnicas de caça, restritas ao arco, flecha e em algumas regiões a zarabatana.

³⁸ O livro foi baseado em dados coletados de junho a setembro de 1948, durante um estudo sobre a Amazônia realizado pela Organização Cultural, Científica e Educacional das Nações Unidas, para o Instituto Internacional da Hiléia Amazônica.

Para o autor, o pescador da Amazônia da época é, como averiguado em Porro (1995), “noventa e nove em cem” um indígena, um tapuio, um mameluco, mestiço do índio com o branco e com menos frequência outros mestiços e muito raramente um branco.

Em Wagley (1977), encontramos referência a uma discussão muito atual, no que se refere à contraposição entre a organização social e técnica tradicional dessas populações e os avanços da modernidade no oposto a essa realidade, com a qual a nível macro se relacionam, como já analisado por Stockinger (In: COSTA, 2001), em relação às populações tradicionais amazônicas, com suas atividades produtivas condicionadas pelo mercado.

Para Leitão (1997), em sua análise do pescador da Ilha do Capim – Abaetetuba, a representação social de “pescador mesmo” exige a conformidade da tradicionalidade, uma identidade e o saber, o que em Bourdieu (2005a) tem aproximação com a “razão prática” – uma competência adquirida na prática para a prática. “Ser pescador exige mais que equipamentos e disponibilidade de força de trabalho, pois envolve todo um saber, um conhecimento específico que somente a prática intensiva na atividade pode oferecer”. (LEITÃO, 1997, P.139)

A partir das representações sociais desses pescadores, a autora permite-nos compreender o ser pescador amazônica, caracterizado pela apreensão de um saber constituído na prática da atividade e só possível através dela, em virtude das especificidades da realidade local e que se acumula no exercício cotidiano, o que lhes permite uma identidade social de pescador:

Pescar é fácil. É só chegar lá fora e jogar a rede, mas se não tiver prática não pega quase peixe”. E o que é a prática? “Prática é experiência. Quem pesca desde zinho, a gente vai aprendendo (pescador, 27 anos Apud LEITÃO, 1997, P.134)

É assim que se constitui o ser e fazer-se pescador da APA da Costa de Urumajó, identidade, tradição no lugar e saber local são os pilares constitutivos da organização social que demandam representações acerca dessa realidade.

Quanto as representações dos pescadores artesanais da APA da Costa de Urumajó, em relação a atividade produtiva e o uso dos recursos naturais e das conseqüências ambientais, podemos indicar que, embora exista uma relação de respeito, há uma uniformidade de pensamento e de conduta desses pescadores no sentido da preocupação com a própria produção - esse é o *habitus*, as “disposições duráveis” - no sentido da produção das condições materiais de reprodução social, a produção da própria existência, a sua manutenção com uma identidade própria – como pescador.

Para eles o território ali disponível bem como seus recursos são como uma extensão da própria vida, eles não concebem como algo separado ou que compõe um campo sobre o qual eles não têm direito ou direitos limitados. O meio ambiente é o ambiente da vida deles e, portanto não é concebido de forma separada. As preocupações ambientais são aquelas que dizem respeito direto à própria existência, não há uma preocupação com o meio natural em si e para si.

No contraponto dessa situação, a APA como uma instituição, constitui-se como algo ainda muito distante do cotidiano dos pescadores, eles demonstram não alcançar o sentido dessa estrutura legal. As representações desses pescadores não estão ligadas nem a APA nem a natureza por si, o elemento de referência compõe-se deles mesmos e as necessidades que estão colocadas a partir de suas interações tanto sociais quanto com a natureza. Na fala dos pescadores locais é perceptível que se sentem incomodados - mudam de assunto ou demonstram a falta de domínio sobre a APA, mas evidenciam seus conhecimentos sobre os recursos naturais e os “estragos” locais - com o fato de não terem domínio sobre algo que diz respeito ao ambiente deles.

Eu já ouvi falar (sobre a APA), mas não me liguei muito no que eles estavam falando, eu não fiquei na reunião lá, não entendi bem essa conversa deles, é, mas esse negócio de rede ‘apoitada’, esse estraga muito peixe, é danado pra acabar com os lajeiros. (Zé Maria e Reginaldo, irmãos pescadores de espinhel de Nova Olinda)

Viver a problemática ambiental para eles é viver a partir de suas experiências enquanto pescadores, a fala é determinada pela sua posição social, o campo da pesca é o seu domínio por excelência. Essa experiência é quem dita os novos caminhos para continuar desempenhando suas atividades na pesca. Há uma maleabilidade no comportamento desses pescadores, a própria criatividade subentendida no conceito de *habitus* toma o seu caminho, desvia-se, retornando ou não a ele de acordo com o que a realidade lhes impõe:

Rede de camarão pega muito peixe pequeno, estraga muito, depois das barcas de camarão e lagosta acabou o peixe, *os pescadores passaram a acompanhar as barcas para aproveitar os peixes que eles jogavam fora*, só interessa pra eles o camarão [...] As barcas saíram, o IBAMA mandou embora, uns cinco anos depois o camarão entrou em extinção, ficou pouco [...] a *rede de arrasto - o puçá* - pega todo tamanho. (Seu Olivar, pescador de Nova Olinda)

Nesse sentido, alguns tipos artesanais de pesca embora reconhecidos como predatórios e de baixa seletividade, identificados através de expressões como “estrago”, “pega tudo”, “de todo tamanho”, não são condenados no todo, os pescadores locais reconhecem os danos ambientais mas explicam o uso como a única alternativa encontrada por muitos, inclusive manifestando conhecimento sobre a falta de políticas públicas e incentivos:

Aqui era pra gente ter um capataz com uma colônia forte, agora tinha que ter uma colônia que orientasse, pra dizer ‘olha pessoal esse tipo de pesca é proibido’, o curral é proibido mas nos vamos fazer um empréstimo no

banco, vocês têm que se matricular. Agora se não for por intermédio de associação nada vai pra frente. Agora, era preciso que o pescador pagasse o seu bote e suas redes, não ficarem financiando para os outros trabalharem e pagarem por ele, pra ser mais igual. É uma coisa que a gente tem que pagar (a colônia) mesmo, pra ter os benefícios. (Seu Nonato, ex-pescador de zangaria)

São formas de produzir a vida a partir da natureza, ou seja, suas técnicas são caminhos encontrados para trabalhar de acordo com o “tempo” do peixe, as intempéries da natureza, o reconhecimento dos pontos piscosos, a influência da lua, o movimento da areia e as marés, além das adversidades sociais. O que já não acontece com a pesca comercial, conforme definem Isaac e Barthem (1995), os pescadores se referem à entrada de barcos e redes, bem como ao aumento de pescadores com suas novas técnicas como prejudiciais as suas atividades:

Cada ano que passa o peixe vai ficando mais ruim pra nós [...] agora tem diversos barcos pescando, tem uns trinta barcos que pescam de rede grossa³⁹, pra pescada [...] aqui tudo ficou ruim pra nós [...] essa época de gó era fartura antes, dava muita gó, retalhava, salgava, agora com a fábrica de gelo, ficou pior ainda, mandam pra Belém, direto pra Belém. Agora é muito trabalho e pouco produto. Agora tem muito curral, é nessa época (março) que começam a levantar curral. (Seu Olivar, pescador artesanal de Nova Olinda)

No contraponto dessas experiências e representações, especialistas envolvidos na instituição da APA, tiveram como principal motivação a conservação dos aspectos bióticos e abióticos da natureza. Uma outra racionalidade acerca desse ambiente se constitui a partir das percepções do saber científico e de seus paradigmas. É perceptível que esse novo olhar que se faz sobre essa área instituída como UC é distinto das representações do homem local.

Técnicos da prefeitura e especialistas em meio ambiente foram motivados pelas paisagens naturais, particularmente pela presença dos guarás naquela área, inicialmente pensando a ação negativa do homem local sobre esses recursos, conforme relata o pesquisador Inocêncio Gorayeb em entrevista realizada em março de 2007:

Em virtude do trabalho na Ilha de Canelas, e da grande visibilidade dada, inclusive pela mídia, o prefeito de Augusto Corrêa nos procurou, quer dizer, o que ele queria nos indicar era: - Olha nós também temos guarás...

O guará foi muito usado por mim como bandeira e deu bastante resultado. Na costa de Viseu, fica localizado um grande ninhal de guarás, numa tarde de junho, muitos guarás ficavam voando por cima da vila no ir e vir e os pescadores ficavam no trapiche conversando e as crianças deitavam no chão e balavam os guarás e os pescadores riam e eu estava assistindo aquilo, eu convoquei uma reunião com os pescadores, ia nas casas com as mulheres e conversava com eles sobre isso, era preciso demonstrar que os guarás de outros lugares estão desaparecendo, quem é o guará, onde existiu e onde não tem mais, que ele é uma riqueza.

Segundo análise das falas de pesquisadores que atuaram na área, a ação humana local não manifestava preocupação com esse pássaro costeiro em risco de extinção e constante nessa região. O que exprime um olhar dirigido para a biodiversidade e o interesse de adaptabilidade do homem nessa conservação. O uso de espécies em extinção é um recurso,

³⁹ Rede grossa – rede de náilon com a malha de 18cm²

utilizado como estratégia ambientalista, a exemplo do urso panda e do mico-leão dourado, que sensibilizam a opinião pública pela causa ambiental.

Embora haja a presença de um cuidado por parte desses especialistas com a manutenção das populações locais e suas diversidades, o que denota o próprio sentido da APA, esse cuidado aparece como um apêndice da questão “natural”. Essa percepção se faz de acordo com o relato da forma como foi realizado o trabalho de investigação para subsidiar a instituição da UC. O diálogo mantido com a população não se fez no sentido de entender as suas relações com os recursos naturais, quer seja para o trabalho, lazer ou a partir da relação mítica, mas para contextualizar de forma direta o uso dos recursos naturais e suas conseqüências ambientais sem um contexto social mais detalhado.

Em Augusto Corrêa, nós não tivemos essa discussão de como envolver a comunidade, de fato naquele momento o que nós estávamos interessados era produzir informações básicas e pioneiras, por que não havia nada sobre aquele lugar, sobre a fauna e a flora e um pouco sobre o homem para subsidiar a proposta da APA. (Pesquisador do MPEG)

Essa ausência de percepção do modo local de representar e agir, no uso dos recursos naturais, ocasionou uma dificuldade de diálogo entre os saberes local e científico, o que é percebido na própria dificuldade das pessoas do local em representar aquele ambiente como um espaço para ser conservado num sentido para além do sentido local, ou ainda entender o porquê das limitações legais de seu uso⁴⁰. Reflete-se, também, na ausência, no relatório, de descrição de formas de atividades humanas locais que denotam outros usos dos recursos naturais, como já demonstrado nesse trabalho.

A inserção dessa nova racionalidade sobre a realidade local, sem uma troca mais detalhada de experiências e percepções gera certa inoperância pela falta de adaptação e entendimento do novo e diferente que se impõe. A UC se impõe às pessoas do local de forma abstrata e distante, sem um entendimento claro do seu significado e finalidade, posto que não atende as suas necessidades mais imediatas. Nesse sentido, a título de exemplo, recorremos a análise de Diegues (1994b), sob o título “a ciência do concreto e a ciência moderna”, a respeito da utilização de tecnologias desenvolvidas cientificamente em contraponto as tecnologias locais, sustentadas nos “segredos locais”:

⁴⁰ O sentido de conservação próprio do saber local, de acordo com as suas relações míticas, está ligado a manutenção dos recursos naturais do lugar para uso, ou seja, somente faz sentido conserva-los para o uso no exercício cotidiano da vida. Assim, se tem a representação dos protetores dos lugares que permitem o uso a partir do estabelecimento de regras de punição para as desobediências que vão desde o desaparecimento do lugar, até a morte dos desobedientes. Há, portanto, forças superiores que “legislam” a favor da conservação dos recursos naturais para o bem do próprio homem.

Nesse sentido, essa técnica patrimonial está imersa na cultura local, apresentando nítidas vantagens sobre o “outro” recife artificial. Dentro dessa perspectiva, não se poder falar em “rejeição” de tecnologia moderna, mas numa proposta que, vindo de fora ignora a realidade cultural local. (p.87)

Essa análise do autor corrobora no sentido em que estamos trabalhando, ou seja, na necessidade do diálogo entre esses saberes como uma condição *sine qua non* para que o manejo dos recursos naturais na APA se efetive numa ação planejada e participativa. Ainda nesse sentido afirma Diegues (1994b):

Esse saber (tradicional) está de um lado imerso dentro de práticas e técnicas tradicionais de manejo do mundo natural e, nesse sentido é marcado pela sua aplicabilidade prática [...] Por outro lado, essas práticas cognitivas e técnicas podem se tornar inadequadas quando surgem graves perturbações ecológicas, como alterações de salinidade da água, assoreamento de estuários, desaparecimento de espécies causado por intervenções humanas desastradas. (P.90)

Interna a essa discussão subjaz as relações de poder e de controle, como afirma Souza Santos (2006) sobre a ciência e o conhecimento local. A proposta do autor em foco é pensar os elementos dicotomizados pela razão científica fora dessas articulações e relações de poder que os une de forma assimétrica.

Nessa assimetria se esconde uma hierarquia, a superioridade de quem estabelece o tempo que determina a contemporaneidade. A contração do presente esconde a maior parte da riqueza inesgotável das experiências sociais no mundo [...] A pobreza da experiência não é expressão de uma carência, mas antes a expressão de uma arrogância, a arrogância de não se querer ver e muito menos valorizar a experiência que nos cerca, apenas porque está fora da razão com que a podemos identificar e valorizar (p.101).

Configuram-se nesse caso, dois saberes hierarquizados: o saber local – acumulado na prática, que permite um domínio sobre o ciclo da natureza, a influência da lua, a percepção do tempo das espécies, o uso devido e indevido dos recursos naturais, formas próprias de manejo dos recursos, produto da relação direta do homem com a natureza ao transformá-la para atender suas necessidades, quer sejam para a subsistência ou para fins comerciais e o saber científico – sustentado na experimentação, na técnica, em paradigmas que são expressão de outras formas de ver e interpretar a realidade ambiental e social.

O jogo que se estabelece na disputa pelo poder e controle do conhecimento ultrapassa o campo científico, enquanto espaço de relações e divisões na construção da própria ciência. A racionalidade científica é, assim, instrumento para alicerçar as relações de poder e controle que se fazem mediante outras estruturas e organismos, por vezes acadêmicos, por vezes políticos.

Em Beck (2001) assim com em Souza Santos (2005, 2006), é perceptível a crítica a uma relação do conhecimento científico que se sobrepõe a outras formas de saber, a razão instrumental que se sobrepõe à razão prática.

Segundo Diegues (1994b), essa relação de poder é clara e de onde advém o não reconhecimento do saber local, no que se refere à realidade das áreas protegidas e suas populações:

Reconhecer a importância do saber tradicional é, implicitamente, reconhecer que as populações tradicionais são sujeitos históricos, portadores desse conhecimento e que, portanto, devem ser considerados como agentes fundamentais no conhecimento e sobretudo na gestão ou manejo das áreas chamadas naturais. Esse reconhecimento poderia retirar uma parte do poder conferido pela ciência às corporações tecnoburocráticas e acadêmicas que se autoconferem a exclusividade do saber científico e dos princípios e metodologias que regem os chamados ‘planos de manejo’ das áreas naturais protegidas. Desconhecendo e até rejeitando o saber tradicional, as corporações aninhadas nos órgãos ambientais decisórios [...] acabam atribuindo à fiscalização e à repressão policial o papel da ‘guardiães da biodiversidade’ e os únicos defensores do ‘mundo natural’ (p.90)

Para Souza Santos (1995), para além da primeira ruptura epistemológica - onde a ciência se afasta do senso comum objetivando a sua constituição como um “sistema de novos conceitos e de relações entre conceitos”, inventando um “novo código de leitura do real” (p.34), há uma necessidade do reencontro através da “segunda ruptura epistemológica”:

A segunda ruptura epistemológica por mim proposta incide sobre o conhecimento científico em si e não sobre o processo de sua aquisição, e visa precisamente romper com a ruptura ou rupturas com o senso comum em que ele assenta [...] A dupla ruptura procede a um trabalho de transformação tanto do senso comum como da ciência. Enquanto a primeira ruptura é imprescindível para constituir a ciência, mas deixa o senso comum tal como estava antes dela, a segunda ruptura transforma o senso comum com base na ciência constituída e no mesmo processo transforma a ciência. Com essa dupla ruptura pretende-se um senso comum esclarecido e uma ciência prudente.

A ‘não – existência’ do local dá-se pela desqualificação das experiências locais através da abstração das peculiaridades ou particularidades em prol do universal. A Sociologia das ausências de Souza Santos (2006) propõe uma desconstrução dessa lógica excludente: “a idéia central da sociologia das ausências neste domínio é que não há ignorância em geral nem saber em geral. Toda a ignorância é ignorante de um certo saber e todo saber é a superação de uma ignorância particular. (p. 106)

A ciência sob a ótica da sociologia das ausências permanece enquanto tal, com seus códigos de percepção, linguagem e comunicação, dialogando com o saber local, no sentido de trocar percepções, cada qual produzindo informações de acordo com suas particularidades, permitindo o que já foi enunciado acima, “uma ciência prudente e um senso comum esclarecido”.

Assim, no que se refere a APA da Costa de Urumajó, pensarmos a relação do pescador local e o uso dos recursos naturais a partir de seus *habitus* indica uma tentativa de percepção do olhar local como recurso que considera as experiências de vida desses agentes diretos, criando perspectivas de planejamento e ação sustentadas numa “nova forma de relacionamento entre o conhecimento científico e outras formas de conhecimento” (Souza Santos, 2006, p.108):

Consiste em conceder 'igualdade de oportunidades' às diferentes formas de saber envolvidas em disputas epistemológicas cada vez mais amplas, visando a maximização dos seus respectivos contributos para a construção de 'um outro mundo possível', ou seja, de uma sociedade mais justa e mais democrática, bem como de uma sociedade mais equilibrada em suas relações com a natureza. (Souza Santos, 2006: 108)

Esses entraves que se constituem entre os saberes manifestam-se, como no caso em análise, na APA da Costa de Urumajó, em limitações no processo concreto de existência dessa UC. Em 2008 completam-se dez anos de existência da unidade sem que se tenha um plano de manejo instituído que coadune os interesses do paradigma científico da conservação com as formas locais de manejo com vistas a uma sustentabilidade planejada.

Entre os pescadores locais enuncia-se uma forma de organização social para o trabalho referida como parceria. Nesse universo da pesca, a parceria é uma estratégia de sobrevivência das formas tradicionais do ser pescador na área que incide a UC – o pescador artesanal. A criação de UC's na modalidade de APA's sugere que sustentada no saber científico/técnico a conservação se institua para o bem-estar sócio-ambiental. Contudo, a distância que se impõe entre essas populações com seu saber local - e a inexistência de organização política que as represente, resultante de um processo de exclusão mais amplo - em relação as autoridades científicas e políticas responsáveis pela criação dessas unidades, reflete-se numa inoperância das mesmas em relação aos seus objetivos quer sejam ambientais ou quer sejam sociais.

Repensar as relações com essas populações, enquanto agentes primordiais desse processo de conservação, sugere pensar em alternativas de parceria entre os saberes local e científico com vistas a sustentabilidade, numa relação contínua nessa proposta de unidades de conservação para a realidade amazônica, que nunca foi um "vazio demográfico" e cujas populações acumularam um saber sustentado na suas práticas, que não pode ser marginalizado conforme afirma Souza Santos (1995, p. 15) :

E por essa via vai ganhando para o diálogo eu/nós–tu/vós o que agora não é mais que uma relação mecânica eu/nós–eles/coisas [...] visam compreender a prática científica para além da consciência ingênua ou oficial dos cientistas e das instituições de ciência, com vista a aprofundar o diálogo dessa prática com as demais práticas de conhecimento de que se tecem a sociedade e o mundo.

CONSIDERAÇÕES

Ao final do percurso, faz-se necessário registrarmos que muito fica por ser apreendido da realidade que se buscou compreender. Pensarmos a questão ambiental a partir de atividades tradicionais da população amazônica é uma tarefa que se coloca como uma condição *sine qua non* dentro de um contexto no qual a cada dia, novas UC's são criadas na região, como solução a problemas postos em pauta por movimentos sociais a identificarem populações atingidas em suas organizações econômico-sociais e culturais, principalmente. Este olhar, assim como, também, as políticas públicas executadas parecem sustentar-se, ou pelo menos remetem, a certa consciência da existência dos riscos produzidos por uma lógica social cuja visão de mundo correspondente tem na natureza, ou meio ambiente, algo a ser dominado, controlado, utilizado.

Assim, entende-se que as inter-relações entre o saber científico e o saber local na constituição de uma UC podem ser reveladoras das assimetrias existentes entre os que produziram conhecimento a justificar a proteção ambiental sobre determinado território e os que retiram daquele meio o seu sustento. Por essa razão, colocamos em relevo as representações dos pescadores locais sobre a pesca na APA da Costa de Urumajó, no município de Augusto Corrêa.

Tornou-se necessário compreendermos, em especial, nesse ser e fazer-se, como os pescadores vivenciam e percebem sua atividade produtiva em relação ao uso dos recursos naturais e como se dá a organização sócio-política e econômica desse segmento social. Fatores essenciais da constituição da identidade do pescador artesanal local. Percebermos em que contexto se deu o processo de criação da APA da Costa de Urumajó, tornou-se imprescindível para nosso estudo no sentido de abrangermos como esse segmento lida com regras, perspectivas e ordenamento territorial de cujo processo de institucionalização não participaram efetivamente.

Os pescadores, como agentes sociais da maior atividade desenvolvida naquele ambiente, estão, ainda hoje, a margem do processo decisório sobre essa UC. A APA, enquanto representação destinada à conservação ambiental a partir do paradigma científico, não foi resultado de uma mobilização social dos habitantes locais, que a seu modo sentiam e sentem os problemas ambientais, mas isso concretamente não foi considerado para efeito de inserção desses agentes no processo de discussão e implantação da APA.

Informações dos pesquisadores e técnicos que atuaram na área e da população local indicam que o trabalho realizado junto, particularmente, aos pescadores, tomou parte

deles como informantes, quer seja sobre o ambiente local, seus recursos e localização dentro daquela área limitada, quer a respeito das modalidades de pesca e uso de instrumentos, para efeito de suas análises, conforme afirma Souza Santos: “A razão metonímica que se reivindica como a única forma de racionalidade, por conseguinte, não se aplica a descobrir outros tipos de racionalidade ou, se o faz, fá-lo apenas para as tornar em matéria – prima” (2006, p. 95). O que, ainda conforme análise dos dados do relatório que subsidiou a criação da APA, deixou muito a ser pensado no que se refere à pesca, posto a grande variedade de tipos de pesca que ali ocorre e que não foram observados à época da instituição da APA.

Nosso estudo ao colaborar com essa perspectiva da análise social torna mais evidente o quanto se faz necessária a colaboração das ciências humanas e sociais no processo de implantação de políticas públicas ambientais, conforme afirma Diegues (1994) em referência a necessidade de estudos interdisciplinares na constituição de unidades de conservação, quando nelas incide a permanência das populações locais, como é o caso em análise.

É importante ressaltar também, a necessidade de inserção desse segmento – os pescadores - num futuro plano de manejo a ser constituído para a área, considerando o saber e o fazer que se colocam como essenciais para o manejo dos recursos na APA, visto as peculiaridades daquele ambiente tão bem conhecidas por eles, assim como não pode ser pensado de forma a deixá-los à margem de um processo cujos resultados são impensáveis sem eles.

A instituição da APA decorreu de um diálogo entre as instituições de pesquisa, técnicos da Prefeitura e autoridades políticas que se mobilizaram e conseguiram certo apoio de algumas organizações da sociedade civil local, como Associações Agropesqueiras, procedendo à criação da APA da Costa de Urumajó.

Pensando nosso tema/problema de pesquisa, ao discorrermos em relação à pesca, levamos em consideração que esse tema tem sido tratado em diversos trabalhos na região, como em Furtado (1984, 1993, 2002), Maneschy (1995), Mello (1985), Loureiro (1995), dentre outros que destacam a pesca artesanal como atividades das populações denominadas tradicionais da Amazônia, a relação da pesca artesanal e pesca industrial no contexto regional, a organização social, econômica e política e as mudanças a que estão sujeitas essas relações.

Contudo, um outro aspecto se coloca como relevante para análise: o processo de relação dos pescadores artesanais com o meio ambiente e com a política ambiental de UC's, o que buscamos esboçar. Num tempo em que o discurso de sustentabilidade no manejo dos recursos naturais se coloca como alternativa viável, tanto em estudos científicos quanto em

práticas políticas, pensamos a participação dessas populações amazônicas como imprescindíveis para que essa política de unidades de conservação se efetive de modo a que os diretamente atingidos pelas restrições daí advindas reconheçam e se reconheçam como ativos nesses processos.

O estudo realizado e apresentado nesta dissertação permitiu-nos analisar a criação da APA da Costa de Urumajó, evidenciando a influência nesse contexto de uma conjuntura nacional e internacional que expõe a necessidade urgente de resoluções para a problemática ambiental e social decorrentes, o que passa pela produção de conhecimentos científicos, movimentos sociais, acordos entre instituições de ensino e pesquisa, a exemplo do Programa MADAM, a criação de leis no âmbito nacional e estadual, como a lei de crimes ambientais e o SNUC, numa correlação de interesses que projeta a perspectiva de criação de áreas protegidas, como alternativa para a situação de risco social e sobretudo ambiental. De acordo com Beck (2001):

Los riesgos que se generan en el nivel más avanzado del desarrollo de las fuerzas productivas (con ello me refiero sobre todo a la radiactividad, que se sustrae por completo a la percepción humana inmediata, pero también a las sustancias nocivas y tóxicas presentes en el aire, en el agua y en los alimentos, con sus consecuencias a corto y largo plazo para las plantas, los animales y los seres humanos) se diferencian esencialmente de las riquezas. Estos riesgos causan daños sistemáticos y a menudo irreversibles, suelen permanecer invisibles, se basan en interpretaciones causales, por lo que sólo se establecen en el saber (científico e anticientífico) de ellos, y en el saber pueden ser transformados, ampliados o reducidos, dramatizados o minimizados, por lo que están abiertos en una medida especial a los procesos sociales de definición. Con ello, los medios y las posiciones de la definición del riesgo se convierten en posiciones sociopolíticas claves. (p. 28)

No contexto da APA da Costa de Urumajó, nos detivemos na compreensão das formas de organização do trabalho, das relações sociais e mítico-religiosas, das relações políticas, enfim do “ser pescador”, enquanto “interiorização da exterioridade” e o fazer-se pescador pela “exteriorização da interioridade”. Se, como nos adverte Mauss ao analisar o sistema de trocas de povos arcaicos no Ensaio sobre a dádiva (1974), todas as instituições - religiosas, jurídicas, econômicas, morais, estéticas e morfológicas - estão compondo um mesmo fenômeno. Em maior ou menor grau, então, a organização coletiva e individual do ser pescador e fazer-se pescador é composta por inúmeros elementos materiais e imateriais e estes se projetam nas relações do homem com a natureza na sua atividade produtiva. Nesse sentido, buscamos compreender como se organizam os pescadores da APA a partir de sua organização social - não apenas no uso - em relação aos recursos naturais. Destacamos, assim, essa relação de poder da natureza sobre o homem local, determinando o seu tempo, seu lugar, seu trabalho e, a partir disso, suas relações interpessoais de amizade, compadrio e, em particular,

parceria, sem a qual a pesca artesanal não teria os subsídios necessários para se manter, o que colocaria em risco a própria existência desse grupo social.

A parceria enquanto principal forma de organização do trabalho na pesca artesanal, analisada em contextos diversos por estudiosos da região amazônica, constitui-se na APA da Costa de Urumajó como um mecanismo necessário para que a pesca aconteça, visto o uso comum de instrumentos necessários à atividade que são associados pelos pescadores/proprietários.

Pudemos, contudo, perceber em nossas observações que a parceria também é uma representação presente em outras formas de organização das relações de produção na pesca. São mecanismos ou arranjos que os pescadores engendram como formas de responder a situações diversas que vão se constituindo enquanto organização social do trabalho na pesca. Conforme a noção de *habitus*, em Bourdieu (2005a, 2005b), as pré – disposições duráveis encaminham esses pescadores na busca de alternativas práticas que permitam a manutenção daquela organização social. Assim, definem a parceria e se relacionam para além da relação de parceria entre iguais – entre pescadores. São relações de “parceria ou sociedade” com os atravessadores/marreteiros, que são em geral donos de parte ou da totalidade dos instrumentos de trabalho, o que pode ser analisado como uma “parceria” assimétrica entre estes, resultando, também, numa divisão desigual da produção, onde aos donos dos instrumentos de trabalho corresponde a propriedade de 50% da produção pesqueira, o que, em parte, condiciona por parte dos pescadores a representação de patronato, localmente denominado “patrão”.

Esse processo de relações de trabalho que se originam das relações estabelecidas com a sociedade circundante e seu modelo de ordenamento social diferenciado, conforme já analisado em Lima (In: Castro & Aragon, 1997), vão gerando perspectivas e mudanças na atividade da pesca.

Buscamos, ainda, subsidiar nosso estudo na compreensão difundida teoricamente a respeito da definição de populações tradicionais e sua presença nessas áreas protegidas, pensando as novas relações que se impõem aos pescadores diante de uma nova realidade instituída para aquele lugar enquanto UC.

Ao adotarmos a noção de *habitus*, em Bourdieu (2005a, 2005b) objetivamos transitar entre as representações sociais enquanto percepções de suas realidades e as ações dos pescadores locais. Entender o ser e fazer local, quando a eles são colocadas novas e diferentes situações, diante das quais efetivamente precisam dar respostas na intenção de resguardar a identidade de pescador diante das disputas que se instalam, quer relativas a essa nova estrutura desenhada para o lugar - UC, quer sejam disputas que se impõem para além dessa

estrutura, entre as formas de uso dos recursos naturais. Conforme afirma Bourdieu (In: Ortiz, 2003, p. 53) em seu entendimento do *habitus* enquanto sistema de disposições :

A palavra disposição parece bastante apropriada para exprimir o que recobre o conceito de *habitus*: ela exprime, em primeiro lugar, o resultado de uma ação organizadora, apresentando então um sentido próximo ao de palavras como “estrutura”; designa, por outro, uma maneira de ser, um estado habitual e sobretudo uma predisposição, tendência, propensão ou inclinação.

Assim, centrando nosso estudo a partir da atividade produtiva dos pescadores, como elemento chave para compreendermos suas representações e relações sociais numa UC, no capítulo final dessa dissertação foi possível averiguarmos os tipos de pesca desenvolvidos na APA, considerados a partir das definições dos próprios pescadores locais, destacando os tipos de instrumentos utilizados e a percepção desses pescadores sobre o uso dos recursos naturais e os riscos/perigos ambientais daí decorrentes.

Finalizando a proposta desse trabalho, discutimos a questão ambiental, de acordo com Beck (2001), segundo as noções de risco ambiental, risco social e ciência reflexiva, com vistas a pensarmos a problemática ambiental em diálogo com a problemática social que está presente em unidades de conservação criadas em espaços onde populações estão instaladas a diversas gerações, tendo em atividades produtivas dependentes dos recursos naturais, como a pesca, sua principal forma de organização do trabalho e de vida.

Então, os riscos ambiental e social, são pensados ou repensados a partir de alternativas que se colocam também e, principalmente, pela ciência a que Beck (2001) denomina ciência reflexiva, aquela que se incumbe em interação com outras formas de análise de avaliar situações e criar possibilidades de resolução das problemáticas decorrentes do processo modernizante, em particular, para aquela que é, segundo o autor, a principal dessa nova sociedade de risco, a ambiental.

Como então pensar a problemática ambiental e social em unidades de conservação a partir desses referenciais? Se adotamos a alternativa da viabilidade de conservar os recursos naturais considerando as populações que habitam esses espaços, não podemos deixar de pensá-los como agentes nessa caminhada. Assim, propusemo-nos ao final desse estudo analisar como se dá esse contraponto entre práticas e saberes originados em racionalidades distintas que inevitavelmente se cruzam nesse processo, quer seja como parceiros em condições de igualdade das suas racionalidades ou quer seja como parceiros assimétricos, onde a razão científica se sobrepõe através de seus métodos e de sua verdade. Ou seja, como ciência e saber local dialogam na APA da Costa de Urumajó. A forma assimétrica dessa relação está indicada no último item desse trabalho, ao que indicamos novas formas de entender e pensar essa relação conforme analisa Souza Santos (2006, p. 110):

Embora em todas as lógicas de produção de ausência a desqualificação das práticas vá de par com a desqualificação dos agentes, é nesta lógica que a desqualificação incide prioritariamente sobre os agentes, e só derivadamente sobre a experiência social (práticas e saberes) de que eles são protagonistas [...] A sociologia das ausências confronta-se com a colonialidade, procurando uma nova articulação entre o princípio da igualdade e o princípio da diferença e abrindo espaço para a possibilidade de diferenças iguais – uma ecologia de diferenças feita de reconhecimentos recíprocos.

Partindo, assim, da noção de *habitus* podemos afirmar que a despeito das inter-relações nesse processo de constituição da APA, os pescadores assimilaram em parte a discussão ambiental científica, “traduzida” a partir de suas vivências, mas isso não caracterizou a incorporação desses valores, capazes de alterar-lhes o *habitus*, em seu aspecto estruturado, enquanto em seu aspecto estruturante – o fazer-se pescador na APA, moldou-se de forma a adequar a atividade para a manutenção de sua vida cotidiana, não alterando, contudo, os instrumentos e formas de pesca, mas sim na forma de lidar ou encobrir através de subterfúgios próprios, a atividade pesqueira, para não haver conflitos aparentes com as regras legais estabelecidas e sentidas como punição. Aqui cabe salientar que paralelo à política pública de unidades de conservação – sustentada no SNUC, é necessário pensar políticas públicas de incentivo a pesca artesanal, visto que no caso em análise não se trata de insubordinação as regras estabelecidas para o lugar, mesmo não tendo participação no estabelecimento das mesmas (APA), mas da ausência de instrumentos adequados para a prática pesqueira, ou seja, para a realização do trabalho – base de sustentação da organização da vida local.

Torna-se necessário nesse processo encontrar um elo que permita práticas sustentadas num consenso, o que poderá constituir-se a partir do plano de manejo, dependendo de como será estabelecido.

Desse modo, há uma gama de questões a serem analisadas de forma mais dirigida, em especial, os aspectos sociais e econômicos da população do local é uma condição necessária que se faz urgente, bem como as próprias alternativas vislumbradas por eles como mecanismos de melhoramento de suas atividades, devendo ser analisadas com vistas ao plano de manejo sustentado. Posto que, apesar da pesca ser a principal atividade desenvolvida na APA, outras atividades ocorrem, como a extração vegetal, a caça de aves e a “apanha” de crustáceos, principalmente caranguejo e lagosta, que no primeiro caso se dá por trabalhadores do município de Bragança e acarreta problemas ambientais e sociais dentro da Área.

REFERÊNCIAS:

ADRIÃO, Denize Genuína da Silva. **Pescadores de Sonhos**: Um olhar acerca da mudança nas relações de trabalho e na organização social entre famílias dos pescadores diante do turismo balnear em Salinópolis – PA. Campinas, Universidade Estadual de Campinas, 2003 Tese de doutorado.

ALCÂNTARA NETO. Constantino. **Biomassas Ecosistemas e Recursos Ambientais**: Ecosistemas paraenses e sua biodiversidade. Apostila do IESAM, s/d .

AQUINO, Maria José da Silva. **“A Casa de nossos Gens”**: Um estudo sobre ONGs Ambientistas na Amazônia. Rio de Janeiro: UFRJ/IFCS/PPGSA, 2003 Tese de doutorado.

AUGUSTO CORRÊA. Governo municipal. Lei Municipal Nº 1352 /98 de Augusto Corrêa – Institui a “Área de Proteção Ambiental da Costa de Urumajó” e dá outras providências.

BATES, Henry Walter. **Um Naturalista no Rio Amazonas**, Com. Ed. Nac., 1979.

BECKER, Bertha. *A Amazônia pós ECO-92 : Por um desenvolvimento Regional Responsável*. In: BURSZTYN, M. (org.) **Para Pensar o Desenvolvimento Sustentável**. São Paulo: Brasiliense, 1993.

BAUMAN, Zygmunt. **Vidas Desperdiçadas**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2005.

BECK, Ulrich. **La Societé du Risque**. Sur la voie d’une autre modernité. Paris: Alto/Aubier, 2001.

BRUSEKE, Franz Josef. **A Técnica e os Riscos da Modernidade**. Florianópolis: Editora da UFSC, 2001.

BOURDIEU, Pierre. **A Economia das Trocas Simbólicas**. 6ª ed., São Paulo: Perspectiva, 2005a.

_____. **O Poder Simbólico**. 8ª ed., Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005b.

_____. **Coisas Ditas**. São Paulo: Brasiliense, 2004.

_____. **Meditações Pascalianas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.

_____. **A Dominação Masculina**. 4ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005c

_____. **Razões Práticas**: Sobre a teoria da ação. Campinas/SP: Papyrus, 1996.

BRASIL. Presidência da República. Lei 6.902/81 – Institui as Estações Ecológicas e as Áreas de Proteção Ambiental e dá outras providências.

BRASIL. Presidência da República. Lei 9.895/2000 - Regulamenta o art. 225, § 1º, incisos I, II, III, e VII da **Constituição Federal**, institui o **Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza** e dá outras providências.

BRASIL. Presidência da República. Lei Nº 8.287/91 –Dispõe sobre a concessão do benefício do Seguro –desemprego a pescadores artesanais durante os períodos de defeso.

CABRAL, Neila S. **Desenvolvimento da pesca artesanal no nordeste paraense: políticas públicas, capital social e participação.** Belém: UFPA/NAEA, 2002, Dissertação Mestrado.

CARVALHO, Edgard de Assis. **Godelier.** Coleção Grandes Cientistas Sociais. São Paulo: Ática ed., 1981.

CASTRO, Edna. Território, Biodiversidade e Saberes de Populações Tradicionais In: DIEGUES, Carlos. **Etnoconservação: Novos Rumos para a Proteção da Natureza.** São Paulo: Hucitec, NUPAUB-USP, 2000.

COELHO, M.C. Reflexões sobre ecoturismo na Amazônia. In : FIGUEIREDO, S. (org.) **O Ecoturismo e a Questão ambiental na Amazônia.** Belém: NAEA /UFPA, 1999b.

CÔRTE, Dione A. **Planejamento e Gestão de APA's.** Enfoque Institucional. Brasília: Ed. IBAMA, 1997.

COSTA, Maria José Jackson (Org.) **Sociologia na Amazônia: Debates Teóricos e Experiências de Pesquisa.** Belém, UFPA, 2001.

_____. **Caminhos Sociológicos na Amazônia.** Belém, UFPA, 2002.

CORCUFF, Philippe. **As Novas Sociologias: construções da realidade social.** Bauru/SP: EDUC, 2001.

AURÉLIO, Dicionário Eletrônico Século XXI. Software: 2002.

DIEGUES, Antônio S. **O Mito Moderno da Natureza Intocada.** São Paulo: Nupaub, 1994.

_____. **O nosso lugar virou parque: estudo sócio-ambiental do Saco de Mamangá –Parati-Rio de Janeiro.** São Paulo: NUPAUB/USP, 1994b

_____. **Povos e Mares: leituras em sócio-antropologia marítima.** São Paulo: NUPAUB/USP, 1995.

DURKHEIM, Émile. **As Formas Elementares da Vida Religiosa.** São Paulo: Martins Fontes, 1996.

ENGELS, Fredrich. **A Origem da Família da Propriedade Privada e do Estado.** São Paulo: Centauro, 2002

FIGUEIREDO, Silvio. L. **Ecoturismo, festas e rituais na Amazônia.** Belém: NAEA.UFPA, 1999a.

_____. (org.) **O Ecoturismo e a questão ambiental na Amazônia.** Belém: NAEA. UFPA, 1999b.

FURTADO, Lourdes, & QUARESMA, Helena Dóris. **Gente e Ambiente: no mundo da pesca artesanal**. Belém: MPEG, 2002.

FURTADO, Lourdes. LEITÃO, Wilma & MELLO, Alex F. **Povos das Águas: realidade e perspectivas na Amazônia**. Belém: MPEG, 1993.

FURTADO, Lourdes. Onde os pescadores estão pendurando suas redes In: Anais do I Seminário sobre a pesca artesanal, Belém: IDESP, 1984.

_____. **Curralistas e Redeiros de Marudá: pescadores do litoral do Pará**. Belém: MPEG, 1987.

_____. Problemas ambientais e pesca tradicional na qualidade de vida da Amazônia In: **Amazônia, desenvolvimento, sóciodiversidade e qualidade de vida**. Belém, UFPA/NUMA, 1997.

_____. **Pescadores do Rio Amazonas: Um estudo antropológico da pesca ribeirinha numa área amazônica**. Belém: MPEG, 1993.

GEERTZ, Clifford. **O Saber Local: novos ensaios em antropologia interpretativa**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997.

GIDDENS, Anthony. **As Consequências da Modernidade**. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1991.

GODELIER, Maurice. *L'idéal et el Marériel*. Paris: Fayard, 1984.

GOLDBLATT, David. "A Sociologia de Risco: Ulrich Beck" In: Teoria Social e Ambiente. Lisboa: Instituto Piaget, 1996.

GUIVANT, Julia. **A teoria da sociedade de risco de Ulrich Beck: entre o diagnóstico e a profecia** In: Revista Estudos sociedade e Agricultura, N. 16, abril 2001: pp 95-112.

HANNIGAN, John. **A Sociologia Ambiental: A formação de uma perspectiva social**. Lisboa: Instituto Piaget, 1995.

HERSKOVITS, Melville. A tecnologia e a utilização dos recursos naturais In: **Man and his works - Antropologia Cultural**. Ed. Mestre Jou, 1963.

HOEFEL, Fernanda. Estudo desvenda como mudam as praias. **Folha de São Paulo**. São Paulo, 22 de março 2003. disponível em www.folha.uol.com.br/folha/ciencia/ acessado em: 15/09/06.

ISAAC, Victória & BARTHEM, Ronaldo. **Os Recursos Pesqueiros da Amazônia Brasileira**. Boletim do MPEG. sér. Antropologia. 11(12) 1995.

LEITÃO, Wilma. **Pesca e políticas públicas**. Boletim do MPEG. sér. Antropologia. 11(12) 1995.

_____. **O Pescador Mesmo**. Dissertação de mestrado/depto de Antropologia/ Mestrado em Antropologia/UFPA, Belém, 1997.

LÉVI –STRAUSS, Claude. **O Pensamento Selvagem**. Campinas: Papyrus, 1989.

LIMA, Débora de Magalhães. Equidade, Desenvolvimento Sustentável e Preservação da Biodiversidade: Algumas questões sobre a parceria ecológica na Amazônia In: CASTRO, Edna & PINTON, Florence (orgs.) **Faces do Trópico Úmido: Conceitos e questões sobre Desenvolvimento e Meio Ambiente**. Belém: UFPA/NAEA, 1997.

LOUREIRO, Violeta R. **Os Parceiros do Mar: Natureza e Conflito Social na Pesca da Amazônia**. Belém: CNPq/MPEG, 1995.

MANESCHY, Cristina. **Ajuruteua: Uma comunidade pesqueira ameaçada**. Belém: Ed. UFPA, 1995.

MACIEL, Márcia W. **A educação como instrumento na busca de soluções para os problemas socioambientais na Ilha dos Marinheiros**. Brasília: Ed. IBAMA, 1999.

MPEG/FADESP/BASA. “**APA Costa de Urumajó**” CD – Rom, 2002.

MARX, Karl. & Engels, Friedrich. **A Ideologia Alemã**. São Paulo, Hucitec, 1993.

MARX, Karl. **O Capital livro I** Capítulo VI (Inédito) São Paulo: Livraria editora Ciências Humanas, 1978.

MAUÉS, Raymundo H. **Uma outra “invenção” da Amazônia: Religiões, histórias, identidades**. Belém, CEJUP, 1999.

MAUSS, Marcel. **Ensaio sobre a dádiva - forma e razão da troca nas sociedades arcaicas**. In: _____ Sociologia e Antropologia. v. II. São Paulo: Edusp, 1974.

Meio ambiente – Uso de caçoeiras pode prejudicar o Pará. **Diário do Pará**, Belém. Disponível em www.diariodopara.com.br/cidades/Ci_01.asp acessado em 14/06/07.

MELLO, A.F. **A pesca sob o Capital: A tecnologia a serviço da dominação**. Belém: UFPA, 1985.

NAPOLEONI. Cláudio. **Lições sobre o capítulo VI (inédito) de Marx**. São Paulo: Liv. Ed. Ciências Humanas, 1981.

NERY, Arian da Costa. **Traços da tecnologia pesqueira de uma área de pesca tradicional na Amazônia – Zona do Salgado – Pará**. Boletim do MPEG.sér. Antropologia. 11(12) 1995.

NOGUEIRA, Gerson. Pará perde US\$ 10 milhões. **Diário do Pará**, Belém, pág . A –10, 12 de junho 2005.

ORTIZ, Renato (org.). **A Sociologia de Pierre Bourdieu**. São Paulo: Olho d’Água, 2003.

PARÁ. Governo do Estado. Lei Nº 5887/95 - Lei Ambiental do Estado do Pará.

PARÁ. Governo do Estado. Lei Nº 6713/05 - Lei de Pesca do Estado do Pará.

PEREIRA, Renato Crespo (org). **Biologia Marinha**. Rio de Janeiro: Interciência, 2002.

PORRO, Antonio. **O Povo das Águas**. Rio de Janeiro: vozes, 1995.

POMPA, Arturo Gómez & KAUS, Andréa. Domesticando o mito da natureza selvagem In: DIEGUES, Carlos. **Etnoconservação: Novos Rumos para a Proteção da Natureza**. São Paulo: Hucitec, NUPAUB- USP, 2000.

RAMOS, Veralúcia O. C. **Pesca, pescadores e políticas públicas no Baixo São Francisco, Sergipe /Brasil**. Brasília: Ed. IBAMA, 2001.

REIGOTTA, Marcos. **Meio Ambiente e Representação Social**. São Paulo: Cortez, 2002.

RODRIGUES, José Albetino. (Org.) **Durkheim**. Coleção grande Cientistas Sociais. São Paulo: Ática ed., 2000.

SACHS, Ignacy. **Ecodesenvolvimento: Crescer sem destruir**, São Paulo: Vértice, 1986.

SCHORIES, Dirk & GORAYEB, Inocêncio.(Editores) **A biodiversidade e a comunidade de pescadores na ilha de Canela-Bragança**. Cd Rom, 2001.

SANT'ANNA. Renata de. **Sistema Nacional de Unidades de Conservação: Reflexões antropológicas sobre a elaboração de uma lei ambiental**. Dissertação de Mestrado/Instituto de Filosofia e Ciências Humanas/ Programa de Pós-graduação em Sociologia e Antropologia/ UFRJ, 2003.

SANTOS, Milton. **A natureza do Espaço: Técnica e Tempo, razão e emoção**. 4ª ed., São Paulo: Ed. Universidade de SP., 2006.

MAPA mesoregião paraense -Secretaria Estadual de Tecnologia e Meio ambiente disponível em: [http:// www.pa.gov.br](http://www.pa.gov.br) / sectam. acessado em: 02/06/05.

SIADE, Jefferson Vieira. **(RE) consideração e (re) construção do conceito de tradicional e uma aplicação: Instrumentos para (re) exame de populações amazônicas em seus caracteres tradicionais/modernos – O caso de Apeú Salvador (Viseu-Pa)**. Dissertação de Mestrado – Departamento de Sociologia/CFCH /UFPA, 2004.

SOUZA, André. **Meio ambiente e desenvolvimento sustentável: Uma reflexão crítica**. Paper do NAEA/UFPA. Belém, 1994.

SOUZA SANTOS, Boaventura de. **Introdução a uma ciência pós-moderna**. Edições Afrontamento, 1995.

_____. **Conhecimento prudente para uma vida decente: um discurso sobre as ciências revisitado**. São Paulo: Cortez, 2004.

_____. **A Gramática do Tempo: para uma nova cultura política**. São Paulo: Cortez, 2006.

TAVOLARO, Sérgio Barreira de Faria. **Movimento Ambientalista e modernidade: sociabilidade, risco e moral.** São Paulo: Annablume/FAPESP, 2001.

TORRES, Vera Lúcia S. **Envelhecimento e Pesca: redes sociais no estuário amazônico.** Belém : CEJUP, 2004.

THOMAS, Keith. **O homem e o mundo natural: mudanças de atitudes em relação às plantas e aos animais (1500-1800).** São Paulo, Companhia das Letras, 1988.

THIRY-CHERQUES, Hermano R. Pierre Bourdieu: the theory in practice. **Revista de administração**, vol. 40 N° 1, Rio de Janeiro. Jan/fev. 2006.

VERÍSSIMO, José. **A Pesca na Amazônia.** Belém: UFPA, 1970.

YÁSIGI, Eduardo. Ampliando o conceito de lugar In: **A alma do lugar** –Turismo, planejamento e cotidiano. São Paulo: ed. Contexto, 2002.

WAGLEY, C. **Uma comunidade amazônica: estudo do homem.** Tradução de Clotilde da Silva Castro. 2ª. Ed. São Paulo: Editora Nacional, 1977.

WEBER, Max. **A Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo.** 13ªed., São Paulo: Pioneira, 1999.

Anexo 1



PREFEITURA MUNICIPAL DE AUGUSTO CORRÊA

LEI DE CRIAÇÃO DA APA DE URUMAJÓ

LEI MUNICIPAL DE AUGUSTO CORRÊA QUE CRIA A “Área de Proteção Ambiental da Costa de Urumajó”

Proposta:

- do Pesquisador Dr. Inocêncio de Sousa Gorayeb do Museu Paraense Emílio Goeldi

- encaminhada pelo Dr. Milton Lobão, Prefeito do Município, a Câmara Municipal em 22 de junho de 1998.

LEI Nº 04 de 22 de junho de 1998

Dispõe sobre a criação da Área de Proteção Ambiental da Costa de Urumajó do Município de Augusto Corrêa, Pará.

A Câmara Municipal de Augusto Corrêa estatui e o seu Presidente, nos termos do parágrafo 7º do artigo 108 da Constituição Estadual, vigente, promulga a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica declarada Unidade de Conservação Municipal, denominada “Área de Proteção Ambiental da Costa de Urumajó”, localizada no Município de Augusto Corrêa, a área pentagonal de 306,17 Km² (30.617,5 ha) limitada pelos pontos A, B, C, D e E, nas seguintes coordenadas geográficas: A - S 00º50'26,90”, O 46º32'4,14” (UTM: X=329263,0236 Y=9907047,1840); B - S 00º50'2,90”, O 46º25'16,43” (UTM: X=341867,8830 Y=9907789,0746); C - S 00º54'54,99”, O 46º21'15,77” (UTM: X=349311,2736 Y=9898821,2074); D - S 01º00'53,15”, O 46º26'12,32” (UTM: X=340148,0900 Y=9887817,3090); E - S 01º00'24,51”, O 46º32'2,94” (UTM: X=329307,9767 Y=9888692,0590). Esta área inclui ao norte duas pontas marginadas pelas praias do Mandarité, do Cupim e Areia Branca, a sudeste a ilha do Meio e ilha Filipa, e a sudoeste uma vasta área de manguezal com pequena mancha de campo salino. Ao norte é limitada pela linha traçada entre os pontos A e B no oceano. A nordeste é limitada pela linha traçada dos pontos B e D no oceano. A sudeste é limitada pela linha traçada entre os pontos C e D que passa no braço de mar que separa as ilhas do Meio e Filipa, do continente. Ao sul é limitada pela linha traçada entre D e E que segue desde o furo ao sul da ilha Filipa penetrando no furo do Chibé. A oeste é limitada pela linha traçada entre os pontos E e A, seguindo a foz da Arrebentação que separa a ponta da Coroa Comprida e Marambaia, da ponta de Mandarité. A ilha do Meio tem 9,987 Km² (998,8 ha) de área e 16,6 Km de perímetro; dista da cidade de Augusto Corrêa 23 Km em linha reta, e 2 Km da ilha Filipa. A ilha Filipa tem 1,14 Km² (101,4 ha) e 5,1 Km de perímetro; dista da cidade de Augusto Corrêa 21,4 Km em linha reta; nesta ilha existe um ninhal de guarás (*Eudocimus ruber*), espécie de pássaros costeiros que está na lista oficial de animais em extinção.

Art. 2º - A Área de Proteção Ambiental da Costa de Urumajó terá como objetivos principais: a conservação dos recursos bióticos e abióticos; a preservação do ninhal de *guarás* (*Eudocimus ruber*); a pesquisa científica; a educação ambiental; e o ecoturismo, sem prejuízo das atividades de comunidades pesqueiras tradicionais.

Art. 3º - Na elaboração dos estudos básicos, plano de manejo, implantação e funcionamento da Área de Proteção Ambiental da Costa de Urumajó, serão adotadas, entre outras, as seguintes medidas:

I - A Prefeitura de Augusto Corrêa através de sua secretaria competente coordenará a execução de estudos básicos para elaboração do Plano de Manejo;

II - O Plano de Manejo será elaborado pela Prefeitura de Augusto Corrêa (através de sua secretaria competente) que poderá solicitar a colaboração de 93 órgãos estaduais, federais e internacionais, e organizações não governamentais.

III - A implantação e execução do Plano de Manejo será realizada pela Prefeitura de Augusto Corrêa (através de sua secretaria competente).

IV - A utilização dos instrumentos legais e dos incentivos financeiros governamentais, para assegurar a proteção da área, bem como outras medidas referentes a preservação do ambiente e conservação dos recursos naturais, destacando-se o ninhal de guarás (*Eudocimus ruber*, espécie ameaçada de extinção), que será tratado como zona intangível, quando da elaboração do zoneamento da Área de Proteção Ambiental.

V - Aplicação, quando for necessário, das medidas legais destinadas a impedir ou evitar o exercício de atividades causadoras de sensível degradação ambiental, em especial as atividades pesqueiras, apanha de crustáceos, caça de aves costeiras e de outras espécies animais e extração vegetal, juntamente com a Secretaria Estadual de Ciência, Tecnologia e Meio Ambiente do Estado do Pará, Ministério do Meio Ambiente e Amazônia Legal.

VI - A divulgação das medidas preventivas desta Lei, objetivando o esclarecimento do povo e em especial da comunidade local, sobre a Área de Proteção Ambiental da Costa de Urumajó e suas finalidades.

Art. 4º - Na Área de Proteção Ambiental da Costa de Urumajó ficam proibidas:

I - A implantação e o funcionamento de qualquer tipo de indústrias;

II - A realização de obras de qualquer porte ou tipo, com exceção daquelas necessárias ao funcionamento e manutenção da própria Unidade de Conservação.

III - O exercício de atividades que ameacem as espécies da biota local;

IV - A visita ou permanências de pessoas sem a devida autorização oficial da Diretoria da Área de Proteção Ambiental da Costa de Urumajó.

Art. 5º - A Área de Proteção Ambiental da Costa de Urumajó, será implantada, administrada, supervisionada e fiscalizada pela Prefeitura de Augusto Corrêa (através de sua secretaria competente) que buscará a colaboração de órgãos estaduais, federais e internacionais, e organizações não governamentais.

Art. 6º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

CÂMARA MUNICIPAL DE AUGUSTO CORRÊA, GABINETE DA PRESIDÊNCIA DA CÂMARA LEGISLATIVA DO MUNICÍPIO DE AUGUSTO CORRÊA, PARÁ, EM 22 DE JUNHO DE 1998.

Vereador

.....
Presidente

DADOS DA APA DA COSTA DE URUMAJÓ

- Coordenadas geográficas de A. Corrêa

S 01°01'1,95", O 46°38'25,41" (UTM: X=317483,7228 Y=9887536,5277).

Área da APA - Pentágono formado pelos pontos A, B, C, D e E.

A - S 00°50'26,90", O 46°32'4,14" (UTM: X=329263,0236 Y=9907047,1840);

B - S 00°50'2,90", O 46°25'16,43" (UTM: X=341867,8830 Y=9907789,0746);

C - S 00°54'54,99", O 46°21'15,77" (UTM: X=349311,2736 Y=9898821,2074);

D - S 01°00'53,15", O 46°26'12,32" (UTM: X=340148,0900 Y=9887817,3090);

E - S 01°00'24,51", O 46°32'2,94" (UTM: X=329307,9767 Y=9888692,0590).

- Área do Pentágono: 306,17 Km²
- Perímetro do Pentágono: 67,8 Km
- Área da Ilha do Meio: 10 Km²
- Perímetro da Ilha do Meio: 16,6 Km
- Área da Ilha Filipa: 1,0 Km²
- Perímetro da Ilha Filipa: 5,1 Km

Distâncias:

- De A. Corrêa para ponto E - 11,8 Km
- De A. Corrêa para Ilha Filipa - 21,4 Km
- De A. Corrêa para Ilha do Meio - 23 Km
- Da Ilha Filipa para Ilha do Meio - 2 Km

Anexo 2

Cartaz do I festival do pescador de Nova Olinda

I FESTIVAL DO PESCADOR DE NOVA OLINDA

DIAS 28 E 29 DE JUNHO

DIA 28 - QUARTA-FEIRA



PASSEIO CICLÍSTICO

PERCURSO: NOVA OLINDA / PEROBA



CORRIDA DE RESISTÊNCIA

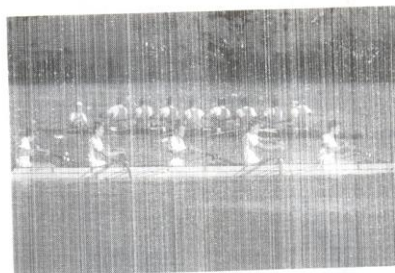
PERCURSO: PEROBA / NOVA OLINDA

DIA 29 - QUINTA-FEIRA



NATAÇÃO

TRAVESSIA IDA E VÓLTA EM FRENTE AO PORTO



CANOAGEM DE PESCA

PERCURSO: ZE LATA / PORTO N. O.

PREMIAÇÃO:

P/ CORRIDA - ESPINHEL (KIT C/ 350 ANZÓIS CHAVE)

P/ NATAÇÃO - ESPINHEL (KIT C/ 350 ANZÓIS CHAVE)

P/ CANOAGEM - DUAS PEÇAS DE REDE 40 MM

PATROCÍNIO:

Amós Bezerra - Prefeito Municipal

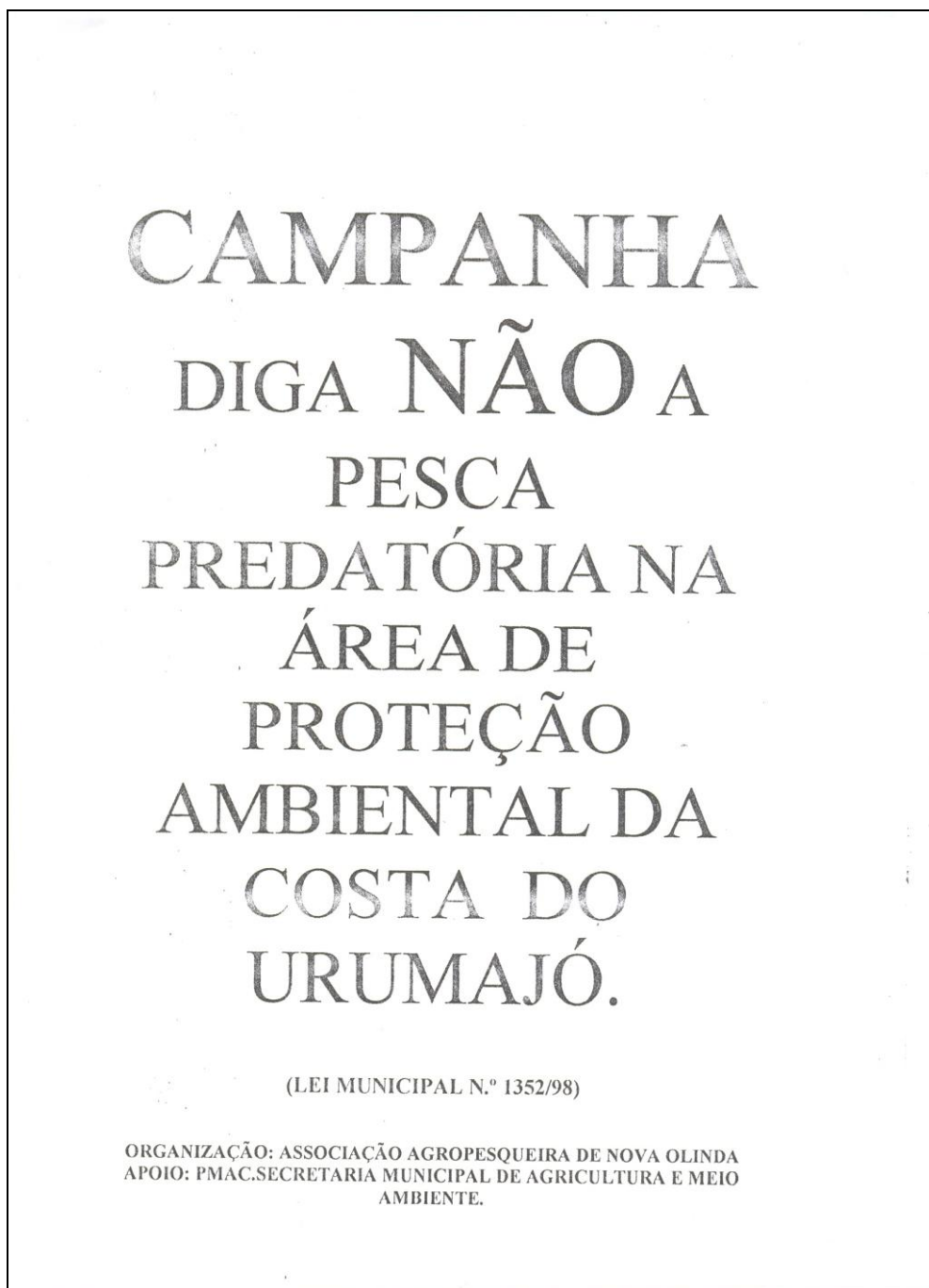
Suzana Lobão - Deputada Estadual

Secretaria Municipal de Meio Ambiente

REALIZAÇÃO:



Fonte: Pesquisa de campo – copiado do cartaz afixado no mercado de peixe

Anexo 3**Cartaz da campanha de combate a pesca predatória**

Fonte: Miguel Reis - diretor da AGRONOL

Anexo 4

Folder da Associação de pescadores do Perimirim

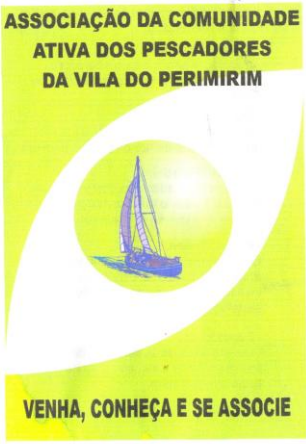
**ASSOCIAÇÃO DA COMUNIDADE
ATIVA DOS PESCADORES
DA VILA DO PERIMIRIM**

CNPJ: 05.993.476/0001-91
Insc. Estadual: 15.248.208-3
Insc. Junta Comercial: 10404

Av. Atanásio Cordeiro, 420 - Bairro: Nazaré
CEP: 68610-000 - Augusto Corrêa - PA
FONE: 3482-1140

INSCRITA JUNTO AO BANCO DA AMAZÔNIA,
PETROBRÁS E IPIRANGA - Distribuidora de Óleo Diesel

Miguel Alves Torres
PRESIDENTE
Antônio Araújo Rocha
VICE - PRESIDENTE
Rodinele Santos Amorim
SECRETÁRIO
José Pinheiro de Oliveira
DIRETOR DE FINANÇAS



**ASSOCIAÇÃO DA COMUNIDADE
ATIVA DOS PESCADORES
DA VILA DO PERIMIRIM**

VENHA, CONHEÇA E SE ASSOCIE

Informações:

Os Associados que estiverem com suas mensalidades em dia terão os seguintes direitos (Benefícios)

- Financiamento:

Aquisição e reforma de embarcação financiada pelo Banco da Amazônia do Governo Federal.

- Óleo Subsidiado:

De até 30% de desconto entregue em qualquer porto dentro do Estado do Pará.

- Defeso (Paradeiro):

Todos os Pescadores cadastrados terão direito a 1 salário mínimo nos meses em que durar o defeso (Paradeiro).

- Aposentadoria:

O Associado que estiver na idade de se aposentar, tempo de serviço ou por invalidez terá facilidade em adquirir este benefício.

- Funerária:

O associado e seus dependentes menores de 18 anos, em caso de morte terão direito a uma.

- Médico Clínico Geral:

Os Associados e seus dependentes terão direito a consulta médica no período pré-estabelecido pela Associação.

- Médico Odontológico (Dentista):

O Associado e seus dependentes terão direito a consulta dentária diariamente.

- Médico Oculista:

O Associado e seus dependentes terão direito a consultas semanais.

- Documentos:

Os Associados terão facilidade em adquirir seu documento de pescador, fornecido pelo IBAMA.

- Documentação de Embarcação:

A Associação tem disponível um despachante para que o Associado legalize a sua embarcação junto aos órgãos competentes.

- Alfabetização:

A Associação através do Governo Federal estará alfabetizando os Associados que queiram aprender a ler.

Anexo 5

Acordo de pesca de Nova Olinda, de 23 de agosto de 1998

ASSOCIAÇÃO AGROPESQUEIRA DE NOVA OLINDA/AUGUSTO CORRÊA-PA.

Em reunião realizada no dia 23 de agosto de 1998, na Vila de Nova Olinda, município de Augusto Corrêa-Pa., com a presença da Associação Agropesqueira da Comunidade de Nova Olinda, foi decidido e estabelecido as seguintes normas para o exercício da pesca, na referida Vila.

I – Fica proibido:

1º - O arrasto com puça na cabeceira no Rio Emborai, Rio do Coco, Rio do Emborai Velho, Furo do Chibé.

2º - As tapagens em todas as cabeceiras dos rios e igarapés, com rede de malhas inferiores a 25mm (rede Camaroeira)

3º - Tapagem de beiradas.

4º - Tapagem de Puça.

5º - Pesca de beira de lavado.

6º - A pesca com zangaria e redes apoitadas.

7º - Pescar com uso de substâncias tóxicas, como Timbó, Cunambi e outros.

8º - Aos infratores da presente Lei e Portaria, será aplicada multa prevista no Art. 56 do Decreto Lei nº 221, de 28.02.67 e os Art. 4º, 5º e 6º da lei nº 7.679/88.

9º - Constitui crime punível com pena de reclusão de 03 (três) meses a 1 (um) ano, o uso de substâncias tóxicas, conforme proibição no item 7º.

10º - Qualquer cidadão tem por obrigação denunciar à Associação as irregularidades que tiver conhecimento.

Nova Olinda, 29 de Novembro de 1998.

Anexo 6

Documento para registro de casos de pesca proibida

Registro N° ____/2000

Considerando o Acordo de Preservação de Pesca da Comunidade de Nova Olinda, criado pela Associação Agropesqueira desta Comunidade, o qual estabelece normas para o exercício da pesca, baseado na Legislação Federal. A Associação, vem comunicar a V.S^a., que no dia ____/____/2000, as ____:____ h., durante uma atividade de Educação Ambiental de pesca realizada, na (o)..... foi flagrado uma embarcação tipo:..... denominada....., de propriedade do Sr....., sito a, portador do RG n°:inscrito no CPF (M:F) sob o n°:.....e carteira de pesca n°....., exercendo um tipo de pesca proibida.....

Testemunhas:

01 -

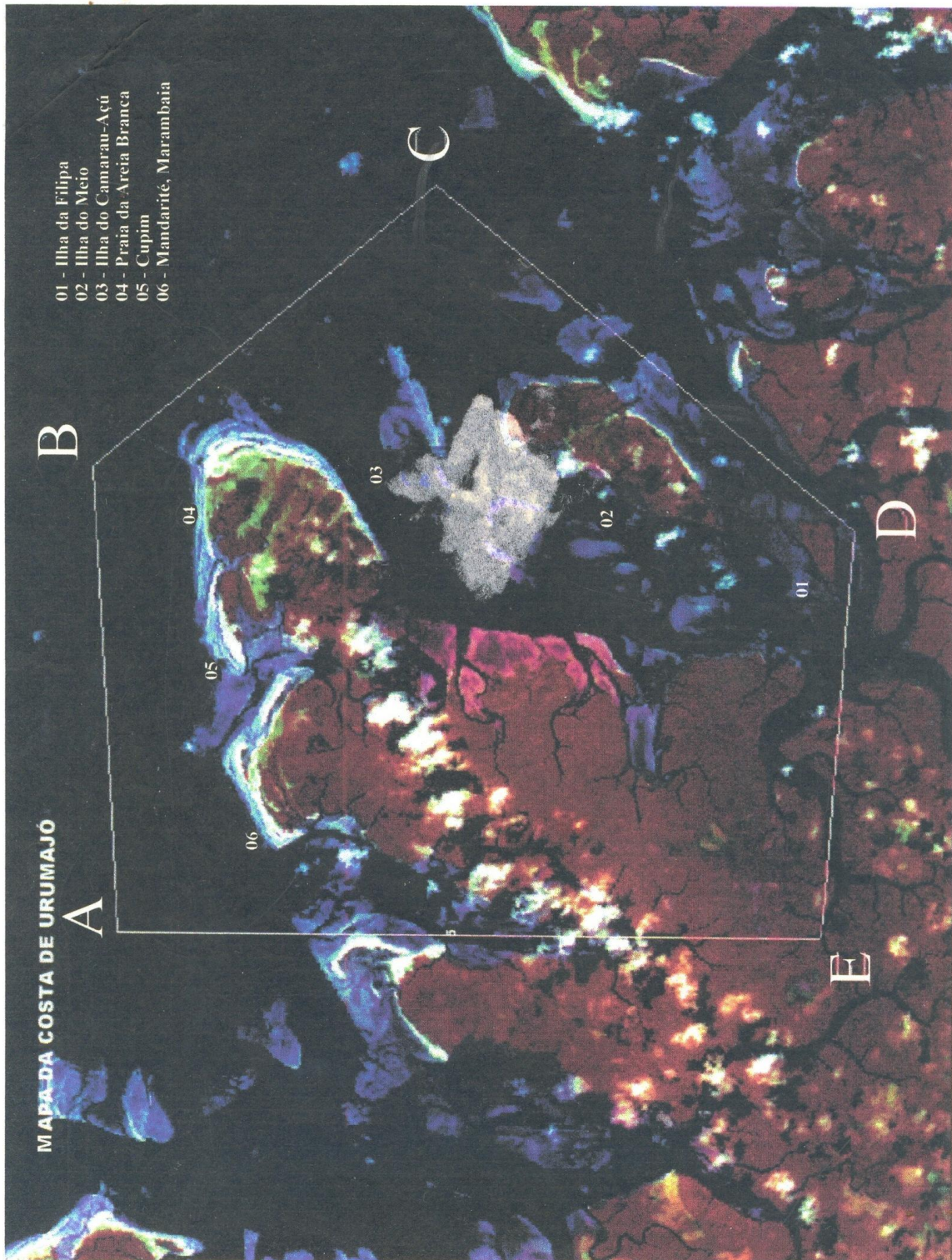
02 -

Nova Olinda-PA, ____/____/00

Associação Agropesqueira da Comunidade de Nova Olinda
Presidente

Anexo 7

Imagem de satélite da APA com a localização de ilhas e praias



Anexo 8

Imagens da Pesca na APA da Costa do Urumajó



Fonte: Benilde Rosa -Pesquisa de campo julho/dezembro de 2006



Fonte: Benilde Rosa – pesquisa de campo julho/dezembro de 2006